

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE LINGUAGENS

PAULA ROBERTA DA SILVA SOUZA

O DISCURSO POLÍTICO NA COMISSÃO DA VERDADE:

Uma análise discursiva dos pronunciamentos de Dilma Rousseff

PAULA ROBERTA DA SILVA SOUZA

O DISCURSO POLÍTICO NA COMISSÃO DA VERDADE:

Uma análise discursiva dos pronunciamentos de Dilma Rousseff

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG) como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Estudos de Linguagens.

Área de Concentração: Tecnologias e Processos Discursivos

Linha de Pesquisa: Discurso, Mídia e Tecnologia

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Humberto Lessa

Belo Horizonte Setembro de 2020

Souza, Paula Roberta da Silva.

S729d

O discurso político na Comissão da Verdade : uma análise discursiva dos pronunciamentos de Dilma Roussef / Paula Roberta da Silva. – 2020.

137 f.: il.

Orientador: Cláudio Humberto Lessa

Dissertação (mestrado) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens, Belo Horizonte, 2020.

Bibliografia.

1. Análise do discurso. 2. Rousseff, Dilma, 1947-. 3. Comissão Nacional da Verdade (Brasil). I. Lessa, Cláudio Humberto. II. Título.

CDD: 401.41

PAULA ROBERTA DA SILVA SOUZA

O DISCURSO POLÍTICO NA COMISSÃO DA VERDADE:

Uma análise discursiva dos pronunciamentos de Dilma Rousseff

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG) como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Estudos de Linguagens.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Humberto Lessa

BANCA EXAMINADORA

Nome
Nome
Nome

Belo Horizonte Setembro de 2020



AGRADECIMENTOS

Pelo tempo demandado, pelo esforço, dedicação e também por tudo o que se tenta projetar e acaba criando a partir de si mesmo ao redigir uma dissertação, é claro que fragmentos de você e da sua vida estão ali em meio às palavras, e com isso, fragmentos das pessoas com quem você conviveu e partilhou momentos também. Eu nunca conseguiria ser justa com todas as pessoas que me apoiaram, durante esse tempo para que eu pudesse concluir esta dissertação. Perceber que seu objeto de pesquisa é relevante porque sua motivação ainda ameaça o país não é fácil, portanto, de introito, agradeço a todos que também se indignam, por compartilharmos dos mesmos valores.

Agradeço imensamente ao CEFET-MG, pela estrutura e acolhida, agradeço meu orientador, Cláudio Lessa, pela compreensão, cooperação, conhecimento, presença e incrível orientação, aos professores da pós-graduação por todo o conhecimento compartilhado, ao Programa de Pós Graduação em Estudos de Linguagens, ao professor Renato Caixeta pela paciência e compreensão, a todos os servidores do POSLING pela cooperação durante a trajetória. Estendo os agradecimentos ao ex-presidente Fernando Collor pela gentileza e colaboração ao responder questionamentos acerca desta pesquisa.

No âmbito pessoal devo todos os agradecimentos do mundo aos meus pais, Márcia e Roberto, que me acompanharam, cooperaram, apoiaram e sobretudo compreenderam o processo de construção de conhecimentos pelo qual passei e sigo passando e nunca deixaram de me oferecer apoio, nem mesmo quando não sabiam como exatamente apoiar e sempre foram muito importantes ao nunca deixar de incentivar meu crescimento pessoal.

Um agradecimento também aos meus amigos, à minha agremiação favorita de nome impublicável e minhas amigas Brian, Brunna, Doutora Clarissa, Felipe, Fernando, Frango, Luiz Felipe, Lyrd, Jéssica, Júlia, Kenny, Marlon, Mariana, Mayra, Petra, Stella, Sylvia, Tamires e menção especial à Priscila, amiga de pesquisa e de mestrado, aos amigos da agremiação do *Letterboxd*, companheiros de madrugada do *Twitter*, que nunca me deixaram sozinha nos meus intervalos de escrita notívaga e que muito contribuíram para minha notável improdutividade.

Agradeço imensamente também ao meu amigo de longuíssima data, Daniel, que entre

shoppings e almoços, sempre foi um ponto de confiança pra mim.

Agradeço, por fim, a todos os parentes próximos que, por confiar em mim, me deram mais confiança e tranquilidade para cumprir as tarefas que me atribuí. Por fim, agradeço à presidente Dilma Rousseff pela luta incansável pela democracia no país. Que um dia saibamos todos valorizar o trabalho e a luta das pessoas que se dedicaram a construir um Brasil melhor.



RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo investigar, sob a luz da Análise Crítica de Discurso (ACD), de que forma foram dispostos elementos para a construção de sentido nas elocuções da ex-presidenta Dilma Rousseff nas cerimônias de instalação da Comissão Nacional da Verdade e entrega do Relatório Final. Recorre-se aos conceitos de discurso político de Patrick Charaudeau, de hegemonia de Gramsci e ideologia de Althusser para constituição do arcabouço teórico para a análise. Além desses referenciais, a pesquisa emprega o Modelo Tridimensional da ACD, bem como conceitos de Ordens do Discurso de Michel Foucault para o entendimento das relações de poder e das relações entre o sujeito e a estrutura do Estado expressas na conciliação de interesses na constituição da Comissão e das elocuções. A escolha pelo corpus se deu por se tratar de elocuções marcantes na história brasileira, ocorridas em eventos que marcaram a instituição de uma Comissão capaz de investigar violações de Direitos Humanos durante a ditadura militar no Brasil, uma das iniciativas para recuperação da memória dos anos de chumbo no Brasil e fazer justiça aos mortos e desaparecidos no período. A investigação buscou reconstruir a trajetória de vida de Dilma Rousseff, o histórico de ações em prol da rememoração das vítimas após a redemocratização, além de realizar uma breve contextualização sobre o conteúdo dos relatórios e situação política do governo de Dilma Rousseff, bem como um panorama sobre o trabalho exercido pela CNV. Como resultado, dispõe-se que as falas analisadas apontam forte tendência à valorização de instituições democráticas, projetam que o Governo Federal deve se responsabilizar e agir de forma a inibir novos abusos e tenta incutir valores de que toda a população brasileira deve ser responsável por promover e fortalecer a democracia.

Palavras-chave: Análise de discurso, Dilma Rousseff, Comissão da Verdade

ABSTRACT

This dissertation aims to investigate through Critical Discourse Analysis (CDA) in what way were elements arranged to build meaning in the speeches of ex-president Dilma Rousseff in the installation ceremony of the National Truth Comission and delivery of the final report. Patrick Charaudeau's concepts of political discourse, Gramsci's hegemony and Althusser's ideology are used to constitute the theoretical framework for analysis, along with the base of CDA's Three-Dimensional Model, as well as concepts from Michel Foucault's The Order of Discourse in understanding the power relations and the relations between a subject and the State structure expressed in the conciliation of interests in the constitution of the Commission and the speeches. The choice for the corpus was due to the fact that it was a remarkable statement in Brazilian history, which occurred in events that marked the institution of a Commission capable of investigating human rights violations during the military dictatorship in Brazil, one of the initiatives to recover the memory of the years of lead in Brazil and do justice to the dead and missing in the period. The investigation is based on the reconstruction of Dilma Rousseff's life trajectory, the history of actions in favor of the remembrance of the victims after the redemocratization, a brief context about the content of the reports and the political situation of the government of Dilma Rousseff, as well as an overview of the work carried out by the National Truth Commission. As a result, the declarations analyzed point to a strong tendency to value democratic institutions, project that the federal government should take responsibility and act in order to inhibit new abuses and try to instill values that the entire Brazilian population should be responsible for promoting and strengthen democracy.

Keywords: Discourse Analysis, Dilma Rousseff, National Truth Comission

Sumário

Introdução	17
2. Retomadas	24
2.1 Dilma Rousseff	25
2.2 Junho de 2013	29
2.3 Do pronunciamento	32
2.4 Comissão Nacional da Verdade (CNV)	33
2.4.1 Do Relatório Final	40
3. Memória e Censura	46
3.1 Censura	46
3.2 Memória	49
3.2.1 Conceitos	49
3.1.2 Direito à memória	50
4. Referencial Teórico	53
4.1 Discurso Político	53
4.2 Aspectos Teóricos-metodológicos	56
4.3 Análise Crítica do Discurso	58
4.4 Modelo Tridimensional	65
4.4.1 A análise do discurso como texto	68
4.4.2 A análise do discurso como prática discursiva	70
4.4.3 A análise do discurso como prática social	73
5. Da análise	75
5.1 Texto	76
5.1.2 Coesão e estrutura textual	82
5.1.3 Marcadores	87
5.2 Prática Discursiva	93
5.2.1 Produção	93
5.2.2 Distribuição e consumo	94
5.2.3 Contexto e Força	98
5.2.4 Coerência e Intertextualidade	101
5.3 Prática Social	104
5.3.1 Ideologia	104
5.3.2 Hegemonia	108

6. Considerações Finais	111
Referências Bibliográficas	114
Anexos	119

LISTA DE IMAGENS

Figura 1 – Modelo Tridimensional	66
Figura 2 – Categorias de Análise do Modelo Tridimensional	66
Figura 3 – Grafo de Marcadores.	92

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Menções à Democracia	87
Tabela 2 – Menções à Censura	88
Tabela 3 – Menções à Verdade	89
Tabela 4 – Democracia: Referência x Oposição	.90
Tabela 5 – Censura: Referência x Oposição	90
Tabela 6 – Verdade: Referência x Oposição	.90

LISTA DE SIGLAS

ACD - Análise Crítica de Discurso

AHD - Abordagem Histórico-Discursiva

AI-2 - Ato Institucional n° 2

AI-5 - Ato Institucional n° 5

Anfavea - Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores

Arena – Aliança Renovadora Nacional

Camde - Campanha da Mulher Pela Democracia

CCC - Comando de Caça aos Comunistas

CEH - La Comisón para elEsclarecimiento Histórico

CEMDP - Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos

CNI – Confederação Nacional das Indústrias

CNDH - Conferência Nacional dos Direitos Humanos

CNV - Comissão Nacional da Verdade

Colina - Comandos de Libertação Nacional

CONADEP - La Comisión Nacional sobre laDesaparición de Personas

DCR - Denúncia por Crime de Responsabilidade

DOI-Codi - Departamento de Operações de Informação - Centro de Operações deDefesa Interna

DOPS - Departamento de Ordem e Política Social

FACE - Faculdade de Ciências Econômicas

FEE - Fundação de Economia e Estatística

FD – Formação Discursiva

FFAA - Forças Armadas

FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

FIFA – Federação Internacional de Futebol

IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IPES - Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

JMU – Justiça Militar da União

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

MPL – Movimento Passe Livre

NBR - Norma Técnica

OEA - Organização dos Estados Americanos

ONU - União das Nações Unidas

ORM-Polop - Organização Revolucionária Marxista - Política Operária

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PC do B - Partido Comunista do Brasil

PDT - Partido Democrático Trabalhista

PL - Projeto de Lei

PT - Partido dos Trabalhadores

PEC - Proposta de Emenda à Constituição

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasil

PNDH - Plano Nacional de Direitos Humanos

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

SEMC - Secretaria de Energia, Minas e Comunicação

SNI – Serviço Nacional de Informações

STF - Supremo Tribunal Federal

STM - Supremo Tribunal Militar

TFP - Tradição, Família e Propriedade

TSE - Tribunal Superior Eleitoral

UDN - União Democrática Nacional

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

URGN - Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca

VPR - Vanguarda Popular Revolucionária

1.0 Introdução

No início dos anos 1990, o antropólogo, escritor e político Darcy Ribeiro diria que o Brasil é como um produto inesperado e indesejado do empreendimento cultural português. Do que era uma empresa – de larguíssimas proporções – constituída para servir às veleidades europeias, acabamos por erigir, contra as expectativas e o bom senso, talvez, uma nação, que entre momentos de glória, tropeços e pequenos heroísmos, permanece de pé diante de 200 milhões de descendentes de sua terra e imigrantes que por aqui confiaram o pouso.

Afirmaria junto ao mestre Darcy, que essa eventualidade no nosso acontecer retirou de nós, brasileiros, a facilidade de nos conferir importância, de conhecer nossa história, valorizar nossos personagens e a luta de minorias, de discriminados, perseguidos e excluídos, para chegarmos onde estamos. Por nossa imprudência, "desindianizando o índio, desafricanizando o negro, deseuropeizando o europeu e fundindo suas heranças culturais que nos fizemos" (RIBEIRO, 2016, p. 20-21), e nessa hibridização de identidades, o brasileiro segue na busca do que é e do que será e pouco do que já foi. Mas também, como poderia um povo forjado nas lutas dos seus, querer se lembrar dos sacrifícios que o trouxe a onde chegou?

Ainda com Darcy Ribeiro, diria ele em suas *Indignações*¹ que o maior prejuízo causado pela ditadura militar no Brasil foi a promoção do medo, indiferença e apatia. Sob os interesses dos mesmos grupos sociais que assistiram à nossa constituição enquanto povo, permanecemos um país servil, em geral, com pouco orgulho de si mesmo.

Porém, afora os pessimismos, é necessário reconhecer que, com esforço coletivo, nós, brasileiros, vamos entre erros e acertos, caminhando pela história, modernizando-nos e nos conhecendo melhor. Nesse caminho, a política vem sendo um grande fio condutor de nossas ações e contamos, nesses poucos anos de independência, com presidentes e lideranças capazes de nos dirigir para ali ou acolá com diferentes níveis de competência e conveniência. E é fato também que somos determinados por palavras, discursos e ideologias, que nos interpelam, constituem-nos e com os quais nos identificamos ou não. Portanto não seria errado comentar que parte do que somos é constituição direta do que já disseram nossos presidentes, governadores e parlamentares, o que põe o discurso político em um papel de destaque na nossa

¹O texto *Indignações* é subcapítulo do livro *O Brasil como Problema*, publicado pela primeira vez em 1992. No texto, Darcy Ribeiro direciona uma mensagem aos jovens brasileiros, responsabilizando-os pela construção de um país com novas bases

história.

Ao defender que nós, brasileiros, devemos ser protagonistas de nossas histórias, não há porque não nos inserirmos em forma de visões e hipóteses nesta narrativa. Dito isso, pela convivência diária e espontânea com os temas abordados, há um quê de desejo pessoal da valorização das nossas histórias, memórias e povos nos objetivos desse trabalho.

Além do medo, indiferença e apatia que a ditadura militar nos trouxe, a repressão do regime, a censura e a política econômica adotada produzem efeitos até os dias atuais. A conciliação do inconciliável, materializada pela transição da ditadura para a democracia a partir do ano de 1985, com a convocação de eleições indiretas, Assembleia Constituinte, e a promulgação da Lei da Anistia, pacificando, pela força da lei, as relações entre militares e opositores não cooperou para situar os militares brasileiros em posição de subordinação ao poder civil exercido pelo Presidente da República, nem lançar luz sobre as políticas repressivas de Estado adotadas durante a ditadura e consequências para futuros desdobramentos. O senso comum de que a ditadura matou poucos² e obteve sucesso econômico ainda prevalece e atua como uma névoa impedindo que tenhamos noção dos horrores praticados pelas forças do Estado entre os anos de 1964 e 1985 e a gravidade dos atos. Tal desconhecimento abre margem para a normalização de um regime autoritário e motiva saudosismos injustificados, como se pode presenciar atualmente, período em que ditaduras são novamente rememoradas, exaltadas e desejadas, inclusive com manifestações expressas do Presidente da República e servidores de alto escalão na administração federal. Recuperar memórias, relatos, dados e estatísticas da época é, antes de tudo, um exercício cívico a se realizar por um país carente de memória.

No meio acadêmico, são muitos os trabalhos que tratam da ditadura militar, seja em análise de canções de protesto, da censura, das políticas econômicas ou do processo histórico que decorreu no regime militar, ou ainda as fases da redemocratização. Rememorar o período, buscando investigar e desvendar, a partir de diversas ópticas, a ditadura brasileira é, de alguma forma,

²

²É possível inferir a relevância do imaginário de que a ditadura militar "matou pouco" pelo volume de reportagens e matérias informativas produzidas desmentindo tal informação, como visto em publicação do jornalista Reinaldo Azevedo https://reinaldoazevedo.blogosfera.uol.com.br/2019/04/26/mourao-no-le-monde-e-a-questao-a-ditadura-matou-pouco-nao-matou-menos/ ou até mesmo em declarações do atual Vice-Presidente da República, Hamilton Mourão. Disponível em https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/04/25/ditadura-matou-muito-pouco-diz-mourao-segundo-mpf-434-foram-assassinados.htm
Acessado em 08/07/2020.

prestar contas ao Brasil, um país que não tem como hábito cultivar e valorizar a própria memória e a própria história³. Deveria ser inaceitável que tenhamos seguido, em contraste a outros países latino-americanos que também passaram por regimes ditatoriais, sem investigar apropriadamente os crimes praticados por agentes do Estado, que vítimas sigam desaparecidas e circunstâncias políticas sigam nebulosas. Assim como um processo histórico que envolveu políticos, intelectuais, jornalistas, sociedade civil e Forças Armadas levou o país a uma ditadura, novos processos serão capazes de levar ao debate em esferas públicas os horrores da ditadura de forma a atenuar as possibilidades do país ser novamente tomado pelo autoritarismo.

Neste fio, historicamente, o discurso autoritário sempre obteve adesão popular no país, talvez pela memória colonialista arraigada, e permeia diversos pontos da história brasileira. Tratando apenas do período republicano, no Governo Federal, podemos ressaltar arroubos autoritários da gestão de Rodrigues Alves⁴, pela imposição de políticas sem diálogo público; o governo de Getúlio Vargas, responsável por perseguir opositores e aparelhar instituições; e a própria ditadura civil-militar, cujo golpe originário foi apoiado por veículos de mídia e por grupos conservadores da sociedade civil. De tal modo, percebe-se a pouca intimidade da cultura brasileira com os ritos previstos nas democracias liberais, relativos às instituições, que requerem debates, discussões, acordos, recuos e estratégias. Desta forma, iniciativas cujo intuito é rememorar períodos autoritários devem ter como norte primário a defesa da democracia, repudiando e expondo, com a clareza necessária, as desvantagens e a perda de direitos e liberdades individuais que decorrem de um governo autoritário. E, em um país em que, de tempos em tempos, toma-se a política de assalto para execução de projetos que vão de encontro aos interesses da massa de trabalhadores – ainda que com o apoio desta -, a rememoração se torna um dever cívico, bem como o uso de oportunidades para difusão dos prejuízos da adesão ao autoritarismo.

A partir destas reflexões, destacamos a Comissão da Verdade como uma das iniciativas de rememoração da história e prestação de contas do Estado Brasileiro à sociedade que foi ferida

-

³A afirmação se cauciona no histórico brasileiro de abordagem de conflitos e da própria ditadura. Em "A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares" (MARTINS FILHO, 2002), podemos ver que a Lei da Anistia e as formas com que subjetividades foram silenciadas em nome de um consenso teve com objetivo encerrar discussões e contrapontos oficiais sobre a história, o que propiciaria debates abertos e melhor construção de memória social.

⁴De Azevedo (2018) retrata na obra "A Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro", ações do presidente Rodrigues Alves que podem ser caracterizadas como autoritárias, desde a nomeação de governadores alinhados à sua política à forma como, junto de Oswaldo Cruz, conduziu campanhas de vacinação na época.

e teve direitos cassados para a manutenção da Ditadura Militar entre as décadas de 1960 e 1980. Como será possível acompanhar ao longo deste trabalho, a instalação da Comissão é fruto de um esforço conjunto de familiares de vítimas da ditadura, acordos políticos e amadurecimento democrático das estruturas governamentais, que avançaram no sentido de reconhecer a necessidade de apurar os crimes cometidos pelo Estado contra cidadãos brasileiros. Por meio de um processo iniciado no governo do ex-presidente Fernando Collor de Mello, foi possível em 2011, no governo de Dilma Rousseff, a instalação da Comissão em evento no Palácio do Planalto, palco dos discursos que constituem o *corpus* desse trabalho. Por constituir momentos únicos que marcam a história do país, os discursos proferidos pela Presidenta da República à época se tornaram instantaneamente históricos e dignos de análise pela tentativa de traduzir em palavras e marcar, institucionalmente, os atos oficiais relativos à Comissão da Verdade.

A instauração da Comissão Nacional da Verdade pelo Governo Federal se deu no ano de 2011, primeiro ano do mandato da presidenta Dilma Rousseff, enquanto o relatório foi entregue no final do ano de 2014, compreendendo dois momentos distintos do governo Dilma. Ressalta-se, nesse momento, que ao longo do texto será empregado o vocativo "presidenta", previsto na Língua Portuguesa e questionado durante vários anos de governo de Dilma Rousseff, por alterar o uso do vocativo masculino para presidentes homens. A escolha se dá por razões políticas, visto que não há motivo, senão ideológico, para o uso do termo, que Dilma Rousseff enquanto presidenta, escolheu ser chamada.

Em relação ao objeto de análise, a opção pelo uso da Análise Crítica de Discurso para trabalhar o *corpus* se dá pela premissa assumida de que se trata de um evento com potencial para provocar mudanças no entendimento e na memória sobre a Ditadura Militar, já que há a tendência, exemplificada ao longo do trabalho, de diminuição da gravidade dos crimes causados pelos militares, construção de pontos de vista que equiparam a violência praticada contra opositores àquela praticada por militantes, além da narrativa de "necessidade" do golpe para proteger o país de uma ameaça comunista. Nesse contexto, os relatórios trariam novos pontos de vista, sem comprometimento com militares ou forças conservadores para demonstrar violações dos Direitos Humanos praticadas por agentes do governo, perseguição política e demais práticas pouco democráticas, cooperando para, por meio do trabalho acadêmico, construção de discursos capazes de expressar outros pontos de vista, outras narrativas partindo de uma fonte oficial, que é o Governo Federal.

Além da ACD, iremos nos apoiar em alguns pontos da Teoria Semiolinguística de Patrick Charaudeau pela necessidade de abordar particularidades do discurso político que afetam os processos de produção e transmissão do discurso, além de explicitar intenções do sujeito político ao se dirigir ao público de determinadas formas. Da mesma forma, em referência ao período da Ditadura e, principalmente, à censura praticada na época, processo que molda narrativas, processos sociais, difusão e produção de discursos, são evocadas ideias caras à Análise do Discurso Francesa, a partir de Michel Pechêux. A discussão a partir da obra da professora Eni Orlandi passa pelo estudo do silêncio e processos de silenciamento que são essenciais ao se abordar a censura e os rastros deixados pela interdição de falas em um regime autoritário.

O objetivo dos recortes feitos e o diálogo estabelecido entre as linhas da Análise do Discurso é tornar possível fazer ligações coerentes entre fatores que influenciam e concorrem para a produção de efeitos de sentido a partir do exame do jogo entre o explícito e o implícito no texto que constitui o *corpus* do trabalho à medida em que se referem a um grande período da história brasileira, constituem a cerimônia de dois atos marcantes na política brasileira e apresentam uma miríade de fatores que afetam e são afetados pelo ato político de instaurar a Comissão, dar seguimento à elaboração do relatório e torná-lo público enquanto documento.

É especialmente importante retomarmos o período da ditadura e conhecermos a história recente do Brasil em tempos como os atuais, quando assistimos a lideranças eleitas pelo voto popular fazerem saudações e elogios pouco modestos a generais da Ditadura Militar, exaltarem a tortura, defenderem o extermínio de opositores e fazerem menções à medidas ditatoriais que suspenderam o funcionamento de instituições democráticas e cassaram direitos políticos de cidadãos, pois apenas conhecendo os prejuízos e os danos causados às famílias, amigos e também ao tecido social brasileiro é que seremos, um dia, um país capaz de repudiar qualquer autoritarismo e ameaça à liberdades individuais por governantes sem apreço pela democracia. Schwarcz (2019) afirma em *Sobre o Autoritarismo Brasileiro*, que "A construção de uma história oficial não é, portanto, um recurso inócuo ou sem importância; tem um papel estratégico nas políticas de Estado" (SCHWARCZ, 2019, p. 21), dado que determinados eventos e narrativas são engrandecidas e tomadas como majoritárias, enquanto problemas e pontos de vistas são negligenciados. Segundo a autora, o objetivo seria "criar um passado mítico [...]

repleto de harmonia, mas também construído na base da naturalização de estruturas de mando e obediência" (SCHWARCZ, 2019, p. 22). Por esta razão, a fim de analisar corretamente as alocuções que marcaram as cerimônias relativas ao início e término dos trabalhos da Comissão da Verdade, buscamos realizar um esforço para trazer novas narrativas à construção da história sobre a Ditadura Militar, essa dissertação se organiza, à grosso modo, em contextualização, arcabouço teórico e análise, tendo como principal objetivo a investigação das relações que se estabelecem na disputa entre os papeis sociais de Dilma Rousseff, como cidadã, vítima da ditadura e como chefe de Estado, desdobrando-se em questões acerca dos recursos utilizados para construção de legitimidade, principais aspectos abordados nas duas elocuções e identificação de elementos de construção de sentido.

No primeiro capítulo, busca-se resgatar alguns aspectos da biografia de Dilma Rousseff, sujeito central da análise. São nomeados os autores e documentos utilizados para construção de pequena biografia da presidenta. Na segunda seção, desenvolve-se a trajetória política de Dilma Rousseff, desde o ingresso em organizações políticas ainda no ensino básico, passando pelo período em que atuou no governo do Rio Grande do Sul, na secretaria de Minas e Energia durante a administração do presidente Lula, candidatura à presidência em 2010 e reeleição no ano de 2014. Esse capítulo visa oferecer contexto e informações que cooperam no entendimento da trajetória que levou Dilma Rousseff à presidência, bem como ações e situações que interpelam a figura da presidenta.

O capítulo seguinte é dedicado ao pronunciamento em si, abordando aspectos técnicos das datas, locais e situação de enunciação, a fim de buscar entender a construção do cenário em que aconteceram os proferimentos. O capítulo é seguido de outro de aspecto técnico e expositivo, explicando a constituição da Comissão da Verdade, nomeação dos membros titulares, leis que descrevem a natureza da Comissão e organização do trabalho. Assim fazendo, buscamos explicar como tais resgates contribuíram para a análise.

Por sua vez, no capítulo "Relatório" são expostas as particularidades do relatório enquanto gênero textual, critérios para a elaboração do documento final da Comissão da Verdade, e a descrição do conteúdo de cada um dos três relatórios, expondo quais foram os resultados finais do trabalho da Comissão.

No capítulo posterior, introduz-se a seção teórica do trabalho, iniciando a discussão sobre censura. Com o apoio da Análise de Discurso Francesa, de Michel Pêcheux e contribuição dos estudos das pesquisadoras Orlandi (1992) e Barbosa (2009), discute-se a relação entre o discurso e a censura, estabelecendo relações diretas com os rastros deixados pelo impedimento de determinadas narrativas durante o período da Ditadura Militar no Brasil. A censura é trabalhada em paralelo à memória, como um elemento de sua construção e objeto direto da Comissão da Verdade, enquanto ferramenta destinada à garantia do direito à memória, conceito também explorado no subcapítulo adjacente.

Em "Marco Teórico", a revisão da bibliografía em Análise de Discurso se inicia com a contribuição de Patrick Charaudeau, por meio da Teoria Semiolinguística, na distinção e caracterização do discurso político em relação a seus objetivos, estratégias e técnicas, buscando a compreensão das particularidades do gênero que devem ser consideradas na análise do *corpus*. O capítulo segue, trazendo justificativas para as escolhas feitas para análise do *corpus*, o porquê da opção pela Análise Crítica de Discurso e o direcionamento ao Modelo Tridimensional para análise.

No seção subsequente, temos as discussões sobre a ACD enquanto método para análise de discursos, compreendendo conceitos que embasam a teoria, como hegemonia e ordem de discurso, apresentando a estrutura analítica da ACD, pontos a serem observados e pontos de vista necessários, desaguando no Modelo Tridimensional, expresso pelas análises do *corpus* enquanto texto, prática discursiva e prática social.

Ademais, no último capítulo, se concentram as efetivas análises do *corpus*. Divididas primeiramente em dimensões referentes ao Modelo Tridimensional e em seguida entre discursos, as análises são desenvolvidas com o resgate efetivo da análise das transcrições das alocuções de Dilma Rousseff, apresentando e discutindo os resultados apontados como encerramento do ciclo de trabalho proposto nessa dissertação.

Após o breve panorama exposto nesta Introdução partimos, portanto, para a primeira parte deste trabalho, aludindo às condições de produção de emergência dos proferimentos que constituem nosso *corpus* e dos sujeitos envolvidos.

PARTE I – RECONSTITUIÇÕES

2.0 Retomadas

Neste capítulo, será feita a contextualização dos aspectos situacionais e conjunturais nos quais as alocuções foram proferidas. Para tanto, propomos uma introdução da biografia da presidenta Dilma Rousseff e um debate sobre sua trajetória política até a presidência, a situação em que o pronunciamento foi realizado e os fatos que levaram à constituição da Comissão Nacional da Verdade (CNV), bem como os seus desdobramentos na política brasileira. Tal contextualização se faz útil para a análise do objeto de pesquisa ao oferecer elementos que cooperam para a compreensão dos discursos em sua integridade por expor os embates políticos e ideológicos travados dentro da estrutura do Governo Federal desde a redemocratização do país para a reparação e investigação de violações dos Direitos Humanos praticadas por agentes do Estado durante a Ditadura Militar. É possível compreender, por meio desta contextualização, a influência que militares e conservadores ainda exercem nos setores de defesa dos Direitos Humanos no Governo Federal, a forma com que a criação da Comissão da Verdade foi negociada entre as partes interessadas, sociedade civil e representantes militares, além dos recuos necessários para a efetiva instauração, que em seguida, são reconhecíveis nas alocuções que constituem o corpus deste trabalho e nas funções que a Comissão da Verdade exerceu durante os anos em que atuou.

Para a construção deste capítulo, são mobilizados documentos oficiais, projetos de lei e relatórios de tramitação de projetos como ferramentas de reconstituição da história, notícias e publicações jornalísticas contemporâneas aos eventos mencionados como suporte às informações suscitadas que se referem a eventos da administração pública federal e da rotina política brasileira e não estão relatadas, necessariamente, em textos acadêmicos. Para traçar um breve resumo da biografia de Dilma Rousseff, utiliza-se como apoio a biografia "A vida quer é coragem", de Ricardo Batista Amaral (2011)⁵ e a base de dados da Presidência da República do Palácio do Planalto. Os trabalhos "Comissão Nacional da Verdade: Um Acontecimento Entre o Passado e o Futuro do Brasil", de Gonçalves (2016); "Oposição armada e memórias do

⁵Tal obra foi escolhida por contemplar melhor a juventude e o início da carreira política de Dilma Rousseff, enquanto outros títulos destacavam a atuação no Governo Federal, desde o Ministério das Minas e Energia. Menciona-se que a biografia escrita por Amaral (2011) pode ser taxada de elogiosa, não se dedicando a comentários negativos acerca da trajetória da presidenta.

regime militar em Belo Horizonte", de Leite (2006) e "As relações dialógicas na primeira propaganda eleitoral de Dilma Rousseff em 2014", de Bartolomeu (2015) são alguns dos materiais referenciados a seguir como embasamento para entendermos a natureza de algumas narrativas que constituem o histórico da Comissão Nacional da Verdade e dos fatos que levam aos momentos dos pronunciamentos.

2.1 Dilma Rousseff

Em Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, no ano de 1947, sob o governo de Eurico Gaspar Dutra, nasceu Dilma Vana Rousseff, que se tornaria a 36ª Presidente da República Federativa do Brasil e a primeira mulher da história a ocupar o cargo.

Dilma Rousseff cresceu na ainda jovem capital – em seus cinquenta anos de inauguração completos no seu ano de nascimento – em meio à classe média da época e desde cedo, se envolveu com política, integrando, antes dos 15 anos, a Organização Revolucionária Marxista - Política Operária (ORM-Polop). Em 1964, duas semanas antes do Golpe Militar, Dilma Rousseff ingressaria no Colégio Estadual Central, escola com forte atuação de movimentos estudantis secundaristas e local de difusão cultural, segundo Amaral (2011). No ano de 1965, universitários e secundaristas belo-horizontinos já protagonizavam a primeira manifestação contra a ditadura no Brasil, mais especificamente, contra o evento das Forças Armadas Brasileiras para apoio do golpe dado pela direita na República Dominicana. O pioneirismo acompanharia e marcaria toda a trajetória de Dilma Rousseff na política. Ao ingressar na Faculdade de Ciências Econômicas (FACE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), ainda integrava a Polop, mas já havia se afastado das manifestações de rua.

Após a derrota dos candidatos dos militares em Minas Gerais e na Guanabara, por Israel Pinheiro e Negrão de Lima, respectivamente, no ano de 1965 e a promulgação do Ato Institucional nº2, que extinguiu os partidos políticos e criou a Aliança Renovadora Nacional (Arena), representando a situação e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), a oposição se viu sufocada, segundo De Oliveira (1982). Com o movimento operário desarticulado em Belo Horizonte, devido ao crescente desemprego, o movimento estudantil se estruturava às margens da formalidade. A Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), de São Paulo e os Comandos de Libertação Nacional (Colina), em Belo Horizonte, conforme Leite, (2006) se

uniram em estratégia, promovendo ataques a bancos e veículos militares. Nesse período, a casa de Dilma Rousseff, no Edifício Solar, no bairro Funcionários, já era um ponto de encontro conhecido dos militantes e em determinada altura, também dos militares. Tendo a residência invadida, partiu para o Rio de Janeiro, onde em meio a idas e vindas à capital gaúcha, pôs fim em seu primeiro casamento.

Como mostra Amaral (2011), Dilma Rousseff seria presa pela primeira vez em 1970, em São Paulo, como afirmaria José Olavo Leite Ribeiro, em reportagem de Luiz Maklouf Carvalho, "As armas e os varões", na revista *Piauí*, em 2009. Dilma Rousseff ficaria presa pelos próximos vinte e dois dias no Departamento de Operações de Informação — Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), em São Paulo, período em que foi torturada por agentes do Exército Brasileiro, da equipe do Capitão Bernoni de Arruda Albernaz, uma das mais temidas, como destaca o biógrafo Amaral (2011). Dilma Rousseff iria relatar as torturas sofridas na rua Tutóia para o livro de Maklouf Carvalho, "Mulheres que foram à luta armada", no ano de 2003. Do DOI-Codi, Dilma Rousseff seria transferida para o Departamento de Ordem e Política Social (DOPS), local onde ficou detida por mais 2 meses e, em seguida, para a prisão Tiradentes, onde encontraria a amiga e futura Ministra da Secretaria de Política para as Mulheres em sua gestão, Eleonora Menicucci.

Em 1973, após três anos de prisão e 22 dias de tortura, conforme aponta Amaral (2011), Dilma Rousseff se mudaria para Porto Alegre, incentivada pelo marido Carlos Franklin Paixão Araújo, que seria solto anos depois. Em 1979, participaria de uma reunião no apartamento do exgovernador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola⁶, em seu apartamento em Lisboa, que marcaria parte de seu futuro político no Partido Democrático Trabalhista (PDT).

De acordo com Amaral (2011), sob a administração de Alceu Collares, assumiu a Secretaria da Fazenda de Porto Alegre, tornando-se a primeira mulher no país a comandar as finanças de uma capital. Após as eleições de 1990, Collares foi eleito Governador do Rio Grande do Sul e nomeou Dilma Rousseff para a presidência da Fundação de Economia e Estatística (FEE) e, em

no *Livro dos Heróis da Pátria*, reduzindo o prazo pós falecimento de 50 para 10 anos. Assim, Leonel Brizola foi declarado um "Herói da Pátria" no mesmo ano. Brizola morreu em 2004, aos 82 anos. (ROCHA, 2018)

⁶Fundador do Partido Democrático Trabalhista (PDT), Leonel Brizola foi o único político brasileiro eleito para governar dois estados: o Rio Grande do Sul, onde se elegeu também prefeito de Porto Alegre e deputado estadual; e a antiga Guanabara, se elegendo deputado federal e em seguida, duas vezes governador do Rio de Janeiro. Em seu mandato, no ano de 2015, Dilma Rousseff alterou a legislação para concessão de homenagens

seguida, para a Secretaria de Energia, Minas e Comunicação (SEMC). Com a vitória de Fernando Henrique Cardoso em 1998 e a consequente derrota do PDT, representado por Leonel Brizola na chapa com Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Dilma Rousseff seria reconduzida à Secretaria de Energia na administração do petista Olívio Dutra, cuja atuação, ao evitar uma crise energética no Rio Grande do Sul, chamou a atenção do presidente eleito em 2002, Luiz Inácio Lula da Silva.

Com o convite de Lula para assumir o Ministério das Minas e Energia, Dilma Rousseff se tornaria a primeira mulher a ser Ministra das Minas e Energia; cargo em que liderou a nacionalização da produção de componentes de navios, incentivou a pesquisa de matrizes energéticas, criou a matriz para a execução do programa Luz Para Todos e cooperou para afastar do imaginário do brasileiro os dias de "apagão". Dilma Rousseff começaria a construir trajetória política dentro da administração Lula após assumir o cargo de Ministra-Chefe da Casa Civil, após a queda do petista José Dirceu e após o escândalo de corrupção denominado Mensalão⁸. No cargo, assumiu a coordenação de programas estratégicos do governo, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e o programa de habitação popular do Governo Federal, Minha Casa Minha Vida. Em sua primeira eleição, em 2010, o trabalho executado na Casa Civil seria fortemente explorado eleitoralmente, como exemplo da capacidade gerencial de Dilma Rousseff.

Recorrendo ao desenvolvimentismo como carro-chefe⁹, à imagem de sucessora natural de Luiz Inácio Lula da Silva, e ao passado de lutas contra a ditadura, a campanha de Dilma Rousseff, no ano de 2010,traria como *slogans* a "mãe do PAC" (BARTOLOMEU, 2016) e a "mulher do povo" (BARTOLOMEU, 2016) e elegeria a primeira mulher a ser Presidente da República Federativa do Brasil.

Durante o governo, a presidenta teria o desafio de manter as políticas bem-sucedidas do Governo Luiz Inácio Lula da Silva, como havia afirmado nas propostas de campanha e implementar políticas públicas capazes de reduzir a pobreza no Brasil, levando o país a crescer

⁷Disponível em: http://www.mme.gov.br/web/guest/acesso-a-informacao/institucional/galeria-de-ministros/dilma-vana-rousseff Acessado em 23/05/2019>

⁸Disponível em: https://acervofolha.blogfolha.uol.com.br/2017/10/09/ha-5-anos-stf-condenou-jose-dirceu-pelo-mensalao/<Acessado em 26/05/2019>

⁹Disponível em: http://www.brasil.gov.br/governo/2015/01/conheca-a-trajetoria-da-presidenta-dilma-rousseffAcessado em 26/05/2019>

reduzindo a miséria e diminuindo a desigualdade social, de acordo Bresser-Pereira (2013). Dilma Rousseff viria a adotar uma matriz econômica mista, denominada Nova Matriz Econômica¹⁰, com vistas ao crescimento do país e ao abandono do antigo tripé macroeconômico que sustentava a economia brasileira: responsabilidade fiscal, sistema de metas de inflação e câmbio flutuante, como afirma Prates (2015). A Nova Matriz Econômica de Dilma Rousseff propunha redução dos juros e oferta de crédito subsidiado, políticas intervencionistas na apreciação e depreciação do câmbio e expansão fiscal, caracterizada pelo aumento da presença do estado na economia do país. De acordo com Nicolau (2015), com o objetivo de incentivar investimentos e implementar uma política de resultados a longo prazo, a Nova Matriz Econômica não foi capaz de trazer o crescimento esperado e ainda "pôde-se observar o descontrole da inflação, insustentabilidade das finanças públicas e desvalorização cambial" (NICOLAU, 2015, p. 1).

Conforme análise conjuntural proposta por Singer (2013), com a deterioração das contas públicas e após os protestos que tomaram as ruas no país em junho de 2013¹¹, Dilma Rousseff viu sua popularidade cair e ter suas habilidades para negociação política e administração¹² serem questionadas.

Dilma seria reeleita em 2014, em eleição acirrada contra Aécio Neves (PSDB), com 51,65% ¹³ dos votos válidos. Logo após a eleição, o período de instabilidade no país se agravou. Os opositores que haviam acabado de perder o pleito não aceitaram o resultado das urnas, questionando junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a validade das eleições, suscitando dúvidas quanto à lisura do processo eleitoral e incentivando a população a questionar o mandato de Dilma Rousseff¹⁴. Somada à fragilidade da economia brasileira neste ano e ao anúncio do novo ministério pouco condizente com a campanha eleitoral, mais voltado à direita¹⁵, como o

¹⁰Disponível em: https://ptnosenado.org.br/nova-matriz-economica-garantira-crescimento-acelerado/<Acessado em 27/05/2019>

https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160416 porque deu errado ab<Acessado em 27/05/2019>

¹¹Os protestos tinham pautas difusas, como redução do preço de passagens do transporte público, não realização da Copa das Confederações em 2013 e Copa do Mundo em 2014, a não aprovação de Propostas de Emenda à Constituição, a favor da saúde e educação.

¹²Disponível em:

¹³Disponível em: http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitoraisAcessado em 27/05/2019>

¹⁴Disponível em: https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,psdb-de-aecio-neves-pede-auditoria-na-votacao,1585755 Acessado em 27/05/209>

¹⁵O filósofo político e historiador italiano, Norberto Bobbio, em *Esquerda e Direita* (2001) conceituaria a esquerda e a direita uma em natural oposição à outra. Enquanto a esquerda defenderia a igualdade e colocaria

economista ortodoxo e liberal, Joaquim Levy para o Ministério da Fazenda¹⁶ e a senadora Katia Abreu para a pasta da Agricultura, Dilma Rousseff iniciou o mandato fragilizada, com pouca legitimidade, chegando a 70% de reprovação, conforme pesquisa CNI/Ibope de dezembro de 2015¹⁷.

Com o cenário pouco favorável, em 2016, Dilma enfrentaria um processo de *impeachment*¹⁸, apoiado por grandes manifestações civis em todo o país. Fruto do processo de Denúncia por Crime de Responsabilidade (DCR)¹⁹ 1/2015, do dia 12 de maio até o dia 31 de agosto de 2016, a presidenta enfrentou o processo de impedimento, discutido no Supremo Tribunal Federal (STF), na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Ao final, seria condenada e teria o mandato de Presidente cassado, mas mantido o gozo dos direitos políticos. Foi substituída pelo vice-presidente da chapa, Michel Temer.

As alocuções analisadas nesse trabalho foram proferidas durante seu primeiro mandato, de 2010 a 2014 e datam de 16 de maio de 2012 e 10 de dezembro de 2014, compreendendo as datas de instalação da comissão da Verdade e a entrega dos Relatórios Finais desta, respectivamente.

2.2 Junho de 2013

Os protestos que tomaram as ruas do país, no mês de junho de 2013, alteraram profundamente a percepção da população brasileira acerca da política e principalmente sobre o Governo Federal. Os processos desencadeados pelo imenso contingente de brasileiros que protestaram no período marcaram uma importante mudança de cenário durante o 1º mandato de Dilma Rousseff, afetando as circunstâncias de produção da elocução que antecede os eventos, na instalação da CNV e o que sucede, na entrega do relatório.

a luta pela diminuição das desigualdades como uma prioridade, a direita entenderia a desigualdade como natural, inevitável e desejável em alguns cenários. (BOBBIO, 2001)

¹⁶Disponível em: http://www.fazenda.gov.br/noticias/2015/janeiro/toma-posse-novo-ministro-da-fazenda-joaquim-levyAcessado em 27/05/2019>

¹⁷http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/12/governo-dilma-tem-aprovacao-de-9-e-reprovacao-de-70-dizibope.html<Acessado em 27/05/2019>

¹⁸Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-

legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/destaque-de-materias/impeachment-da-presidente-dilma<Acessado em 27/05/2019>

¹⁹A DCR é uma peça jurídica em que se argumenta que o Presidente da República em exercício cometeu um dos crimes de responsabilidade definidos pela Lei 1.079/1950. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil 03/leis/l1079.htmAcessado em 09/07/2020>

Pode-se afirmar que a onda de manifestações iniciou-se em São Paulo, após o protesto do Movimento Passe Livre (MPL) no dia 06 de junho de 2013, contra o aumento de R\$0,20 nas passagens de ônibus na capital ter sofrido forte repressão da Polícia Militar²⁰, o que gerou reflexos no Rio de Janeiro, onde manifestações contra o aumento na tarifa levaram cerca de 2 mil pessoas para as ruas, vitimadas por mais repressão policial²¹. A partir da adesão à pauta e comoção com a agressão e prisão de manifestantes, novos protestos foram convocados em São Paulo, gerando maior adesão²². O 4º protesto marcado pelo MPL, no dia 13 de junho foi violentamente contido por policiais, que tentaram evitar que o movimento chegasse à Av. Paulista. Bombas de gás lacrimogênio e balas de borracha foram utilizadas contra os manifestantes²³. Após a ocasião, o então prefeito, Fernando Haddad (PT), afirmou que não iria revogar o aumento nas passagens e criticou ainda o uso da violência nas reivindicações²⁴.

De acordo com análise de Singer (2013), a crise, que até o momento se concentrava em São Paulo, na esfera municipal, toma dimensão nacional no dia 15 de junho, no primeiro jogo da Copa das Confederações. Em Brasília, nos arredores do Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha, onde acontecia a abertura da Copa com a participação da presidenta Dilma Rousseff e o presidente da Federação Internacional de Futebol (FIFA), manifestantes protestavam contra os gastos para a construção de estádios e realização da Copa do Mundo no Brasil, reivindicando mais recursos para a saúde e educação²⁵. Na ocasião, Dilma Rousseff também foi vaiada no estádio²⁶.

Já no dia 18 de junho, já se via protestos articulados em mais de 12 capitais e diversas cidades do interior²⁷. Com múltiplas pautas, manifestantes direcionavam críticas a todas as esferas de

²⁰Disponível em: http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/manifestantes-depredam-estacao-de-metro-banca-e-shopping-na-paulista.html Acessado em 07/02/2020>

²¹Disponível em: http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/06/protesto-contra-aumento-da-tarifa-de-onibus-gera-tumulto-no-centro-do-rio.htmlhttp://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/06/protesto-contra-aumento-da-tarifa-de-onibus-gera-tumulto-no-centro-do-rio.htmlhttps://g2.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/06/protesto-contra-aumento-da-tarifa-de-onibus-gera-tumulto-no-centro-do-rio.htmlhttps://g2.globo.com/rio-do-rio.html<a href="https://g2.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/06/protesto-contra-aumento-da-tarifa-de-onibus-gera-tumulto-no-centro-do-rio-d

²²Disponível em: http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/apos-fechar-marginal-pinheiros-ato-contratarifa-volta-avenida-paulista.htmlhttp://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/apos-fechar-marginal-pinheiros-ato-contratarifa-volta-avenida-paulista.htmlhttp://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/apos-fechar-marginal-pinheiros-ato-contratarifa-volta-avenida-paulista.htmlhttps://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/apos-fechar-marginal-pinheiros-ato-contratarifa-volta-avenida-paulista.htmlhttps://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/apos-fechar-marginal-pinheiros-ato-contratarifa-volta-avenida-paulista.htmlhttps://g1.globo.com/sao-paulista.htmlhttps://g1.globo.com/sao-paulista.htmlhttps://g1.globo.com/sao-paulista.htmlhttps://g1.globo.com/sao-paulista.htmlhttps://g1.globo.com/sao-paulista.htmlhttps://g1.globo.com/sao-paulista.htmlhttps://g1.globo.com/sao-paulista.htmlhttps://g1.globo.com/sao-paulista.htmlhttps://g1.globo.com/sao-paulista.html<a

²³Disponível em: http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/4-protesto-contra-tarifa-em-sp-tem-novo-confronto-e-mais-de-150-detidos.html Acessado em 07/02/2020>

²⁴Disponível em: https://noticias.r7.com/sao-paulo/fernando-haddad-diz-que-prefeitura-nao-entra-em-jogo-de-tudo-ou-nada-14062013
Acessado em 07/02/2020>

²⁵Disponível em: http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2013/06/grupo-faz-protesto-em-brasilia-contra-copa-das-confederacoes.html http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2013/06/grupo-faz-protesto-em-brasilia-contra-copa-das-confederacoes.html https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2013/06/grupo-faz-protesto-em-brasilia-contra-copa-das-confederacoes.html https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2013/06/grupo-faz-protesto-em-brasilia-contra-copa-das-confederacoes.html https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2013/06/grupo-faz-protesto-em-brasilia-contra-copa-das-confederacoes.html https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2013/06/grupo-faz-protesto-em-brasilia-contra-copa-das-copa-da

²⁶Disponível em https://www1.folha.uol.com.br/esporte/folhanacopa/2013/06/1295825-presidente-dilma-rousseff-e-vaiada-na-abertura-da-copa-das-confederacoes.shtml Acessado em 07/02/2020>

²⁷Disponível em: http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/protestos-pelo-pais-reunem-mais-de-250-mil-pessoas.html acessado em 07/02/2020>

governo, exigindo mais investimentos em áreas estratégicas. Com o aumento no volume de protestos e também da violência vista nas ruas, a avaliação do governo também foi impactada. Dilma, que chegou a alcançar 79% de aprovação pessoal em pesquisa CNI/Ibope²⁸, superando os ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva e 65% de aprovação do governo, segundo o *DataFolha*²⁹, viu sua avaliação positiva cair 27 pontos percentuais em apenas uma semana, como registra a pesquisa DataFolha de 29 de junho³⁰. Em meio à queda de popularidade e aumento exponencial do volume e frequência das manifestações, no dia 21, a presidenta entraria em pronunciamento em rede nacional, afirmando que acompanhava as manifestações, respeitava o direito de reivindicação, mas que não toleraria violência e arruaças. Durante o pronunciamento, prometeu ainda elaborar um Plano Nacional de Mobilidade Urbana, privilegiando o transporte público, destinar *royalties* do petróleo para a educação e trazer para o Brasil médicos do exterior para atender no SUS. Nessa fase dos protestos, as demandas eram cada vez mais amplas e diversas, como por exemplo, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 37, voto distrital (SINGER, 2013) e rejeição à política em geral.

Diante do caos nas ruas das principais capitais e, principalmente, em dia de jogos da Seleção Brasileira, no dia 24 de junho, após reunir-se com governadores e prefeitos das capitais, Dilma Rousseff anunciou um pacto com 5 medidas para atender às demandas dos manifestantes. Uma delas, a constituinte para reforma política, foi abandonada no dia seguinte. Nessa esteira, no Congresso, projetos visando criar uma "agenda positiva" foram aprovados, como o projeto de fim do voto secreto para cassação de mandatos³¹ e projeto que tornou corrupção crime hediondo³². Com o final da Copa das Confederações, as manifestações reduziram drasticamente em volume e em frequência.

Embora tenha sido um movimento rápido e intenso, as manifestações de junho deixaram rastros marcantes na política, em que se destaca o descrédito das instituições democráticas, dos políticos, do sistema eleitoral e principalmente partidário. Com a proximidade das eleições

²⁸Disponível em https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2013/03/19/dilma-cni-ibope.htm

²⁹Disponível em <a href="http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2013/03/1252102-aprovacao-a-governo-dilma-atinge-65.shtml|
<a href="http://datafolha.uol.com.br/opiniaopublica/2013/03/1252102-aprovacao-a-governo-dilma-atinge-65.shtml|
<a href="http://datafolha

³⁰Disponível em http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2013/06/1303659-aprovacao-a-governo-dilma-rousseff-cai-27-pontos-em-tres-semanas.shtmlacessado em 07/02/2020>

³¹Disponível em: http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/06/ccj-da-camara-aprova-fim-do-voto-secreto-para-cassacao-de-mandato.htmlhttp://g1.globo.com/politica/noticia/2013/06/ccj-da-camara-aprova-fim-do-voto-secreto-para-cassacao-de-mandato.htmlhttp://g1.globo.com/politica/noticia/2013/06/ccj-da-camara-aprova-fim-do-voto-secreto-para-cassacao-de-mandato.htmlhttp://g1.globo.com/politica/noticia/2013/06/ccj-da-camara-aprova-fim-do-voto-secreto-para-cassacao-de-mandato.htmlhttp://g1.globo.com/politica/noticia/2013/06/ccj-da-camara-aprova-fim-do-voto-secreto-para-cassacao-de-mandato.htmlhttp://g1.globo.com/politica/noticia/2012/06/ccj-da-camara-aprova-fim-do-voto-secreto-para-cassacao-de-mandato.html<a href="http://g1.globo.com/politica/noticia/2012/06/ccj-da-camara-aprova-fim-do-voto-secreto-para-cassacao-de-mandato-aprova-fim-do-voto-secreto-para-cassacao-de-mandato-aprova-fim-do-voto-secreto-para-cassacao-de-mandato-aprova-fim-do-voto-secreto-para-cassacao-de-mandato-aprova-fim-do-voto-secreto-para-cassacao-de-mandato-aprova-fim-do-voto-secreto-para-cassacao-de-mandato-aprova-fim-do-voto-secreto-para-cassacao-de-mandato-aprova-fim-do-voto-secreto-para-cassacao-de-mandato-aprova-fim-do-voto-secreto-para-cassacao-de-mandato-aprova-fim-do-voto-se

presidenciais, o sentimento de insatisfação e desejo de mudança, capturado por lideranças e movimentos de direita³³ à época, continuaram influenciando a mentalidade política do brasileiro. Os esforços da oposição em atender a tais demandas foram insuficientes³⁴ e o Partido dos Trabalhadores, mesmo após 12 anos na presidência, teve sua representante reeleita, porém nesse ínterim, o cenário político já não era tranquilo, a presidenta não contava com a opinião pública a seu favor e a agenda do continuísmo não era mais suficiente. Ademais, após as eleições de outubro, o candidato derrotado, Aécio Neves, pediria recontagem dos votos³⁵, duvidando da lisura do processo eleitoral e levantando suspeitas sobre a eleição de Dilma Rousseff, o que contribuiu ainda mais para a instabilidade política no final de 2014, culminando no atribulado ano de 2015. É nesse período, no final de dezembro de 2014, que se deu o pronunciamento na solenidade de entrega do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade.

2.3 Do pronunciamento

O *corpus* deste trabalho compreende os proferimentos da Presidenta da República, Dilma Vana Rousseff, no ato de instauração da Comissão Nacional da Verdade (CNV), no dia 16 de maio de 2012, no Palácio do Planalto, em Brasília e na solenidade de entrega do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade, no dia 10 de dezembro de 2014, também no Palácio do Planalto, em Brasília.

Politicamente, a instauração da Comissão da Verdade é considerada um marco do primeiro governo de Dilma Rousseff, visto que se tratou da primeira vez que o Governo Federal se envolveu formalmente na investigação dos crimes praticados pelos militares durante a ditadura e causou a admissão oficial por parte das Forças Armadas de que o regime violou os Direitos Humanos, envolvendo desta vez, investigação sobre as perseguições no campo e às populações indígenas. Além disso, cooperou fortemente para a construção da imagem da presidenta, que desde a campanha, apresentou-se como vítima da Ditadura Militar, tendo sofrido perseguição

³³Disponível em https://www.institutoliberal.org.br/blog/o-desejo-do-jovem-e-o-desejo-de-mudancas/

³⁴Disponível em http://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/2014/02/1416950-mesmo-com-desejo-de-mudanca-dilma-rousseff-lidera-corrida-eleitoral.shtml (Acessado em 07/02/2020>

³⁵Disponível em https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,psdb-de-aecio-neves-pede-auditoria-na-votacao,1585755
Acessado em 07/02/2020>

política e tortura física, sendo também uma das depoentes da Comissão. Segundo Abreu (2013), considera-se também que os levantamentos feitos pela Comissão cooperam para a construção coletiva da memória do povo brasileiro sobre o que aconteceu na ditadura. Crê-se na necessidade de inserir os pronunciamentos que constituem o *corpus* desta pesquisa não apenas no âmbito linguístico ou situacional, mas considerá-los como um ato político ao envolver, em sua base, relações de poder e legitimação, não sendo em si atos isolados da administração ou de cunho pessoal, mas sim, marcas relevantes na construção da imagem pública do governo e na construção histórica da narrativa sobre a ditadura militar no Brasil.

2.4 Comissão Nacional da Verdade (CNV)

Como mostra Gonçalves (2016), a instituição de comissões da verdade é comum no mundo e somam atualmente mais de 40 em países de todos os continentes. As comissões têm em comum "o objetivo de não deixar que o esquecimento político e social afete o futuro de um Estado Democrático de Direito. Elas são temporárias, tem um período pré-determinado e geralmente encerram seu trabalho com um relatório final" (GONÇALVES, 2016, p. 84).

Gonçalves (2016) afirma que uma das comissões considerada modelo para outros países, é a Comissão de Verdade e Reconciliação da África do Sul, com ampla participação das vítimas, contando com mais de 22 mil pessoas ouvidas. Na experiência sul-africana, os depoimentos eram trocados por anistia, "diferente de uma anistia geral sem levantamento dos fatos, como ocorreu na maioria dos países das Américas" (GONÇALVES, 2016, p. 84).

Cueva (2011), destaca também a Comissão de Esclarecimento Histórico³⁶(*La Comisón para el Esclarecimiento* Histórico, CEH) da Guatemala, instituída por meio de acordos de paz de Oslo³⁷, entre a Guatemala e a Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca (URGN). A CEH se assemelha à Comissão Nacional da Verdade brasileira por não ter o poder de imputar responsabilidade jurídica aos investigados.

https://www.undp.org/content/dam/guatemala/docs/publications/UNDP_gt_PrevyRecu_MemoriadelSilencio.pdf<Acessado em 01/06/2019>

em:https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/09/100902 entenda acordos orientemedio rc <Acessado em 01/06/2019>

³⁶Disponível em

³⁷ Disponíve

Na América Latina, a primeira comissão criada para esclarecimento de crimes cometidos em períodos de ditadura foi a Comissão Nacional de Inquérito sobre Desaparecimentos (*Comisión Nacional de Investigación de Desaparecidos Forzados*), na Bolívia, logo após a retomada da democracia, no ano de 1982. No Uruguai, após 11 anos de governo militar, o parlamento estabeleceu a criação da Comissão de Investigação da Situação das Pessoas Desaparecidas e suas Causas (*Comisión Investigadora sobre la Situación de Personas Desaparecidas y Hechos que la motivaron*), em 1985. Na Argentina, foi criada a Comissão Nacional sobre Desaparecimento de Pessoas (*La Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas*, CONADEP), cujo relatório intitulado "Nunca Mais" revelou que ao menos 30 mil civis foram mortos entre 1976 e 1983.

No Brasil, a transição política da ditadura para a democracia se deu ainda sob domínio e controle das forças militares e o forte poder político exercido pelas Forças Armadas se estende até os dias atuais. Fernando Affonso Collor de Mello, o primeiro presidente eleito por eleições diretas após a redemocratização foi o responsável pela primeira mudança de postura do Governo Federal em relação à ditadura ao devolver os arquivos do Departamento de Ordem e Política Social (DOPS) do Rio de Janeiro e São Paulo, em posse da Polícia Federal, para os governos estaduais por meio da Lei 8.159/1991, chamada Lei de Arquivos.³⁹ Em diálogo com Fernando Collor⁴⁰ por meio do *Twitter*, o atual Senador da República pelo estado de Alagoas afirmou que além da devolução dos documentos, determinou a extinção do Serviço Nacional de Informações (SNI), criado em 1964⁴¹ para coordenar serviços de informação no Brasil. Como justificativa, Fernando Collor apontou que a devolução dos arquivos à origem foi por decorrência natural, por não haver empecilho para abrir a investigação. Questionado acerca de outras ações que poderia ter tomado, como instauração de comissão de investigação ou alguma tratativa no sentido de dispor sobre mortos e desaparecidos durante a ditadura, afirmou que faltou tempo de mandato. Fernando Collor assumiu a presidência em 15 de março de 1990 e renunciou à presidência no dia 29 de dezembro de 1992; a extinção do SNI foi feita em seu primeiro dia de

_

³⁸Disponível em: http://www.desaparecidos.org/nuncamas/Acessado em 01/06/2019>

³⁹Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil 03/LEIS/L8159.htm<Acessado em 21/05/2020>

⁴⁰O senador Fernando Collor de Mello respondeu questionamentos feitos via Mensagem Direta na rede social *Twitter* em seu perfil oficial (@Collor) no *site* no dia 19/05/2020. Uma cópia do diálogo com Fernando Collor está disponível no Anexo 3 deste trabalho, contendo os questionamentos feitos e a resposta enviada pelo Senador e ex-presidente.

⁴¹A Lei 4.341/64 criou o Serviço Nacional de Informações. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4341.htmhttp://www.gov.br/ccivil_03/leis/L4341.htmhttp://www.gov.br/ccivil_03/leis/L4341.htmhttp://www.gov.br/ccivil_03/leis/L4341.htmhttp://www.gov.br/ccivil_03/leis/L4341.htmhttp://www.gov.br/ccivil_03/leis/L4341.htmhttp://www.gov.br/cc

mandato⁴² por meio da Medida Provisória nº 150/1990, convertida na Lei 8.028/1990⁴³, enquanto a Lei de Arquivos foi promulgada em janeiro de 1991. A pressão de grupos organizados da sociedade civil, como a Comissão Nacional de Familiares de Mortos e Desaparecidos e dos grupos Tortura Nunca Mais foi essencial para que a União tomasse medidas no sentido de divulgar os atos praticados por agentes do Estado durante a ditadura e assumir violações dos Direitos Humanos.

No final do ano de 1995, o presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou a lei nº 9.140 de 04 de dezembro de 1995⁴⁴, reconhecendo "como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979" (BRASIL, 1995, p.1) A lei também criou uma comissão especial, denominada Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) com as atribuições de

- I proceder ao reconhecimento de pessoas:
- a) desaparecidas, não relacionadas no Anexo I desta Lei;
- b) que, por terem participado, ou por terem sido acusadas de participação, em atividades políticas, tenham falecido por causas não-naturais, em dependências policiais ou assemelhadas; (Redação dada pela Lei nº 10.875, de 2004)
- c) que tenham falecido em virtude de repressão policial sofrida em manifestações públicas ou em conflitos armados com agentes do poder público; (Incluída pela Lei nº 10.875, de 2004)
- d) que tenham falecido em decorrência de suicídio praticado na iminência de serem presas ou em decorrência de seqüelas psicológicas resultantes de atos de tortura praticados por agentes do poder público; (Incluída pela Lei nº 10.875, de 2004)
- II envidar esforços para a localização dos corpos de pessoas desaparecidas no caso de existência de indícios quanto ao local em que possam estar depositados;(BRASIL, 1995, p. 1)

Com a Lei, o Estado Brasileiro reconhecia imediatamente a morte de 136 desaparecidos políticos, permitindo às famílias o acesso à documentação de óbito e a possibilidade de entrar com processos de indenização. A CEMDP atuou entre os anos de 1995 e 2007 e propiciou a promulgação de leis que ampliavam e tornavam mais abrangentes critérios para reconhecimento de vítimas da ditadura, como a Lei 10.536, de 14 de agosto de 2002⁴⁵ e a Lei 10.875 de 1º de julho de 2004⁴⁶. Mesmo sem a prerrogativa legal de investigar agentes ou punir violadores dos

⁴²Disponível em http://memorialdademocracia.com.br/card/extinto-o-monstro-criado-por-golbery Acessado em 21/05/2020>

⁴³Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil 03/LEIS/L8028.htm<Acessado em 21/05/2020>

⁴⁴Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil 03/LEIS/L9140compilada.htm<Acessado em 17/06/2019

⁴⁶Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil 03/ Ato2004-2006/2004/Lei/L10.875.htm Acessado em 17/06/2019>

Direitos Humanos, a CEMDP enfrentou oposição no Governo Federal por parte dos militares.

Fernando Henrique Cardoso (2015) na obra "Diários da Presidência", discute impasse na Presidência relativo ao caso de Carlos Lamarca e Carlos Marighella⁴⁷, ambos militantes contra a ditadura. Nelson Jobim, então Ministro da Justiça de Fernando Henrique Cardoso, afirmaria que a CEMDP havia votado para concessão de indenização para as famílias, entendendo que ambos foram mortos sob custódia. Fernando Henrique Cardoso escreve: "Vejo que o Jobim acha que essa é a melhor solução, porque encerra o caso. Encerra desde que não haja uma questão militar desnecessária" (CARDOSO, 2015, p. 739). Em seguida, relata que o general Osvaldo Gomes, representante do exército na comissão havia dito que o voto favorável a Lamarca era orientação governamental. Com o pedido de demissão do general Gomes, o presidente Fernando Henrique Cardoso se veria obrigado a recuar e não acatar o resultado da votação da CEMDP. "Claro, houve uma decisão, há uma lei, a lei criou a comissão, respeitamos, mas o Lamarca continua sendo um desertor." (CARDOSO, 2015, p. 740). Situações como essa, que se repetem em novos episódios nos anos a seguir, ilustram como o processo de redemocratização brasileiro aconteceu sob forte controle militar e todo avanço no sentido de investigar e elucidar crimes cometidos durante a ditadura provém de intensas disputas internas, negociações e recuos, sempre com resultados possíveis afastados do ideal.

A Comissão Nacional da Verdade (CNV) não fugiu ao padrão. A comissão teve o prazo de dois anos, a partir da instauração, para apurar violações aos direitos humanos cometidas por instâncias governamentais, entre os anos de 1946 e 1988. Criada pela lei 12528/2011⁴⁸ e promulgada por Dilma Rousseff, 27 anos após o fim da ditadura, a Comissão teve o prazo estendido até dezembro de 2014, pela Medida Provisória nº 632⁴⁹. Como informa o *hotsite*⁵⁰ da

⁴⁷Em 2007, sob a gestão de Luiz Inácio Lula da Silva, Carlos Lamarca foi promovido a Coronel do Exército e foi concedida a condição de perseguidos políticos para sua família. Os atos que concederam o pagamento de pensão para a viúva Maria Lamarca foram anulados pela Justiça Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2015/05/12/justica-cancela-indenizacao-a-familia-de-carlos-lamarca.htm Acessado em 09/07/2020. Em relação a Carlos Marighella, em 1996 foi reconhecida a responsabilidade do Estado por sua morte, em 2008 foi decidido que sua companheira deveria receber pensão do governo brasileiro e em 2012 teve sua anistia oficializada pelo então ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. Disponível em: <a href="https://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2012-11-09/governo-oficializa-anistia-politica-de-carlos-marighella<a href="https://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2012-11-09/governo-oficializa-anistia-politica-de-carlos-marighella<a href="https://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2012-11-09/governo-oficializa-anistia-politica-de-carlos-marighella<a href="https://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2012-11-09/governo-oficializa-anistia-politica-de-carlos-marighella<a href="https://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2012-11-09/governo-oficializa-anistia-politica-de-carlos-marighella<a href="https://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2012-11-09/governo-oficializa-anistia-politica-de-carlos-marighella<a href="https://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2012-11-09/governo-oficializa-anistia-politica-de-carlos-marighella<a href="https://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2012-11-09/governo-oficializa-anistia-politica-de-carlos-marighella<a href="https://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2012-

⁴⁸Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm<Acessado em 31/05/2019>

⁴⁹Disponível em: <a href="https://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2013/medidaprovisoria-632-24-dezembro-2013-777760-publicacaooriginal-142506-pe.html<a href="https://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2013/medidaprovisoria-632-24-dezembro-2013-777760-publicacaooriginal-142506-pe.html<a href="https://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2013/medidaprovisoria-632-24-dezembro-2013-777760-publicacaooriginal-142506-pe.html<a href="https://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2013/medidaprovisoria-632-24-dezembro-2013-777760-publicacaooriginal-142506-pe.html<a href="https://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2013/medidaprovisoria-632-24-dezembro-2013-777760-publicacaooriginal-142506-pe.html<a href="https://www.accanara.leg.br/legin/fed/medpro/2013/medidaprovisoria-632-24-dezembro-2013-777760-publicacaooriginal-142506-pe.html<a href="https://www.accanara.leg.br/legin/fed/medpro/2013/medidaprovisoria-632-24-dezembro-2013-777760-publicacaooriginal-142506-pe.html<a href="https://www.accanara.leg.br/legin/fed/medpro/2013/medidaprovisoria-632-24-dezembro-2013-777760-publicacaooriginal-142506-pe.html<a href="https://www.accanara.leg.br/legin/fed/medpro/2013/medidaprovisoria-632-24-dezembro-2013/medidapro

⁵⁰Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php<Acessado em 31/05/2019>

CNV, o foco principal seria a apuração de casos de desaparecidos políticos, que somam cerca de 150, conforme o livro-documento "Direito à Memória e à Verdade", elaborado pelo Governo Federal.

Em 2010, o Brasil fora condenado na Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA)⁵¹ em ação movida por familiares de mortos e desaparecidos na Guerrilha do Araguaia, ação armada orquestrada por militantes do Partido Comunista do Brasil (PC do B) ao longo das margens do Rio Araguaia, na região amazônica, entre os anos de 1972 e 1974 com o intuito de desencadear uma revolução socialista. As sinalizações internacionais acerca da indefinição no Brasil em relação à investigação destes casos também foram motivadoras da instalação da Comissão, e foi observada nas solenidades. O representante regional do Alto Comissariado da Organização das Nações Unidas (ONU) para os Direitos Humanos, Américo Ingalcaterra, esteve presente no ato de instauração da Comissão e ressaltou o exemplo do Brasil em defesa "dos direitos humanos, da memória das vítimas e a suas famílias", ajudando na reconciliação do Brasil com seu passado⁵².

A criação da Comissão foi sugerida na 11ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos⁵³ (CNDH), no governo de Luiz Inácio Lula da Silva. O texto da Conferência serviria de base para a elaboração do Terceiro Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), de 2009. Gonçalves (2016) relata que a primeira versão do documento trazia a comissão como Comissão Nacional da Verdade e da Justiça. A palavra "justiça" não constaria no relatório final⁵⁴, simbolizando uma vitória interna do Ministério da Defesa sob o Ministério da Justiça e a Secretaria de Direitos Humanos. No documento, o governo reconhece a dificuldade que enfrentou e segue enfrentando para discutir e esclarecer crimes cometidos durante o regime militar iniciado em 1964.

O Brasil ainda processa com dificuldades o resgate da memória e da verdade sobre o que ocorreu com as vítimas atingidas pela repressão política durante o regime de 1964. A impossibilidade de acesso a todas as informações oficiais impede que familiares de mortos e desaparecidos possam conhecer os fatos relacionados aos crimes praticados [...]. As ações programáticas deste eixo orientador têm como finalidade assegurar o

http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Direitos humanos XI/deliberacoes 11 conferencias direitos humanos.pdf<Acessado em 01/06/2019>

⁵¹ Disponível em: <a href="https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,oea-condena-brasil-por-mortes-na-guerrilha-do-araguaia,653670<a href="https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,oea-condena-brasil-por-mortes-na-guerrilha-brasil-

⁵²https://nacoesunidas.org/o-brasil-e-a-comissao-da-verdade-por-amerigo-incalcaterra/<Acessado em 31/05/2019>

⁵³Disponível em:

⁵⁴Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil 03/ Ato2007-2010/2009/Decreto/D7037.htmAcessado em 01/06/2019>

processamento democrático e republicano de todo esse período da história brasileira, para que se viabilize o desejável sentimento de reconciliação nacional. E para se construir consenso amplo no sentido de que as violações sistemáticas de Direitos Humanos registradas entre 1964 e 1985, bem como no período do Estado Novo, não voltem a ocorrer em nosso país, nunca mais. (BRASIL, 2010, p. 170-173)

O documento, que propunha a formação da Comissão da Verdade enquanto um grupo "composto por representantes da Casa Civil, do Ministério da Justiça, do Ministério da Defesa e da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República" (GONÇALVES, 2016, p. 91) provocou reações nas Forças Armadas, quando os comandantes do Exército, Marinha e Aeronáutica ameaçaram pedir demissão caso não houvesse revisão de ações programáticas do PNDH-3, como a criação de grupos de trabalho para incentivar o congresso a revogar "leis remanescentes do período 1964-1985 que sejam contrárias à garantia dos Direitos Humanos ou tenham dado sustentação a graves violações". Gonçalves (2016) explica que, para os militares, tal ação abria precedentes para revogação da Lei da Anistia. O texto do PNDH-3 também gerou insatisfação nos setores conservadores, como membros da Igreja Católica, ruralistas e empresários. Na ocasião, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou decreto⁵⁵ recuando em temas polêmicos, retirando da proposta o trecho que indicava a investigação de violações de direitos humanos praticados no contexto da repressão política e temas como aborto, ocupações de terra e liberdade de imprensa. Tal recuo marcaria a vitória dos setores conservadores e principalmente das Forças Armadas.

Após os recuos e alinhamentos, em maio de 2010 o Governo Federal entregou para a Câmara dos Deputados o Projeto de Lei (PL) 7376/2010⁵⁶, que seria aprovado na forma da Lei Ordinária 12528/2011⁵⁷, um ano depois, criando a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Ficaria acordado que as ações da CNV seguiriam a Lei da Anistia e a legislação relativa à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos⁵⁸ (CEMDP) e à Comissão de Anistia⁵⁹. O artigo 3º da Lei dispõe sobre os objetivos da Comissão Nacional da Verdade, são elas:

I - esclarecer os fatos e as circunstâncias dos casos de graves violações de direitos humanos mencionados no $\it caput$ do art. 1° ;

⁵⁵ Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil 03/ Ato2007-2010/2010/Decreto/D7177.htm#art1 > Acessado em 02/06/2019

⁵⁶Disponível em < https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=478193 Acessado em 02/06/2019

⁵⁷Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2011/lei-12528-18-novembro-2011-611803-norma-pl.html> Acessado em 02/06/2019

⁵⁸Disponível em <https://cemdp.sdh.gov.br/> Acessado em 02/06/2019

⁵⁹Disponível em <<u>https://www.mdh.gov.br/comissaodeanistia</u>> Acessado em 02/06/2019

II - promover o esclarecimento circunstanciado dos casos de torturas, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres e sua autoria, ainda que ocorridos no exterior;

III - identificar e tornar públicos as estruturas, os locais, as instituições e as circunstâncias relacionados à prática de violações de direitos humanos mencionadas no *caput* do art. 1º e suas eventuais ramificações nos diversos aparelhos estatais e na sociedade;

IV - encaminhar aos órgãos públicos competentes toda e qualquer informação obtida que possa auxiliar na localização e identificação de corpos e restos mortais de desaparecidos políticos, nos termos do art. 1º da Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995;

V - colaborar com todas as instâncias do poder público para apuração de violação de direitos humanos;

VI - recomendar a adoção de medidas e políticas públicas para prevenir violação de direitos humanos, assegurar sua não repetição e promover a efetiva reconciliação nacional; e

VII - promover, com base nos informes obtidos, a reconstrução da história dos casos de graves violações de direitos humanos, bem como colaborar para que seja prestada assistência às vítimas de tais violações. (BRASIL, 2011, p. 1)

Na instalação da Comissão Nacional da Verdade, em cerimônia solene no Palácio do Planalto, no dia 16 de maio de 2012, reuniram-se quatro ex-presidentes da República, José Sarney, Fernando Collor de Mello, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. Os comandantes das Forças Armadas, que também estiveram presentes na cerimônia de assinatura da Lei que criou a Comissão Nacional da Verdade, general Enzo Martins Peri, do Exército; brigadeiro Juniti Saito, da Aeronáutica; almirante Júlio Soares Neto, da Marinha e o general José Carlos De Nardi, do Estado Maior Conjunto das Forças Armadas, estiveram presentes, bem como autoridades e personalidades da sociedade civil brasileira. A cerimônia também marcaria a posse dos sete membros da CNV. Em que pesem os debates internos para a instalação da Comissão, dias após a cerimônia, o general da reserva e ex-ministro do Exército durante o governo de José Sarney, Leônidas Pires Gonçalves, criticou⁶⁰ o propósito da CNV e a presidenta Dilma Rousseff, alegando que a presidenta deveria "ter a modéstia de deixar de olhar o passado e olhar para a frente", além de afirmar que a referida é "uma moeda falsa, que só tem um lado" e que a Comissão seria "completamente extemporânea". Sob este clima de tensão e embate de forças que os sete membros empossados para a CNV atuariam nos anos a seguir.

-

⁶⁰Disponível em

2.4.1 Do Relatório Final

Embora não seja o objetivo final deste trabalho a análise dos relatórios entregues pela Comissão da Verdade, cabe analisarmos as características do gênero, apresentar as circunstâncias de produção, autores, conteúdo e a legislação que os norteiam de forma a criar um vínculo entre a situação e a motivação dos discursos e o pronunciamento em si.

O relatório, enquanto gênero textual, apresenta-se em formatos e funcionalidades diversas, podendo ser técnico, acadêmico, gerencial, de atividades ou científico. No Brasil, as normas de produção de relatórios técnicos e científicos é regida pela NBR 10719:2015⁶¹; nesses âmbitos, a aplicação da norma é obrigatória e opcional nos demais tipos. O Relatório Final da Comissão da Verdade, por sua vez, é um relatório de atividades e seu teor é regido pela Lei 12.528/2011⁶² e pelo Regimento Interno da Comissão da Verdade⁶³, que determinam as funções da CNV e, portanto, as conclusões que devem estar expressas nos relatórios. São elas:

Art. 3º São objetivos da Comissão Nacional da Verdade:

I - esclarecer os fatos e as circunstâncias dos casos de graves violações de direitos humanos mencionados no caput do art. 1º

II - promover o esclarecimento circunstanciado dos casos de torturas, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres e sua autoria, ainda que ocorridos no exterior;

III - identificar e tornar públicos as estruturas, os locais, as instituições e as circunstâncias relacionados à prática de violações de direitos humanos mencionadas no caput do art. 1º e suas eventuais ramificações nos diversos aparelhos estatais e na sociedade;

IV - encaminhar aos órgãos públicos competentes toda e qualquer informação obtida que possa auxiliar na localização e identificação de corpos e restos mortais de desaparecidos políticos, nos termos do <u>art. 1º da Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995;</u>

V - colaborar com todas as instâncias do poder público para apuração de violação de direitos humanos;

VI - recomendar a adoção de medidas e políticas públicas para prevenir violação de direitos humanos, assegurar sua não repetição e promover a efetiva reconciliação nacional: e

VII - promover, com base nos informes obtidos, a reconstrução da história dos casos de graves violações de direitos humanos, bem como colaborar para que seja prestada assistência às vítimas de tais violações.⁶⁴

http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/regimento interno cnv 130712.pdf<Acessado em 03/10/2019)

⁶¹Disponível em https://www.abntcatalogo.com.br/norma.aspx?ID=333594<Acessado em 03/10/2019>

⁶²Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12528.htm Acessado em 03/10/2019>

⁶³Disponível em

⁶⁴Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil 03/ Ato2011-2014/2011/Lei/L12528.htm<Acessado em 03/10/2019>

Criada com o princípio de publicidade, tendo o dever explícito em lei de tornar as informações públicas, a Comissão expôs em relatório de livre acesso o resultado das pesquisas. Acerca do gênero textual relatório, Costa (2015) afirma que "sua função sociocomunicativa é semiotizar, por meio de estruturas linguísticas descritivas e/narrativas, os resultados ou as ações desenvolvidas após uma atividade de trabalho [...]" (COSTA, 2015, p. 244). Com a definição, subentende-se que o conteúdo do relatório deve remeter ao passado, de forma não-ficcional e diz respeito a ações concluídas – por si mesmo ou por outrem –, portanto devem descrever um processo de trabalho específico.

Bakhtin (2011) e Maingueneau (2004), o primeiro mais intensamente e de forma pioneira, trazem discussões sobre os gêneros textuais na concepção linguística da expressão. Bakhtin, em *Estéticas da Criação Verbal* (2011), afirma que o uso da língua em diferentes esferas e atividades, estabelece "tipos relativamente estáveis" de se ordenar e constituir enunciados, que padronizam a forma de enunciação e recepção de tipos específicos de comunicação, constituindo gêneros. Por "relativamente estáveis", entende-se que circunstâncias sociais e tempo histórico são capazes de modificar tais estruturas, portanto o gênero estaria caracterizado mais pela função do que pela forma com que se estrutura. Maingueneau (2004), por sua vez, entende o gênero enquanto contrato, o que "significa afirmar que ele é fundamentalmente cooperação dos envolvidos na comunicação e a mútua aceitação das regras que regem a situação de comunicação. Dito isso, não se pretende alongar a discussão acerca do gênero textual, mas evidenciar a função do documento produzido pela CNV, e os objetivos pretendidos ao nomear a produção como relatório, cujas informações sobre teor e condições de produção, discutiremos abaixo.

O Relatório Final da Comissão da Verdade foi publicado em 2014, em três volumes. O primeiro⁶⁵, assinado pelos membros da comissão, José Carlos Dias, José Paulo Cavalcanti Filho, Maria Rita Kehl, Paulo Sérgio Pinheiro, Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari e Rosa Maria Cardoso da Cunha, relata o percurso de criação da CNV, os fatos analisados, documentos reunidos e apresentadas conclusões e recomendações para o Governo Federal e sociedade civil

_

⁶⁵Volume 1 do Relatório Final da Comissão da Verdade, disponível em http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf<Acessado em 17/06/2019>

para que as violações documentadas não tornem a acontecer. O primeiro volume de 976 páginas, se divide em 5 partes. São elas: A Comissão Nacional da Verdade; As estruturas do Estado e as graves violações dos direitos humanos; Métodos e práticas nas graves violações dos direitos humanos e suas vítimas; Dinâmicas das graves violações de direitos humanos: casos emblemáticos, locais e autores e, por último, Conclusões e recomendações. No relatório, se reconhece a colaboração de órgãos externos à comissão, comissões estaduais e programas internacionais no trabalho.

Essa equipe foi constituída por servidores públicos nomeados para a CNV ou cedidos de outros órgãos da administração pública e por pesquisadores contratados por intermédio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), ao qual a CNV expressa o reconhecimento pelo apoio dispensado. Também fundamental para os trabalhos da CNV foi a colaboração das comissões da verdade estaduais, municipais e setoriais instaladas por todo o país, com as quais a CNV celebrou acordos de cooperação técnica. (BRASIL, 2014, p. 9)

Este volume, conforme explicitado pelo texto de abertura, visa atender às exigências da Lei 12.528/2011, que criou a CNV, apresentando a realidade enquanto fato, com a supressão de textos de caráter analítico para suprir a materialidade de dados para "efetivação do direito à memória e efetivação histórica" (BRASIL, 2014a, p. 15). O relatório não faz uma recomendação explícita para a revisão da Lei da Anistia, embora seja um assunto corrente 66 entre equipes de defesa dos direitos humanos.

O segundo volume⁶⁷ do Relatório Final também é assinado pelos seis membros da CNV e é denominado "Textos Temáticos". Com 416 páginas, é composto por material autoral de conselheiros da CNV "que o elaboraram ou supervisionaram com o respaldo de consultores, assessores do órgão e pesquisadores externos" (BRASIL, 2014, p. 16). Os textos são: Violações de direitos humanos no meio militar; Violações de direitos humanos dos trabalhadores; Violações de direitos humanos nas igrejas cristãs; Violações de direitos humanos dos indígenas; Violações de direitos humanos na universidade; Ditadura e homossexualidades; Civis que colaboraram com a ditadura e A

http://www.brasilrecente.com/2014/12/sobre-o-relatorio-da-comissao-da-verdade.html < Acessado em 17/06/2019 >

⁶⁶O historiador Carlos Fica ressalta que a revisão da Lei da Anistia é necessária e passa por forte resistência das Forças Armadas, que encaram qualquer possibilidade de discussão desta, uma afronta à instituição. Dilma Rousseff se pronunciaria contrária à revisão, motivando o historiador a afirmar que seria necessária a intervenção e participação do Congresso Nacional no assunto. Mais em:

⁶⁷Disponível em http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume 2 digital.pdf<Acessado em 17/06/2019>

resistência da sociedade civil às graves violações de direitos humanos. Neste volume, destacase a participação e apoio intenso de veículos de imprensa à ditadura militar. Em "Civis que colaboraram com a ditadura", o relatório aponta que houve um consenso entre veículos de imprensa, para alinhamento às ideias do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), que conspirava contra o governo de João Goulart.

Foi na criação de certo consenso em torno do movimento pela deposição do presidente João Goulart e, posteriormente, em apoio ao regime ditatorial, que parte da imprensa brasileira contribuiu decisivamente. Em primeiro lugar, na divulgação de uma visão que afirmava estar o próprio presidente Goulart à frente de ações que conduziram à subversão da ordem constituída (justamente o que seus opositores mais extremistas estavam fazendo), ou apoiando sua deposição a partir da propagação da ideia de que, no princípio de abril de 1964, o frágil regime democrático brasileiro tornara-se seguro, como figurou em editorial do jornal carioca O Globo. 27 Assim, mesmo órgãos com posições mais moderadas – como o Correio da Manhã e o Jornal do Brasil, que, ao contrário das folhas citadas, apoiaram a posse constitucional do presidente Goulart na crise de agosto de 1961 – participaram da campanha de desestabilização. (BRASIL, 2014b, p. 320)

O documento expõe o apoio da mídia tradicional ao golpe, ressaltando o caráter civil-militar da ditadura. Em editorial do Jornal A *Folha de São Paulo*, de 14 de março de 1964, um dia após o Comício da Central, lê-se a defesa explícita de uma intervenção militar contra o presidente João Goulart.

.

O Comício de ontem, se não foi um comício pré-ditadura, terá sido um comício de lançamento de um espúrio movimento de reeleição do próprio sr. João Goulart. Resta saber se as Forças Armadas, peça fundamental para qualquer mudança deste tipo, preferirão ficar com o sr. João Goulart, traindo a Constituição e a pátria, ou permanecer fiéis àquilo que devem defender, isto é, a Constituição, a pátria e as instituições. Por sua tradição, elas não haverão de permitir esta burla.⁶⁸

O apoio explícito à intervenção militar, somado ao alinhamento aos setores conservadores da sociedade, à época representados por grupos, instituições e associações diversas como o próprio IPES, Tradição, Família e Propriedade (TFP), Novos Inconfidentes, Campanha da Mulher Pela Democracia (Camde) e Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) levantam questões acerca das relações entre mídia e poder que são estabelecidas no processo político e que seguem relevantes no cenário atual em que os mesmos veículos e conglomerados de mídia (*Jornal O Globo, Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo*) que seguem dominando o cenário nacional.

⁶⁸Editorial do *Jornal Folha de São Paulo* do dia 14 de março de 1964. Disponível em https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=1423&anchor=4419876&origem=busca&pd=238a122ff00e9e00c857616cb11e6a4c<Acessado em 17/06/2019>

Por último, o terceiro volume do Relatório Final⁶⁹ é o mais extenso dos três, contando com 1996 páginas que trazem o perfil pessoal de 434 mortos e desaparecidos políticos no Brasil e no exterior, entre os anos de 1946 e 1988. Na introdução, o documento explicita os critérios utilizados para definir o desaparecimento forçado e o desaparecimento político e requisitos que devem ser atendidos para o registro, como encontrar os restos mortais e devida inspeção nos documentos de óbito. O relatório afirma que a classificação foi feita ainda, em concordância com tratados internacionais. Cada um dos perfis é dividido conforme os seguintes critérios:

A estrutura dos perfis foi dividida em oito partes: dados pessoais, biografia, considerações sobre os casos anteriores à instituição da CNV, circunstância da morte ou do desaparecimento, identificação do local, identificação da autoria, fontes principais de investigação e conclusões e recomendações. A CNV baseou-se nos dados já sistematizados nos livros Dossiê ditadura e Direito à memória e à verdade, especialmente no que se refere aos dados pessoais (inclusive as fotografias), biografia e circunstâncias da morte e do desaparecimento. (BRASIL, 2014c, p. 27)

No mesmo dia da cerimônia de entrega dos relatórios, o Clube Militar se manifestou em nota intitulada "Relatório Requentado"⁷⁰, assinada pelo presidente do clube, general Pimentel. A nota em tom bélico é crítica à comissão, afirmando que "A finalidade da CNV, desde sua concepção, sempre foi uma só: alterar a Lei de Anistia parcialmente", ressaltando que seria apenas para prejudicar os agentes do estado, fazer com que a Anistia não os proteja enquanto os "angelicais terroristas merecem toda a proteção e indenizações criadas ou a criar". A nota diz ainda que "o relatório só poderia ser uma coleção de meias verdades, calúnias e mentiras inteiras, embaladas com pedaços de verdade cuja divulgação confirme a orientação socialista [...]".Cinco dias após a publicação da nota "Relatório Requentado", o Clube Militar publicou uma segunda nota, denominada "Uma mácula a ser limpa"⁷¹, repudiando o conteúdo dos relatórios com veemência, como demonstra o trecho a seguir.

É inadmissível aceitar passivamente que uma comissão que se fez espúria, por suas próprias resoluções, resolva qualificar como criminosa toda a cadeia de comando nacional, envolvendo presidentes, ministros e comandantes militares de toda ordem, por, irresponsavelmente, querer assim fazê-lo, sem qualquer comprovação, seguindo, unicamente, seu juízo sectário.

⁶⁹Disponível em http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_3_digital.pdfhttp://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_3_digital.pdf

⁷⁰O General Gilberto Rodrigues Pimentel, presidente do Clube Militar assina a nota, disponível no endereço http://clubemilitar.com.br/pensamento-do-clube-militar-14/<acessado em 22/06/2019>

⁷¹Disponível em http://clubemilitar.com.br/pensamento-do-clube-militar-15/<Acessado em 22/06/2019>

É, sim, uma questão de honra institucional a ser defendida na busca da preservação de todo um patrimônio imaterial conquistado, século após século, por milhares de pessoas dedicadas à verdadeira causa da Pátria.

Com a palavra as Forças Armadas do Brasil!

Tal trecho deixa explícita a convocação do general Pimentel para que as Forças Armadas se pronunciem em relação ao Relatório Final, desautorizando as versões da história levantadas pela Comissão da Verdade, o próprio Governo Federal e suscitando o poder institucional das FFAA para defesa da narrativa e da Anistia conforme dada anteriormente. O Supremo Tribunal Militar (STM) também se manifestou de forma pouco amigável à Comissão, por meio de nota à imprensa⁷², afirmando, desde o princípio, que o Relatório Final traz "equívocos e inverdades constantes", desmentindo trechos do relatório que mencionam o STM, negando que não foi cumprida a missão de elidir fatos da época, visto que o tribunal "assegurou os princípios garantistas e os direitos humanos". A nota, que é encerrada com o trecho

Por fim, entende-se, como inverídicos, injustos e equivocados, os conceitos contidos no relatório da Comissão Nacional da Verdade, a respeito da Justiça Militar da União, cuja atuação tem contribuído à estabilidade pátria desde a sua criação há 206 anos.

evidencia que, para a institucionalidade militar, a Comissão da Verdade foi encarada como uma ameaça à hegemonia da narrativa sobre a ditadura ao dar espaço para as vítimas e familiares exporem suas histórias, não evidenciando o discurso oficial de ameaça comunista, de guerrilheiros socialistas e demais argumentos invocados pela oficialidade da época que justificaram o golpe civil-militar em 1964 e a permanência dos militares no poder até a década de 1980. No entanto, como observa Gonçalves (2016), apesar de esforços para elucidação das violações dos direitos humanos durante a ditadura militar brasileira, permanece hoje como mais evidente e aceita, a versão dos militares de que o golpe, chamado de intervenção pelos mais simpáticos, foi para evitar uma ameaça comunista, o mal maior, que poderia ser representado pelas reformas de base de João Goulart, ou exageros anticomunistas.

O esforço para retomar parte da história política de Dilma Rousseff e também dos processos que possibilitaram a criação desta Comissão da Verdade, assim como a consequente produção do relatório, seu teor e reações geradas após sua publicação oferece base para o entendimento da situação e do embate de narrativas que se apresentava nas situações dos pronunciamentos

⁷²Disponível em https://www.stm.jus.br/informacao/agencia-de-noticias/item/3862-nota-a-imprensa-do-superior-tribunal-militar<Acessado em 22/06/2019>

que constituem o *corpus* deste trabalho. É essencial a compreensão de que, mesmo dentro das estruturas do Governo Federal pós ditadura, os militares exercem forte poder e se mobilizam para constranger e coagir civis, inclusive presidentes da república, para agir conforme determinados interesses. A exposição do embate político e os caminhos e recuos traçados abre caminhos interpretativos importantes, contribuindo, inclusive para a discussão sobre memória, censura e esquecimento que se encaminha a seguir.

3.0 Memória e censura

3.1 Censura

Ao refletirmos sobre alocuções que referenciam o período ditatorial brasileiro, a necessidade de discorrer sobre a censura e o silenciamento como instrumentos políticos se torna essencial. Nessa seção, abordaremos algumas concepções sobre a censura no campo da linguística, com contribuições de autores que cooperam na construção do sentido da censura, principalmente no contexto brasileiro. Por se tratar de um assunto amplo, com abordagens diferentes, o foco é direcionado para ideias que estabeleçam diálogo direto com o *corpus* e os objetivos deste trabalho, relacionando tais conceitos à censura na imprensa, como elaboram Orlandi (1995) e Mariani (1998), quando discutem o silêncio e silenciamento. Discutiremos os processos políticos que levaram ao estabelecimento da censura como um ato legítimo do aparato estatal brasileiro e o papel desta na implantação e sustentação da ditadura militar.

No Brasil, entre os anos de 1969, até a redemocratização, em 1988, a censura foi um ato de Estado, regulamentada por lei e praticada como parte da política vigente. Em 1968, no dia 26 de junho, com a passeata dos cem mil⁷³, no Rio de Janeiro, o governo se sentiu encurralado (GASPARI, 2014b, p. 207) e na necessidade de tomar providências para que conseguissem continuar seu intento "revolucionário".

Em dezembro do mesmo ano, em reunião do Conselho Nacional de Segurança, é aprovado o Ato Institucional nº 5. O AI-5⁷⁴, que data de 13 de dezembro de 1968, inaugurou o período mais rígido da ditadura militar, que ficaria conhecido como *anos de chumbo*. O AI-5 decretava o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e Câmaras dos Vereadores,

⁷³Disponível em <a href="http://memorialdademocracia.com.br/card/passeata-dos-cem-mil-afronta-a-ditadura<a h

⁷⁴Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil 03/AIT/ait-05-68.htm< Acessado em 0/07/2019>

delegando ao Executivo Federal todas as prerrogativas legislativas em todos os âmbitos, permitia à União a livre nomeação de interventores para os estados brasileiros, e também delegava o poder de suspensão dos direitos políticos de qualquer cidadão durante 10 anos, sob a justificativa de proteger a revolução. Tal suspensão poderia envolver "liberdade vigiada, proibição de frequentar determinados lugares e domicílio determinado". (BRASIL, 1968) O AI-5 suspenderia também a concessão de *habeas corpus* para casos de "crime político, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular". A partir de então, os agentes públicos tinham a permissão expressa para deter qualquer cidadão pelo período de 60 dias. Além de institucionalizar a arbitrariedade e a perseguição política de opositores, o AI-5 oferecia prerrogativas para intensificar a censura já praticada desde 1964 contra a livre manifestação de artistas e veículos de imprensa. O general César Montagna de Souza editaria um manual que justificaria os procedimentos de censura, de acordo com Gaspari (2014b), afirmando que a imprensa deveria prestar "o total respeito à Revolução de Março". O Documento determinava que

Não deverão ser divulgadas notícias que possam:

- -Propiciar o incitamento à luta de classes (...)
- Comprometer no exterior a imagem ordeira e econômica do Brasil
- Tumultuar os setores comerciais, financeiro e de produção (...)
- Veicular atividades subversivas, greves ou movimentos operários (GASPARI, 2014b, p. 216)

A estrutura de coerção montada pela ditadura militar, somada às diretrizes de operação de veículos de imprensa – se estendendo para artistas, escritores e sociedade civil em geral – criou um clima de suspensão da verdade, visto que não havia liberdade para publicação, produção de informação e conteúdo livre. Publicação e peças deveriam estar submetidas a análises do Executivo Federal, que determinavam se tal conteúdo poderia ser veiculado ou não, gerando um estoque de não-ditos e formatações suprimidas de fragmentos.

Do ponto de vista dos estudos do discurso, o "silêncio" gerado pelas proibições e limitações pode ser entendido não apenas por sua ausência, mas como significante já em sua raiz, como afirma Orlandi (1992). Orlandi (1992), em "As formas do silêncio" afirma que o silêncio "faz parte da constituição do sujeito e do sentido" (ORLANDI, 1992, p. 87) e nomeia como Discurso da Resistência o silêncio causado pela coerção política e imposto de forma não a "calar o interlocutor, mas impedi-lo de sustentar outro discurso" (ORLANDI, 1992, p. 102). Tal coerção e impedimento de sustentar determinadas posições por meio de enunciações se denomina

censura. Podemos explicar a censura pela interdição das possibilidades de o sujeito poder se inscrever em formações discursivas⁷⁵ determinadas, proibindo "certos sentidos porque se impede o sujeito de ocupar certos lugares, certas posições" (ORLANDI, 1992, p. 104). Como a censura não se dá sozinha, sendo necessário um outro para que exista, é possível pressupor disputas por memórias e narrativas, visto que determinadas expressões são inibidas necessariamente em prol do destaque de outras. Dito isso, a supracitada autora expressa que o silêncio produzido pela censura nada tem a ver com a ausência de informação, mas a interdição desta. Portanto entende como sua função o impedimento da "circulação e de elaboração histórica dos sentidos, assim como sobre o processo de identificação do sujeito em sua relação com os sentidos (ORLANDI, 1992, p. 107) em situações específicas em que se aplica.

Em contextos em que a censura é exercida às claras por um poder político, como foi no caso da ditadura militar no Brasil, há um componente que se estabelece do outro lado da interdição, que é a resistência. Como a censura atinge diretamente a constituição da identidade do sujeito, se esta não é inscrita dentro do "permitido", o sujeito irá se expressar, então, buscando ressignificar narrativas, signos e o próprio silêncio. Para o analista de discurso, portanto, a censura surge como espaço para extrapolar o entendimento do funcionamento do discurso, dado que a interdição altera as condições de circulação e produção, que por sua vez, desloca sentidos e autossignifica em circunstâncias específicas.

Barbosa (2009), ao falar sobre a ditadura militar brasileira, se refere à Orlandi (1992) ao ressaltar que a censura interfere no simbólico ao atuar como um mecanismo de poder que busca a hegemonia de um discurso único e gera, na resistência, múltiplos sentidos. Neste ponto, a imprensa passa a integrar a discussão, ao ser historicamente um objeto alvo de censura, como explica Barbosa (2009), mas não somente o único. O silenciamento de culturas, idiomas, formas de expressão, cultos e congêneres também se manifesta no contexto da ditadura militar e se inscreve no mesmo plano de convergência dos discursos a um único, por meio do método de proibição e interdição de outrem. Ainda de acordo com a supracitada autora, ao considerar que

-

⁷⁵Foucault (2012) define uma formação discursiva (FD) como elemento delimitador de regularidades, que podem se apresentar enquanto "ordem, correlações, posições, fundamentos, transformações" (FOUCAULT, 2012, p. 47). Uma FD operaria determinando o que pode ou não ser dito em determinadas condições de produção do discurso e também forma imaginários e cria contextos. Em Pechêux (1995), a FD encontra relação com a ideologia, na medida em que o autor afirma que esta traz representações e posições sociais como elementos para o confronto. Assim, o autor reinscreve o conceito de Foucault em uma problemática envolvendo a ideologia em diálogo com Althusser.

a "censura se inscreve em relações de poder, tem natureza ideológica e atua sobre e em função do desejo" (BARBOSA, 2009, p.24)⁷⁶, podemos entender a censura como um mecanismo limitador, cujo poder não se restringe a instituições, veículos de imprensa, artistas e demais indivíduos ou organizações de maior visibilidade, capazes de conduzir dissensos ou levar a público informações indesejadas pelo poder censor, (como veículos de imprensa, intelectuais, pesquisadores ou artistas), mas enquanto instância capaz de reordenar sentidos, manifestações culturais, idiomas e existências, subjugando existências e discursos à margem da historiografia oficial. É nesse contexto, e a partir das reflexões feitas acerca da censura, que partimos para um estudo breve sobre concepções de memória, de forma a estabelecer relação entre os três tópicos - censura, memória e Comissão da Verdade, referenciando elementos dos proferimentos Dilma Rousseff, que se relacionam diretamente com pontos já levantados e os que serão abordados a seguir.

Essa relação se faz necessária, visto que a Comissão da Verdade se estabelece como uma iniciativa do Governo Federal de reivindicação do direito à memória de vítimas e de familiares de vítimas da ditadura militar, atuando, assim, como um ato de resistência à censura praticada durante o período, capaz de ressignificar experiências e resgatar vozes silenciadas.

3.2 Memória

3.2.1 Conceitos

Antes de adentrar na discussão acerca dos componentes de memória nos discursos, será feita a introdução de alguns conceitos-ferramenta articulados nessa seção. Em "Introdução à Análise de Discurso", Brandão (2004) discute a memória discursiva em sua relação com outras formações discursivas em sua intertextualidade, quando formulações já enunciadas são colocadas novamente em circulação por meio de um novo enunciado. A memória discursiva não seria, dessa forma, relacionada a uma memória psicológica, mas sim a eventos historicamente fundados.

Conceber a ideia de memória discursiva leva ao entendimento de que não existe um discurso autofundado, completamente inédito e sim a constituição de um dizer a partir do que já foi dito,

⁷⁶A citação se refere à Tese de Doutorado da professora Carla Moreira Barbosa, "Produção, circulação e funcionamento da censura na ditadura militar brasileira e no fascismo italiano: a censura no fascismo italiano" defendida na Universidade Federal Fluminense, em 2009.

mudadas as condições de produção e, consequentemente, o sentido, mas ainda assim, situado a partir de um lugar já ocupado por outros enunciados. Essa reflexão nos conduz à noção do interdiscurso, que seria o processo resultante da interação entre o discurso e a memória discursiva, quando formações discursivas incorporam elementos anteriores a ela em sua constituição, ressignificando e realocando tais elementos. Brandão (2004) acrescenta que, a formação discursiva "se apresenta, dessa forma, como um domínio aberto e inconsistente e não como um domínio estável, a expressão cristalizada da "visão de mundo" de um grupo social." (BRANDÃO, 2004, p. 91-92). Por sua vez, a noção de formação discursiva vem de Foucault (2009), que a define da seguinte maneira:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva [...] (FOUCAULT, 2009, p. 43)

Remetendo a uma busca por padrões ou elementos que se repetem em processos discursivos diferentes, e são orientados por uma série de regularidades intrínsecas, constituindo um sistema relativamente autônomo em seu funcionamento que define a identidade e os sentidos possíveis nos enunciados que a constituem. Desta forma, os enunciados não são entendidos apenas como objetos linguísticos, mas estruturas submetidas a determinadas regularidades.

Já Pechêux (2009 [1975]) define a formação discursiva como "[...] aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito" (PECHÊUX, 2009, p.147).

3.2.2. Direito à memória

Ao propor e sustentar uma Comissão da Verdade, reivindica-se, em primeiro lugar, o direito à memória. Tal direito é invocado por Dilma Rousseff em vários trechos dos discursos que constituem o *corpus* deste trabalho, implícita e explicitamente como no excerto do pronunciamento da Entrega do Relatório Final da Comissão da Verdade abaixo

Na cerimônia de instalação da Comissão Nacional da Verdade, em maio de 2012, eu disse que a ignorância sobre a história não pacifica, pelo contrário, mantem latentes mágoas e rancores. (ROUSSEFF, 2014)⁷⁷

⁷⁷Disponível em <a href="http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-entrega-do-relatorio-final-da-comissao-nacional-da-verdade-brasilia-df(Acessado em 07/07/2019>

Sobre o trecho, chama-se a atenção para o fato de que as expressões "pelo contrário" neste trecho e o advérbio "não" no excerto a seguir sinalizam a forma com que o discurso, ao se fazer, modula um eco a um interdiscurso, a uma memória constituída por posicionamentos contrários a este regaste histórico, como vimos em capítulos anteriores, quando refletimos sobre a atuação de grupos contrários à instauração da Comissão da Verdade. De tal forma, o outro trecho que ilustra a vontade de se exercer um direito à memória é encontrado no proferimento emitido durante a Cerimônia de Instalação da CNV, ocasião em que a construção da memória é definida como um processo de conhecimento e apropriação de informações, como demonstrado abaixo.

Acreditemos que o Brasil não pode se furtar a conhecer a totalidade de sua história. Trabalhemos juntos para que o Brasil conheça e se aproprie dessa totalidade, da totalidade da sua história. (ROUSSEFF, 2012)⁷⁸

Sobre o período da ditadura no Brasil e a respeito da censura no processo de constituição da memória, Orlandi (1983) afirma que os sentidos da época

[...] não foram trabalhados socialmente, de modo a que pudéssemos nos identificar em nossas posições. Do mesmo modo ficam sem ser politicamente significados os feitos da tortura e do que resultou dela em nossa política. [...] Está fora da memória, como uma margem que nos aprisiona nos limites desses sentidos (ORLANDI, 1983, p. 66)

Portanto, trata-se de uma cadeia de sentidos e de uma série de possibilidades de interpretação que foram negadas devido à proibição literal de expressão de determinadas posições-sujeitos que se inscreviam em formações ideológicas contrárias àquelas alinhadas ao regime ditatorial, que se identificava junto a forças de direita da sociedade civil conservadora, que se apresentavam como organizações sociais ou econômicas, como o CCC (Comando de Caça aos Comunistas)⁷⁹, a TFP (Tradição, Família e Propriedade) e a UDN (União Democrática Nacional), políticos e empresários como Henning Boilesen, Delfim Netto, Roberto Campos, Theobaldo de Nigris, Magalhães Pinto e Paulo Maluf⁸⁰ e também entidades como a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) e a Federação das Indústrias do

⁷⁸Disponível em <a href="http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-instalacao-da-comissao-da-verdade-brasilia-df df<a href="http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta/discurso-da-presidenta/discurso-da-presidenta/discurso-da-presidenta/discurso-da-presidenta/discurso-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-instalacao-da-comissao-da-verdade-brasilia-df df<a href="https://www.biblioteca.presidencia.gov.br/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta/discursos-da-presidenta/di

⁷⁹O CCC era um grupo de São Paulo formado por jovens ligados a políticos conservadores e militares, que aliados ao MAC, Movimento Anti Comunista, ambos envolvidos em ataques à UNE e ao terrorismo político praticado pela direita na década de 60. (GASPARI, 2014a)

⁸⁰Disponível em <<u>http://memoriasdaditadura.org.br/civis-que-disseram-sim/</u>> Acessado em 10/08/2019

Estado de São Paulo, (Fiesp), de acordo com Fico (2014), que além de apoiar o golpe militar, foram sustentáculos da ditadura, apoiando financeira e institucionalmente o regime, integrando uma formação ideológica que se estabeleceu como sendo a hegemônica no período em questão, alinhada aos interesses econômicos e ideológicos destes.

Entende-se, portanto, que a censura exerce um poder radical na circulação e visibilidade de narrativas, de posicionamentos ideológicos ao não permitir acesso a parte dos discursos que constituem o momento histórico. Porém, como argumenta Orlandi (1983), "o que foi censurado não desaparece de todo. Ficam seus vestígios, de discursos em suspenso [...]" (ORLANDI, 1983). Nesse panorama, a Comissão da Verdade assume o papel de buscar os vestígios, unir fragmentos e permitir que discursos silenciados sejam recuperados em resistência à memória constituída a partir de sua ausência, com o propósito de oferecer novos significados, enquanto a oficialidade do evento e a institucionalidade, dentro de um regime democrático em que é garantida a liberdade de expressão, desponta como um acontecimento em si dentro de uma nova cadeia de significações, capaz de compor sentidos para constituição de memórias.

Tal processo remete à ideia do "direito à memória", mencionado ao início do capítulo, referindo-se não apenas ao âmbito pessoal de famílias diretamente ligadas aos crimes investigados e mencionados no relatório, mas também enquanto evento histórico que resgata parte da história nacional que visa devolver ao povo brasileiro em forma de documentos e relatos. É a partir dessa perspectiva, de direito à memória, censura e responsabilidade institucional que se guia a análise a ser feita a mais à frente. A essa altura, cabe-nos avultar as relações pessoais que Dilma Rousseff guarda com a censura e a resistência e o papel exercido como Chefe de Estado para recuperação de narrativas em tempos de repressão, visto que já sabemos das influências dos processos de silenciamento na constituição da memória e da necessária reconstituição a partir dos fragmentos deixados pela censura, de forma a oferecer novos elementos e novas narrativas capazes de desconstruir o que estava estabelecido.

Na seção seguinte, serão discutidos conceitos e teorias que oferecem base para a análise por meio de uma revisão bibliográfica de autores já mencionados ao longo da dissertação em paralelo com os textos selecionados como *corpus*, introduzindo uma reflexão sobre o discurso político.

4.0 Referenciais

4.1. Discurso Político

Como vimos, o resgate das condições de produção que deram origem à constituição da CNV revelam a atuação de atores sociais que fundamentam seus discursos em posicionamentos político-ideológicos e narrativas em disputa. Assim sendo, nesta seção, iremos apresentar o conceito de discurso político ao qual nos filiamos e buscaremos caracterizar alguns de seus traços a partir de um diálogo com Charaudeau (2006). Primeiramente, explicita-se que o discurso político está sempre disposto em uma zona de conflitos, devido aos múltiplos interesses e grupos sociais distintos envolvidos. A concepção da comunidade política grega, nas *pólis* indicia a relação intrínseca entre a política e o exercício do poder por meio da troca de mensagens e elaboração de discursos.

Dito isso, apoiamo-nos na concepção de Charaudeau (2010) ao inscrever o Discurso Político na categoria de discurso propagandístico por meio da consideração de suas razões de ser e objetivos. Segundo o autor, os discursos propagandísticos⁸¹ têm como finalidade principal a incitação dos interlocutores em prol de um causa, produto, razão ou ideia, construindo um ideal a ser alcançado. As particularidades se moldam de acordo com o objetivo final, se atrelado a interesses financeiros, mercadológicos ou promocionais, ou em nosso caso, sociais e políticos, mas a estrutura permanece válida em sua dimensão geral.

Na França, segundo Charaudeau (2006), iniciou-se a tradição de estudos do discurso político enquanto discurso, fazendo que o contexto histórico e social, além de valores, condições de produções e circunstâncias pudessem se integrar à análise, em detrimento do entendimento da língua somente como sistema autônomo, como definia o Estruturalismo, paradigma vigente nos Estudos da Linguagem nos anos 1960. Com tal abertura, se torna possível entender que o mesmo texto pode carregar diferentes significados se inseridoem contextos sociais, históricos, geográficos e políticos diferentes. Assim, as análises de discursos políticos se voltam para as estratégias utilizadas pela sustentação da ação do sujeito político inserido em um sistema de influências sob a forma dos atos de linguagem que carregam representações e valores relativos

⁸¹Charaudeau (2010) destaca que há distinção entre o discurso publicitário e o propagandístico. O propagandista seria como um discurso de incitação a fazer, enquanto o publicitário intenta um "fazer crer".

às circunstâncias de sua produção.

A partir da perspectiva da Teoria Semiolinguística, Patrick Charaudeau (2006) trabalha a definição do discurso político buscando examinar suas características específicas. Para o autor, a definição da palavra política se dá enquanto ato de comunicação que abre margem para a interação e mobiliza o discurso para que este entre em circulação e seja capaz de produzir sentidos. Entendendo o discurso político como constitutivo da atividade política, o autor elenca três meios de sua compreensão enquanto espaços: como sistema de pensamento, inscrevendo relações ideológicas; como comentário, externo ao campo político de construção do poder; e como ato de comunicação, inscrevendo um espaço discursivo de elaboração de estratégias retóricas com objetivos definidos de persuasão e argumentação.

Para Charaudeau (2006), o mundo político é determinado por imaginários, e, portanto, a conquista e o exercício do poder não são possíveis sem o apoio de tais imaginários responsáveis por construir ideais societários. Charaudeau (2006) afirma que a política se fundamenta em uma disputa simbólica em busca de poder. Mesmo concebendo a política e o poder como questões relativas à ação, esta só se concretiza e tem validade se um discurso lhe atribuir sentido e a justificar. Por isso entende o discurso político como um conjunto de enunciados ou sequências discursivas que permitem a identificação de modos de ver e dizer em determinado contexto social e histórico, destinados à identificação e à justificação de ações políticas.

Enquanto ato de comunicação, o discurso político se relaciona diretamente a atores inseridos na cena política e tem como objetivo influenciar opiniões de forma a obter adesão a propostas e legitimar o uso do poder. Charaudeau (2006) afirma que "a ação política e o discurso político estão indissociavelmente ligados, o que justifica pelo mesmo raciocínio o estudo político pelo discurso" (CHARAUDEAU, 2011, p. 39). Desta forma, a análise desse gênero de discurso não deve se ater somente ao conteúdo intrinsecamente político do texto, mas também envolver as estratégias lançadas para a elaboração do discurso, considerando a persuasão e capacidade de exercer influência.

Entende-se que o discurso político é estruturado a partir da relação dialética entre o conceito político, definido pelos valores e princípios que norteiam e configuram a vida em sociedade e a prática política, representada por atos e rituais discursivos com o objetivo de influenciar,

conquistar ou questionar o poder, sendo realizado em atos de comunicação. O autor propõe que

[...] o poder político resulta dialeticamente de dois componentes da atividade humana: o do debate de ideias no vasto campo do espaço público, lugar onde se trocam opiniões; o do fazer político no campo mais restrito do espaço público, onde se tomam decisões e se instituem atos. (CHARAUDEAU, 2006, p. 22).

O caráter político de um discurso estaria, então, relacionado intrinsecamente à situação em que ele é produzido e esta tem mais valor do que seu conteúdo em si, forjando o sentido em meio às interações e identidades mobilizadas em sua produção. Assim, os discursos políticos circulam e são produzidos em diferentes grupos sociais e se transformam à medida que são difundidos em diferentes instâncias. Acerca dos locais de circulação e produção do discurso político, Charaudeau (2017) destaca quatro instâncias de interrelacionamento do jogo político. O espaço de poder, que diz respeito à governança, a midiática e a cidadã. Assim sendo, o autor considera que o discurso político não é produzido apenas nos espaços de poder, sendo também produto de conversas cotidianas e do engajamento de veículos de mídia.

Em um cenário ideal, Charaudeau (2006) entende o processo de representação como aquele que oferece legitimidade à instância política. A adesão da governança à idealização de um coletivo acerca da melhor forma de o representar remete à condução dos discursos voltados às instâncias políticas e visam criar legitimidade para a ação política, que pode ser representada por meio do voto. Acerca disso, o autor afirma que

A instância política estabelece com seu parceiro principal, a instância cidadã, relações diversas segundo a maneira como a imagina: como um público heterogêneo, quando se trata de dirigir-se a ele por meio das mídias; como um público-cidadão que tem uma opinião, quando se trata de fazer promessas eleitorais; como um público-militante que já tem orientação política, quando se trata de mobilizar os filiados. (CHARAUDEAU, 2006, p. 57).

As duas instâncias, portanto, podem ser expressas como concorrentes, como explica Charaudeau (2006). O autor considera as instâncias midiática e cidadã como locais do não-poder, no sentido de que estão fora da governança, mas são capazes de produzir discursos que exercem efeitos na instância política, reivindicando, interpelando ou sancionando o poder vigente (Charaudeau, 2006). Se considerarmos o discurso midiático como outra instância, também no não-poder, mas em posição diferenciada em relação à instância cidadã, obtemos o poder mediador e modulador em busca de uma credibilidade própria e prestígio junto à opinião pública e abrimos espaço para considerar a estrutura do discurso político como retroalimentada.

Tal, na medida em que cada uma de suas instâncias e zonas de produção estão interdependentes e buscam essencialmente a própria legitimidade dentro do jogo político.

Na situação discursiva a que nos referimos nesta dissertação, podemos entender que Dilma Rousseff fala do lugar da governança, assumindo uma posição-sujeito a favor do resgate da memória, da denúncia dos crimes. Como dissemos, na Introdução, para analisar mais detidamente a posição-sujeito que Dilma assume a partir de seu papel social e as condições de produção a partir dos quais proferiu suas alocuções, iremos nos basear na ACD, a fim de buscar refletir sobre as relações entre discurso e poder.

4.2 Estudos da Análise de Discurso

No campo dos estudos da Análise de Discurso, entre diversos meios, teorias e estratégias para análise, podemos destacar três abordagens que se destacam no Brasil e foram mencionadas como suporte a este trabalho. A linha francesa, de Michel Pêcheux, a Teoria Semiolinguística de Patrick Charaudeau e a Análise Crítica de Discurso (ACD). A Análise Crítica, enquanto perspectiva teórica tem foco na análise das relações dialéticas, e se debruça particularmente sobre o papel que a semiose é capaz de operar em processos de mudanças em elementos sociais inseridos em uma rede de práticas. Conceitos como hegemonia, poder, ordem de discurso e ideologia são caros à ACD e abordados conforme trabalhos de Michel Foucault, Antonio Gramsci, Althusser e Bourdieu. Michael Halliday, Ruth Wodak, e Dominique Maingueneau também contribuem com a ACD para que possam ser pensados aspectos intertextuais e linguísticos, dimensões em que a análise se apoia por se tratar de uma disciplina voltada ao estudo das práticas sociais, considerando a linguagem como instrumento instituído de poder e ideologia capaz de constituir relações, identidades sociais e representações.

Ao reconhecermos o direito à memória como uma conquista para a sociedade brasileira, a fim de oportunizar uma construção da história de maneira mais plural e democrática, entendemos que o trabalho feito pela Comissão Nacional da Verdade, expresso na forma dos relatórios finais entregues no ano de 2014 é um marco em termos históricos e compõe uma narrativa capaz de influenciar processos e o entendimento do período histórico da ditadura e o processo de

⁸² Os conceitos são referenciados aos autores da seguinte forma: Ordem de Discurso e poder, Michel Foucault e Pierre Bourdieu; Hegemonia, Antonio Gramsci e Althusser

redemocratização do país a partir de sua publicação. Desse modo, os discursos que marcam a instauração desta Comissão e a entrega do Relatório resultante desta são partes constitutivas da cronologia histórica brasileira e devem ser analisados como tal, garantindo que as dimensões dialéticas que se apresentam nesse processo sejam devidamente reconhecidas e suscitadas enquanto componentes relevantes para construção da história do país.

Enquanto sujeito em relação às condições de produção do discurso, a presidenta Dilma Rousseff se insere em um espaço de disputa de narrativas, tendo em seu histórico pessoal a luta contra a ditadura na juventude, participando de grupos revolucionários de oposição à ditadura, tendo sido presa e torturada por militares. Alçada à Presidência da República, passaria a representar não apenas sua trajetória, mas o Estado Brasileiro enquanto instituição, criando um conflito entre as duas narrativas: a pessoal e a oficial.

As alocuções da instauração e da entrega do relatório da Comissão da Verdade se inscrevem na área de conflito das duas narrativas e representam a conciliação das duas instâncias em torno de um ato político: enquanto ação coerente ao histórico de Dilma Rousseff como militante de esquerda durante a ditadura e como ação institucional do Governo Federal para investigar sua própria conduta no período. Tais discursos são ideologicamente marcados e representam pontos de vista pouco aceitos pelas ordens hegemônicas do pensamento político brasileiro. A análise das alocuções remonta à organização e às estratégias mobilizadas em sua produção para a sustentação do ato político em que se inserem, denotando a reflexividade entre a manutenção de imaginários e a construção de novos significantes em torno das relações de poder estabelecidas.

Considerando o *corpus* de análise desta pesquisa, lançamos a hipótese de análise a partir de duas visões básicas, admitidas como ordens discursivas concorrentes. O discurso viria da instância de governança, como abordamos acerca de Charaudeau (2010), representado por Dilma Rousseff e os ritos do cargo de Presidente da República, representando uma ordem dominante. Da mesma forma, essa ordem contém o histórico pessoal da presidente enquanto vítima do poder repressivo do Estado no período da Ditadura Militar concorrendo com a representação do Estado a qual lhe incumbe simultaneamente. O ponto de intercessão entre as vivências e as representações que se antagonizam representaria a experiência semiótica

materializada nos discursos e atos referentes à instauração e entrega do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade.

A imbricação materializada no discurso entre as figuras de chefe de estado e vítima da Ditadura Militar é cara à análise, pois representa dois posicionamentos exercidos pela presidenta. Há a enunciação enquanto ex-militante e mandatária do estado, sustentando a abordagem focada na instância de poder e o motivo da instalação da Comissão da Verdade.

Considerando as situações de enunciação e os dois papeis que se representam simultaneamente no discurso, consideramos a análise a partir dos ambientes políticos e das conjunturas vividas por Dilma Rousseff: a instauração da Comissão aconteceu no 1° mandato, no ano de 2012, com indicadores econômicos relativamente estáveis e bons índices de aprovação popular; por outro lado, a entrega no relatório em dezembro de 2014, após uma eleição vencida por uma pequena vantagem, marcada por denúncias de corrupção envolvendo membros do Governo Federal, incluindo a própria presidenta Dilma Rousseff e ministros de sua confiança. Neste cenário, após fortes manifestações contra a realização da Copa do Mundo, no ano de 2013, a economia patinava e o governo não vivia dias tranquilos, como no contexto do ano de 2012. A diferença entre os dois ambientes foi crucial para que entendamos as possibilidades levantadas pelos discursos em questão à luz da ACD.

4.3 Análise Crítica do Discurso

A opção pela ACD como principal ferramenta analítica deve-se ao *corpus* da pesquisa e aos resultados que se pretende atingir a partir da análise. Entende-se que os discursos que compõem o *corpus* dessa análise são permeados de marcas ideológicas que escapam à ordem hegemônica, se considerarmos os 24 anos de iniciativas tímidas por parte do poder público para a investigação e recuperação da memória das vítimas da ditadura, o desconforto institucional causado por ações prévias nesse sentido e a pouca tenacidade do assunto nos veículos tradicionais de imprensa, como demonstrada anteriormente com o explícito apoio de veículos tradicionais de mídia à ditadura militar e a ideias conservadoras. A institucionalidade do Governo Federal e as Forças Armadas representam a oposição à ideia de uma nova discussão do assunto, dado que são a parte responsável pelas graves violações de Direitos Humanos praticadas no período ditatorial, como torturas, prisões políticas, desaparecimentos e mortes,

portanto somente teriam a perder em termos de imagem pública e confiança institucional.

A Análise Crítica do Discurso admite abordagens diferenciadas, de acordo com o marco teórico de referência de cada autor. Van Dijk apresenta uma análise cognitivista, voltada ao entendimento das relações estabelecidas entre sociedade, discurso e cognição, entendida como "as crenças, os objetivos, as emoções e avaliações junto com qualquer tipo de estrutura, representação ou processo mental que possam intervir no discurso e na interação" (TOMAZI, 2014, p. 187-188). Kress e van Leeuwen se vinculam à multimodalidade e aos processos de adaptação do discurso para diferentes meios de veiculação e apresentação, como materiais didáticos, instrutivos, digitais e para determinados públicos-alvo. Wodak se dedica às interseções dialéticas entre história e discurso, com foco na Teoria da Argumentação e na Abordagem Histórico-Discursiva (AHD), que visa analisar dinâmicas de poder por meio da triangulação de conhecimentos históricos tendo como pano de fundo os contextos sociais e políticos de estabelecimento dos eventos discursivos em análise. Fairclough, por sua vez, tem como como foco a mudança social provocada pelo discurso, conceito a ser abordado a seguir. O ponto de convergência entre as abordagens é a multidisciplinaridade e a análise da linguagem enquanto fenômeno intrinsecamente social.

Para a Análise Crítica do Discurso (ACD) é importante entender o discurso como um modo de agir historicamente localizado, ou seja: segundo Fairclough (2001), trata-se de considerar o uso da linguagem como uma ação relacionada e dependente do contexto social em que se dá. Admite-se a possibilidade da mudança social por meio do discurso, a partir da irrupção de vozes dissonantes em um espaço dominado por um determinado conjuntos de ideias, expondo contradições e inserindo novas possibilidades de construção de novos discursos para os sujeitos interpretantes, que são capazes de somar os significantes de experiências anteriores à interpretação para produzir significados e novos discursos que sejam coerentes. Assim, o sujeito é entendido como um ser ideologicamente interpelado que manifesta em seu discurso posicionamentos políticos-ideológicos, sendo capaz de agir ativamente em prol de mudanças na estrutura social. O sujeito, por ser parte constitutiva e constituída de discursos, ao mobilizar a língua, se insere nessa dualidade.

Nessa abordagem, considera-se que a identidade do sujeito se apresenta em negação à homogeneidade de classe, ideologia ou grupo social, estando diretamente relacionada às

vivências pessoais e sociais do indivíduo. A diferença entre a concepção estruturalista da identidade de classe, que homogeneizaria as possibilidades de ser com base em uma cadeia de significantes previamente estabelecida e a instabilidade do sujeito pós-moderno, capaz de admitir incongruências de classe e contradições de identidade é o espaço em que a ACD encontra o escopo para as possibilidades de mudança social e contestação. Na medida em que a coerência não é intrínseca ao texto, e sim externa a ele, determinada pelo interpretante, entende-se que cada um é capaz de produzir sentidos diferentes.

A compreensão do texto se apresenta, na ACD, como a possibilidade de análise da materialização do discurso com o acréscimo de aspectos textuais significativos para os resultados por meio da construção dos significados intrínsecos ao signo: para Fairclough, ao contrário de Saussure⁸³, o signo é motivado e racional por razões sociais. Ou seja, o texto é um elemento de conexão das formações textuais com um sistema cultural que as engloba, formando um fenômeno social e específico de linguagem.

Partindo desse ponto, analisa-se o discurso de forma "tridimensional, como texto, prática discursiva e prática social" (FAIRCLOUGH, 2001, p. 89). As três dimensões são capazes de situar o evento discursivo em uma posição exclusiva, destacando particularidades próprias à prática que permitem guiar a análise.

Mikhail Bakhtin (1997) é um dos autores em que a ACD se apoia, ao abordar a afetação mútua dos discursos. Na obra *Estética da Criação Verbal*, o autor aborda o conceito de dialogismo como "uma das formas composicionais do discurso [...]. A relação dialógica é uma relação (de sentido) que se estabelece entre enunciados na comunicação verbal." (BAKHTIN, 1997, p. 345). É necessário entender, na obra do autor, a abordagem da língua em sua constituição nas relações sociais via interação verbal, tendo o enunciado como sua estrutura básica. Segundo Bakhtin, dado o momento em que o indivíduo mobiliza a linguagem para se expressar, seu repertório cultural e discursivo é invocado para a elaboração do enunciado, e este é constitutivamente atravessado por outros discursos, sendo em sua essência, constituído por outrem. É impossível que o discurso seja constituído individualmente dado que se constrói por, no mínimo, dois interlocutores definidos como seres sociais. Postula-se, então, que cada

_

⁸³Ferdinand de Saussure (1857-1913) foi um linguista e filósofo. No livro *Curso de Linguística Geral*, Saussure desenvolve teorias que apontam a língua como um sistema de signos, que serviriam de base para o estruturalismo.

enunciado suscitado por um ator social é capaz de provocar mudança na constituição de novos enunciados por novos emissores em uma cadeia de significação e afetação mútua.

Na mesma direção das pesquisas bakhtinianas, Chouliaraki; Fairclough (1999) afirmam que o texto é, essencialmente "socialmente estruturado e socialmente estruturante" (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 21) e tal estruturação se dá por padrões semióticos: por meio de gêneros, estilos e discursos. Para a relação constitutiva dos discursos entre si, dada pela dupla função estruturante, damos o nome de interdiscurso. Este permite com que o discurso construa e concretize novas configurações no interior de novos discursos. O interdiscurso se configura neste espaço como a interseção da relação entre os padrões. Gonçalves-Segundo (2016), ao pesquisar as convergências entre a ACD e a linguística sistêmico-funcional define o discurso como

"[...] encaixado socialmente, constituído pela história e desenvolvido interacionalmente. Além disso, é constitutivamente dialógico, cognitivamente (re)construído e materializado na forma de texto em distintas modalidades semióticas. Por fim, é atravessado por padrões de representar, agir e ser" (GONÇALVES-SEGUNDO, 2016, p. 68).

Dito isso, postulamos que a formação do discurso está intrinsecamente ligada às condições sociais e históricas em que é produzido e é posto que discursos anteriores têm forte influência sobre sua construção.

A orientação dialógica é naturalmente um fenômeno próprio a todo discurso. Trata-se da orientação natural de qualquer discurso vivo. Em todos os seus caminhos até o objeto, em todas as direções, o discurso se encontra com o discurso de outrem e não pode deixar de participar, com ele, de uma interação viva e tensa. Apenas o Adão mítico que chegou com a primeira palavra num mundo virgem, ainda não desacreditado, somente este Adão podia realmente evitar por completo esta mútua orientação dialógica do discurso alheio para o objeto. Para o discurso humano, concreto e histórico, isso não é possível: só em certa medida e convencionalmente é que pode dela se afastar (BAKHTIN, 1988, p. 88)

Compreende-se, então, o princípio do discurso como componente de uma cadeia de sentidos, simultaneamente atravessado e composto de outros discursos, como também capaz de formar novos sentidos em enunciados posteriores a estes.

O conceito de texto na ACD parte do sentido explorado por Halliday (1978) como linguagem falada e escrita e abordada como uma das partes constitutivas do discurso. O autor afirma que "o texto é a forma linguística de interação social" (HALLIDAY, 1978, p. 122) e é ele próprio a expressão linguística de uma interação social. A dimensão do texto se dá pela necessidade da

mobilização da linguagem, escrita ou falada para manifestação do discurso e por isso o diferencia de outras práticas sociais. Portanto sua forma, elementos, apresentação e organização são signos linguísticos que apontam para expressões interpessoais do sujeito e assumem objetivos comunicativos. A perspectiva permite a acepção da língua como um recurso para produção de significados, carregando em si mesma potenciais de significação de acordo com a forma com que é mobilizada, ou seja, conforme as escolhas dos interlocutores em cada situação de comunicação.

Enquanto prática discursiva, discute-se principalmente o potencial de representação da sociedade na forma com que se molda o discurso, constituindo-se de múltiplas identidades, crenças da sociedade, ambiente cultural, relações de classe, gênero e sistemas de conhecimento. A partir da prática discursiva, relaciona-se o uso da linguagem com as estruturas sociais e admite-se a possibilidade de mudanças nesse tecido por meio das representações.

Sobre representações, a ACD considera que atores participantes de uma prática social encenam representações ao recontextualizar experiências, incorporando-as às suas próprias práticas, gerando um processo de construção social que modela processos, comportamentos e ritos sociais.

Por sua vez, ao abordar a dimensão da prática social, Fairclough (2011) destaca que esta pode se apresentar em "várias orientações: econômica, política, cultural, ideológica [...]" (FAIRCLOUGH, 2001a, p. 94), mas que o foco se dá no discurso enquanto prática ideológica pela capacidade de constituir, naturalizar e orientar a percepção do mundo enquanto cadeia de significados e estruturar relações de poder, estas da parte do dominante ou do dominado.

A completude do entendimento do discurso se dá pela interrelação estabelecida por tais dimensões, como são resumidas a seguir.

"A dimensão do texto cuida da análise linguística de textos, a dimensão da prática discursiva, como interação na concepção texto e interação do discurso, específica a natureza dos processos de produção e interpretação textual — por exemplo, que tipos de discurso são derivados e como se combinam. A dimensão de prática social cuida de questões de interesse na análise social, tais como as circunstâncias institucionais e organizacionais do evento discursivo e como elas moldam a natureza da prática discursiva" (FAIRCLOUGH, 2001a, p. 22)

O foco da abordagem reside, pois, não apenas na língua ou no texto e sim em uma rede de práticas historicamente localizadas e estruturadoras de modos de ser, agir e representar. Portanto, é relacional e dialética na medida em que não se distingue o discurso das relações de poder e da sociedade. Ao admitir uma perspectiva relacional do discurso, em que sua produção e interpretação são diretamente afetadas pelas práticas e relações sociais estabelecidas, compreendemos uma relação relativamente instável ao não se apresentar com um significado em si e com a noção de discurso diretamente vinculada à sua capacidade de se constituir de outros. Ao tratarmos de um pronunciamento de Chefe de Estado, especificamente, é imprescindível a adoção de tais perspectivas, visto que "o poder é, frequentemente, legitimado por meio do discurso, embora não seja a ele limitado" (GONÇALVES-SEGUNDO, 2009, p. 20).

No livro *A Ordem do Discurso* (2010), Michel Foucault pontua colocações feitas acerca do discurso em relação às instâncias de interdição e exclusão do discurso, formulando hipóteses que apontam para o controle da distribuição e reconhecimento de discursos conforme procedimentos controlados e limitados por uma estrutura social que constitui representações da realidade. Ao afirmar que

[...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 2010, p. 9)

Assim sendo, a partir dessa premissa de Foucault, temos margem para compreender o discurso não só como a tradução dos sistemas de poder, mas sim a própria estrutura significante deste. A ordem do discurso seria definida como a estruturação social da diferença semiótica, como visto em Fairclough (2010), envolvendo a ordem particular formada pelas circunstâncias de interação entre diferentes gêneros e estilos. O discurso não se definiria, então, como uma mera sequência de palavras desestruturadas, mas como um produto de um "conjunto genealógico", nas palavras de Foucault (2010), camadas de significação e construção de procedimentos não-lineares que ordenam e exercem poder. As ordens de discurso, por sua vez, se referem à totalidade das práticas discursivas em determinado âmbito e as relações que são capazes de estabelecer entre si.

Na ACD, toma-se os conceitos de Foucault acerca do discurso como forma de se estruturar práticas sociais. Um destes conceitos, o de formação discursiva refere-se a

[...] um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa. (FOUCAULT, 2010, p.136)

A partir da citação, compreende-se a existência de regiões discursivas capazes de admitir conjuntos específicos de regras qualificadoras do discurso, formando restrições prévias para os falantes daquele âmbito. São denominadas ordens discursivas os conjuntos formais e não formais de regras definidoras da permissibilidade do falante de emitir discursos compatíveis com a situação social expressa. Embora esteja diretamente vinculada a essa concepção do discurso, a ACD se descola de Foucault em relação à noção de poder como uma força que subjuga o indivíduo, o subordinando a uma relação de poder a partir da ideia de hegemonia elaborada por Gramsci (1971).

Marxista, Gramsci (1971) dispôs de uma teoria acerca da hegemonia que a entende como uma estrutura intrinsecamente instável e complexa em que a sociedade civil e a ideologia exercem papel central. Segundo o autor, grupos sociais subordinados a outros grupos tendem a adotar a concepção de mundo deste, a despeito das incongruências que tais práticas tragam consigo para a rotina. Tal repetição é acrítica e forma unidades ideológicas em blocos sociais diversos, a denominada hegemonia. Embora não seja exercida sobre toda a sociedade, a supremacia de um grupo pode se manifestar de duas formas, como um domínio e como direção intelectual e moral, que se relacionam essencialmente com a constituição do poder governamental e a manutenção do monopólio ideológico.

O conceito de grupo social dirigente, aquele adepto à ideologia dominante se desdobra nas funções de representar a hegemonia e a de absorção das lideranças e referências de grupos inimigos. Tal concepção abre margem para entendermos a hegemonia como uma estrutura intrinsecamente instável e complexa por estar em contraste com outras estruturas contrárias e conflitantes, ao contrário do que expõe Foucault (2010) ao considerar o indivíduo necessariamente assujeitado às ordens. Gramsci defenderia ainda que a consciência crítica para o enfrentamento da hegemonia de pensamento se forma no conflito entre hegemonias antagônicas e o entendimento da ética que baliza o entendimento do real e o traduz conforme

conceitos limitados. Portanto, temos a ordem de discurso composta de um equilíbrio instável entre o hegemônico e o contra-hegemônico. Assim, determinadas formas de entender a vida social e estruturar o pensamento são dominantes e exercem influência por meio de coerção e consentimento acrítico exercido por grupos da sociedade civil, responsáveis por normalizar e difundir tais ideologias.

Estruturas e contextos sociais diversos carregam consigo ordens de discurso próprias, espaço em que determinadas ordenações são dominantes e outras marginais. Para Fairclough (2001), a ordem dominante atualmente se refere ao discurso do novo capitalismo no contexto neoliberal (FAIRCLOUGH, 2010) e pode-se concluir que as ordens do discurso dominantes tendem a ser aquelas que naturalizam e buscam perpetuar o distanciamento social, as relações de poder e naturalizar as distorções causadas pelo capitalismo global. Dito isso, partimos para o entendimento do discurso a partir de três dimensões, como parte da atividade social, como esfera de reprodução e transformação de representações.

4.4 Modelo tridimensional

De acordo com Fairclough (2012), a ACD enquanto ciência social crítica, baseia-se em problemas; estes, oriundos de organizações específicas da vida social e tem foco em objetivos emancipatórios, oferecendo recursos para análises a partir da perspectiva de "pobres, excluídos socialmente, [...] sujeitos a relações opressivas de raça e sexo [...]" (FAIRCLOUGH, 2012, p. 312). Para isso a ACD assume como problema de análise a perspectiva dos menos favorecidos na situação em que se estabelece como forma de compreender e analisar discursos.

O modelo tridimensional de análise de discurso foi proposto por Fairclough em 1989 e aprimorado em "Discurso e Mudança Social", de 1992 e compreende três dimensões identificáveis no discurso. São elas: texto, prática discursiva e prática social. É possível expressar a relação entre as dimensões do discurso por meio do modelo teórico representado pela figura abaixo, reunindo três tradições analíticas, a

[...] tradição de análise textual e linguística detalhada na Linguística, tradição macrossociológica de análise da prática social em relação a estruturas sociais [...], a tradição interpretativa ou microssociológica de considerar a prática social como

alguma coisa que as pessoas produzem ativamente e entendem com base em procedimentos de senso comum partilhados (FAIRCLOUGH, 2001, p. 100)

Essas relações podem ser assim esquematizadas:



Figura 1: Concepção tridimensional do Discurso⁸⁴

Desta forma, as categorias de análise de cada uma das dimensões também podem ser demonstradas de maneira gráfica, entendendo que estabelecem relação entre si e são complementares na análise.

TEXTO	PRÁTICA DISCURSIVA
Vocabulário	Produção
Gramática	Distribuição
Coesão	Consumo
Estrutura Textual	Contexto
	Força
	Coerência
	Intertextualidade

PRÁTICA SOCIAL	
Ideologia	
Sentidos	
Pressupostos	
Metáfora	
Hegemonia	
Orientações econômicas, políticas, culturais, ideológicas	

⁸⁴Baseado no modelo disponível em "Discurso e Mudança Social" (FAIRCLOUGH, 2001). Elaboração própria.

Figura 2: Categorias de análise do modelo tridimensional⁸⁵

Embora a noção de método de análise seja rejeitada por Fairclough, admite-se a existência de estratégias diferenciadas dentro da própria ACD para trabalhar o *corpus* enquanto perspectivas teóricas para entender os processos de construção e aberturas para interpretação do texto. Para a ACD, a semiose, ou processo de produção de significados, é parte irredutível dos processos sociais, como Fairclough (2012) afirma e está presente em todas as formas de construção de sentido. Assim, "vemos a vida social como uma rede interconectada de práticas sociais de diversos tipos (econômicas, políticas, culturais, entre outras), todas com um elemento semiótico. (FAIRCLOUGH, 2005, p. 308)" O entendimento da prática social como uma maneira de agir perante a sociedade, considerando os meios de convivência, os espaços, o indivíduos com os quais se dão as relações, e o devido posicionamento do sujeito dentro da rede de práticas propõe uma perspectiva relativamente estável em relação a essas estruturas enquanto projeta também a possibilidade destas se transformarem por meio do rompimento do padrão de práticas.

Como disciplina que se debruça na análise das relações dialéticas entre semioses e demais elementos das práticas sociais, há uma preocupação e dedicação aos processos de mudança social proporcionada na vida cotidiana e na prática social por meio das relações entre as semioses. Em "ACD como método para análise social científica", Fairclough (2012) aponta os seguintes elementos como integrantes da prática social: "Atividade produtiva; meios de produção; relações sociais; identidades sociais; valores culturais; consciência e semiose" (FAIRCLOUGH, 2012, p. 308-309). Segundo o autor, tais elementos estão relacionados dialeticamente e não são totalmente distintos, havendo "um sentido no qual cada um internaliza os outros sem se confundirem entre si" (FAIRCLOUGH, 2012, p. 309).

Desta forma, a ACD preconiza que há três maneiras de atuação da semiose, a base do modelo tridimensional. Em primeiro lugar, atua como parte de uma atividade social que está inserida numa prática. No caso do *corpus*, entende-se a prática como o exercício político do cargo de Presidente da República e atividade social enquanto atos envolvidos no exercício, como

⁸⁵Baseado no modelo disponível em "Análise de Discurso Crítica, do modelo tridimensional à articulação entre práticas: implicações teórico-metodológicas" (RESENDE;RAMALHO, 2004). Elaboração própria.

participação em eventos, tomadas de decisão, reuniões e discursos públicos. Assim sendo, enquanto parte da atividade social, a semiose constitui gêneros discursivos, "maneiras diversas de agir, de produzir a vida social semioticamente" (FAIRCLOUGH, 2012, p. 310), enquanto os atores sociais, no exercício das atividades, produzem representações dos locais de enunciação em que se inserem como também de outras práticas, recontextualizando-as à situação e incorporando ao seu modo de agir.

Ainda segundo Fairclough (2012), as representações se configuram como um processo de construção social constante das práticas. Nesse ínterim, a possibilidade de determinadas representações e práticas se inserirem em outras atividades sociais são responsáveis por ressignificações e reestruturação de modelos e práticas sociais.

4.4.1. A análise do discurso como texto

A definição de texto no âmbito da ACD se dá a partir da definição ampla do termo, como concebida por Halliday (1989;1994), na *Linguística Sistêmico Funcional*, de linguagem falada e escrita. Assim como na ACD, Halliday defende que a linguagem não se estrutura somente em torno do sistema linguístico que a rege, como também em relação ao sistema de relações sociais que a contextualiza. Assim,

Podemos definir texto, talvez da forma mais simples, se dissermos que ele é a língua que é funcional. Por funcional, queremos dizer simplesmente que a linguagem está operando em algum contexto, ao contrário de palavras ou sentenças isoladas que poderiam ser colocadas em um quadro [...]. Assim, qualquer instância de língua viva que atua em um contexto de situação, nós podemos chamar de texto. Ele pode ser escrito ou falado, ou presente em qualquer outro meio de expressão que nos leva a refletir (HALLIDAY;HASAN, 1989, p. 10).86

Também na ACD, a dimensão textual da concepção tridimensional do discurso, segundo Fairclough (2001), não se separa das condições de produção e interpretação por serem fatores estruturantes do texto. Partindo desta perspectiva, a prática discursiva pode ser entendida enquanto "processos de produção, de distribuição e consumo do texto" (RESENDE;

-

⁸⁶Tradução própria. Do original: We can define text, in the simplest way perhaps, by saying that it is language that is functional. By functional, we simply mean language that is doing some job in some context, as opposed to isolated words or sentences that I might put up on the blackboard [...]. So any instance of living language that is playing some part in a context of situation, we shall call a text. It may be either spoken or written, or indeed in any other medium of expression that we like to think of.

RAMALHO, 2010, p. 186-187) e também como a mediadora que se estabelece entre o texto e a prática social. Como explica o autor:

A conexão entre o texto e a prática social é vista como mediada pela prática discursiva: de um lado, os processos de produção e interpretação são formados pela natureza da prática social, ajudando também a formá-la e, por outro lado, o processo de produção forma (e deixa vestígios) no texto, e o processo interpretativo opera sobre 'pistas' no texto. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 35-36)

Assim, a interrelação entre os elementos do discurso expõe a reflexividade entre as condições de produção e o discurso emitido, visto que há interdependência na relação de produção e condições prévias do locutor. De acordo com Resende; Ramalho (2010), admite-se como categorias de análise da dimensão textual do discurso "o vocabulário, a gramática, a coesão e a estrutura textual" (RESENDE;RAMALHO, 2010, p. 187). Em "Curso de Linguística Geral", Saussure (1972) no âmbito da semiótica, defende a arbitrariedade dos signos, admitindo que não há uma base racional ou justificável para o estabelecimento de significante específico com um significado específico⁸⁷. A perspectiva da ACD vai de encontro com a ideia saussuriana, defendendo que razões sociais determinam a atribuição de significados específicos a significantes específicos, negando a arbitrariedade. Ainda, estabelece-se a diferenciação do significado potencial do texto – aquele intencionado por quem o produziu – e o fruto da interpretação, já que os textos são "em geral altamente ambivalentes e abertos a múltiplas interpretações (FAIRCLOUGH, 2001, p. 103). Admitindo as possibilidades de desvio de interpretação, tendo em vista que assim como o locutor aciona a prática discursiva passada para a formulação de novos discursos, aquele que irá interpretar também carrega consigo práticas próprias, o intérprete (ou locutor) pode reduzir a amplitude das possibilidades interpretativas pelo posicionamento de palavras e sistemas específicos de sentidos, perceptíveis na análise do discurso enquanto texto.

Fairclough (2001) organiza os itens da análise textual em escala ascendente, considerando vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual. Assim,

⁸⁷No *Curso de Linguística Geral* de Saussure, o signo é designado como uma unidade linguística que se apresenta em duas faces: o significante e o significado. O significante seria a imagem acústica que representa um conceito, o significado. Nessa perspectiva, entende-se que a relação que é estabelecida entre as duas partes do signo é arbitrária, assim como a relação que este signo estabelece com a materialidade do mundo. (SAUSSURE, 1972)

[...] esses itens podem ser imaginados em escala ascendente: o vocabulário trata principalmente das palavras individuais, a gramática das palavras combinadas em orações e frases, a coesão trata da ligação entre orações e frases e a estrutura textual trata das propriedades organizacionais de larga escala dos textos (FAIRCLOUGH, 2001, p. 103)

Nesse âmbito, o uso e repetição de termos, a utilização de palavras de um campo semântico comum, uso de sinônimos, estruturas de coesão do texto, conectivos, pronomes pessoais ou impessoais, estruturas passivas de sujeitos, advérbios empregados são alguns dos elementos que guiam a análise e cooperam para demonstrar intenções que permeiam o discurso, formam estruturas particulares a determinadas práticas discursivas. Pode-se observar, na alocução de instalação da CNV, que Dilma Rousseff alterna o pronome próprio na 1ª pessoa do singular para o de 1ª do plural no momento em que faz citação direta a uma fala de Ulysses Guimarães, representando uma escolha e uma referência pessoal ao ex-congressista para a 1ª pessoa do plural ao reverenciá-lo, já representando uma intenção de projetar uma visão coletiva, que engloba a visão pessoal e a posição em que ocupa no Estado brasileiro, bem como supondo que os interlocutores concordam e compartilham do mesmo ideário.

O senhor diretas, como aprendemos a reverenciá-lo, disse uma vez [...] (ROUSSEFF, 2012)

Escolhas como essa estão no domínio da análise textual e evidenciam posicionamentos que o discurso delimita.

4.4.2. A análise do discurso como prática discursiva

A prática discursiva está diretamente ligada ao texto resultante do processo discursivo, como indica Fairclough (2001). Envolvendo "processos de produção, distribuição e consumo textual" (FAIRCLOUGH, 2001, p. 106), a análise da prática discursiva abarca também categorias relativas à força, à coerência e à intertextualidade. Tais práticas moldam o discurso à medida em que se entende que os textos são produzidos conforme ritos particulares do contexto social em que estarão inseridos. Assim, um discurso a ser proferido pela Presidenta da República deve ser adequado à situação, ao cargo, ao local e ao público direto a que se destinará, visto que a forma com que o conteúdo poderá ser consumido afeta reflexivamente a produção deste.

Enquanto há textos que tem distribuição simples, como uma conversa cotidiana, que pertence apenas ao contexto da comunicação momentânea, Fairclough (2001) destaca que outros contam com processos de distribuição complexos, como textos produzidos por líderes políticos, à medida que são

[...] distribuídos em uma variedade de diferentes domínios institucionais, cada um dos quais possui padrões próprios de consumo e rotinas próprias para a reprodução e transformação de textos (FAIRCLOUGH, 2001 p. 108)

Nesse momento, frisa-se que os processos de produção e interpretação possuem limitações próprias aos indivíduos participantes. Em Fairclough (2001), as restrições são as estruturas sociais interiorizadas, normas, convenções e ordens de discurso, bem como "a natureza específica da prática social da qual fazem parte" (FAIRCLOUGH, 2001, p. 109). A observação dessas limitações é cara à ACD à medida que são capazes de expor conexões estabelecidas entre práticas sociais, a naturalização de determinados processos discursivos e dos recursos empregados para construção do texto, fornecendo indícios de imbricações de novos contextos ao discurso.

A análise do contexto, que cabe à prática discursiva, se dá anteriormente à procura de indícios contextuais e passa por uma leitura prévia da situação, para que se determine sua importância deste para a análise do conteúdo em geral. Como explica Fairclough (2001), a etnia, o gênero e nacionalidade da autoria de um livro de botânica interferem muito menos no consumo daquele conteúdo do que as mesmas questões em uma situação de entrevista de emprego ou conversa cotidiana. No âmbito político, são questões de suma importância, visto que a figura de poder carrega consigo sua história pessoal, ideologias, histórico partidário, além de questões de gênero e raça que perpassam os imaginários da população e determinam tendências à concordância ou à discordância dos textos produzidos pelo sujeito político. Assim, a correta avaliação de contexto é capaz de fornecer

dois grupos de informações relevantes [...]: uma leitura da situação que ressalta certos elementos, diminuindo a importância dos outros, relacionando os elementos entre si de determinada maneira, e uma especificação dos tipos de discurso que provavelmente serão relevantes (FAIRCLOUGH, 2001, p. 112).

Além do contexto, outro aspecto do texto relevante para essa dimensão do discurso é a força da coerência. Entendida como uma propriedade do texto, afirma-se que na verdade, a coerência é mais uma propriedade da interpretação. Além dos sistemas de linguagem previstos na gramática para gerar coesão em um texto, a coerência vai além e se define por meio das possibilidades de se estabelecer relação entre ideias em um texto sem que estas estejam explicitamente correlacionadas em marcadores explícitos. Os elementos da coerência, muitas vezes apoiados em pressupostos, são limitados pela previsão da capacidade de compreensão dos sujeitos interpretantes e oferecem indícios para a análise da prática social, como elementos ideológicos que serão abordados na seção seguinte.

Por fim, merece destaque, na dimensão da prática discursiva, a intertextualidade. Para que um texto faça sentido, é necessário que seja capaz de fazer sentido para *alguém*, assim, é preciso que sejam conectadas cadeias de sentidos assimiláveis para que o implícito seja identificado. A disposição consciente e inconsciente de textos que interpelam o discurso descortina a sua intertextualidade. Em Fairclough (2001), a explicação acerca da intertextualidade passa por Bakhtin (1997) e a impossibilidade de encararmos um discurso como fundante. Rememorando o conceito já abordado no capítulo anterior, podemos compreender que para Bakhtin (1997), todos os enunciados⁸⁸ são orientados por outros localizados no passado e são necessariamente povoados por estes. Pode-se diferenciar a intertextualidade pela explicitação de sua manifestação. Em Fairclough (2001), denota-se a intertextualidade manifesta, que se dá por meio da imbricação de textos específicos, por meio de citações diretas ou referências manifestas e a intertextualidade constitutiva, que carrega consigo elementos e convenções de ordens de discurso, constituindo a interdiscursividade. Podemos perceber tais manifestações nos trechos abaixo citados, respectivamente, como exemplo de intertextualidade manifesta e constitutiva.

Atribui-se a Galileu Galilei uma frase que diz respeito a este momento que vivemos: "a verdade é filha do tempo, não da autoridade" (ROUSSEFF, 2012)

A palavra verdade, na tradição grega ocidental, é exatamente o contrário da palavra esquecimento. É algo tão surpreendentemente forte que não abriga

-

⁸⁸Em *Discurso e Mudança Social* (2001), Fairclough menciona o uso do termo enunciado por Bakhtin, e destaca na página 134 o uso da palavra "texto" como sinônimo. Neste trabalho, pela adesão à ACD, houve a opção pelo uso do termo "texto" em substituição ao enunciado, exceto quando em citação ou referência explícita à obra de Bakhtin.

nem o ressentimento, nem o ódio, nem tampouco o perdão" (ROUSSEFF, 2012)

É possível reparar que há a menção direta a Galileu Galilei e a citação literal de uma fala atribuída a ele, em um contexto em que cabem aspas na transcrição. Já no segundo exemplo, a citação constitui a fala. Cita-se de onde provém a informação (da tradição grega), mas ela é alocada em meio à elocução, carregando consigo os significados já se imbricando.

4.4.3. A análise do discurso como prática social

Por fim, na terceira dimensão do discurso, da prática social, analisam-se os aspectos ideológicos e componentes hegemônicos empregados na constituição do texto. Entender o uso da linguagem como prática social, seria, antes de tudo, compreendê-la como um modo de agir que é necessariamente historicamente situado, "constituído socialmente, mas também constitutivo de identidades sociais, relações sociais e sistemas de conhecimento e crença" (RESENDE; RAMALHO, 2004, p. 189), remetendo às relações de poder que necessariamente se estruturam na sociedade. A ideia de situar o discurso entre a concepção de relações de poder enquanto luta hegemônica encontra bases, segundo Fairclough (2001), em Althusser e Gramsci, considerando-se, a princípio, que as ideologias tem existência material na prática de instituições e, portanto, também nas práticas discursivas.

Para Althusser (1985), a ideologia pode ser considerada como um imaginário que atua intermediando as relações sociais das pessoas, no que tange às suas próprias condições de existência. Portanto, a ideologia está intrinsecamente relacionada a um sujeito e acerca disso, o autor afirma que "a ideologia interpela os indivíduos enquanto sujeitos" (ALTHUSSER, 1985, p. 93). Assim, o interpelamento ideológico produz duas evidências, a da existência do sujeito e do sentido (ALTHUSSER, 1985), fazendo com o que os indivíduos se reconheçam como "concretos, individuais, inconfundíveis e obviamente insubstituíveis" (ALTHUSSER, 1985, p. 95) de forma tão sutil que este não terá ciência de que está sob "reconhecimento ideológico". Desta forma, o autor sugere que a intervenção da ideologia não se limita às representações do sujeito em suas condições sociais, como também afeta a forma como se produz e interpreta formulações linguísticas, visto que os discursos nunca são imunes à ideologia, visto que esta sempre os determina, independentemente do gênero e da decorrência de expressão de necessidades objetivas, como um discurso científico. A interpretação de que a mobilização de

determinadas formas de linguagem ou outras formas simbólicas de expressão são ideológicas e que, portanto, servem a formas de dominação surge como base do entendimento da dimensão social do discurso.

Desta forma, a produção de evidências ideológicas e sua consequente imbricação nas formas discursivas, abre espaço para a cristalização de ideias e criação de sensos comuns, quando a ideologia está tão enraizada naquela expressão ou forma discursiva que se tornam naturais da situação.

Na ACD, quando se enfatiza a possibilidade de transformação, refere-se diretamente ao remodelamento das práticas naturalizadas para reestruturação das formas de dominação. Fairclough aponta que "quando são encontradas práticas discursivas contrastantes em um domínio particular ou instituição, há probabilidade de que parte desse contraste seja ideológico" (FAIRCLOUGH, 2001, p. 117). Assim, destaca-se que não se trata de localizar em quais "níveis" ou espaços em que a ideologia se manifesta, como se tratasse de um fenômeno e sim compreender a dinâmica da sua materialidade nas estruturas e eventos, sob o risco de tratarmos tais manifestações como meras reproduções ideológicas, escapando à perspectiva de transformação. É possível, portanto, entender que a ideologia está localizada entre processos de estruturação, constituídos de eventos passados enquanto orientação "acumulada e naturalizada que é constituída nas normas e nas convenções" (FAIRCLOUGH, 2001, p. 119), tanto quanto em novos processos de naturalização e desnaturalização das mesmas orientações.

De volta a Althusser (1985), Fairclough (2001) tece uma crítica apontando que a teoria desenvolvida por este filósofo acerca do sujeito exagera sobre sua constituição ideológica, subestimando a capacidade dos sujeitos de "agirem individual ou coletivamente como agentes" (FAIRCLOUGH, 2001, p. 121), ignorando que os textos estão sempre abertos a diversas interpretações e que, portanto, podem ter sua importância ideológica diminuída ou aumentada de acordo com os processos sociais que intermediaram o processo; de tal forma, o sujeito é entendido com aquele que é ideologicamente perpassado, mas também capaz de agir com certa autonomia e criatividade no sentido de poder criar conexões próprias entre "práticas e ideologias a que são expostos e de reestruturar as práticas e as estruturas posicionadoras (FAIRCLOUGH, 2001, p. 121).

Acerca do conceito de hegemonia, ainda em referência a Gramsci, Fairclough afirma: "Hegemonia é o poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais em aliança com outras forças sociais" (FAIRCLOUGH, 2001, p. 122). Tangencial a tal dominação, entende-se que seu ápice não é alcançado plenamente, portanto a hegemonia atua de forma parcial e temporária, em um equilíbrio instável por meio do enlace e integração entre classes subalternas e dominantes, sendo espaço de luta constante entre instabilidades de classe, assumindo contornos econômicos, políticos e ideológicos. Na evolução entre as relações de poder, em que são consideradas instituições da sociedade civil organizada, como sindicatos e famílias, é que se desenvolve a possibilidade da teorização da mudança e remoldagem de processos.

Assim, ao considerarmos as estruturas discursivas como ordens de discurso que operam dentro de alguma estabilidade, esta é uma "faceta discursiva" (FAIRCLOUGH, 2001, p. 123) do equilíbrio "contraditório e estável" (*idem*) que constitui uma hegemonia. Fairclough (2001) destaca que embora a forma hegemônica de organizar e exercer o poder em uma sociedade seja predominante, esta coexiste com outras estruturas como em um mosaico em constante rearticulação de elementos, expondo as orientações do discurso de ordens econômica, política, cultural e, novamente, ideológica.

Desta forma, ao apresentarmos as três dimensões propostas por Fairclough (2001), podemos entender o discurso a partir das perspectivas de escolhas textuais, do contexto social em que está inserido, por meio da identificação de variáveis circunstanciais e também sobre as práticas sociais, estruturas já estabelecidas que perpassam os discursos, por meio do reforço, desconstrução ou estabelecimento de ideias e consensos.

5. Da análise

Como abordamos nos capítulos anteriores, a Análise Crítica do Discurso se dá a partir da observação de diversos fatores que operam sobre o discurso, moldando-o e situando-o em determinado contexto cultural. Como reconhecemos as variáveis capazes de influenciar o processo de elaboração, produção e difusão do discurso, admitimos a necessidade de análise pormenorizada de cada um dos fatores. Neste trabalho, acompanharemos as categorias analíticas propostas na Figura 2, como organização proposta por (RESENDE;RAMALHO, 2004) e que refletem as propostas do modelo tridimensional de Fairclough (2001).

Como forma de organização do trabalho, adota-se a alocução de Abertura da Comissão da Verdade (Anexo 1) como o DI e o Discurso de Entrega do Relatório da Comissão da Verdade (Anexo 2) como DII. Dessa forma, cada categoria contará com uma seção dedicada ao DI e uma dedicada ao DII, para que a comunhão dos resultados seja feita em conjunto, mas sejam apresentados de forma suficientemente clara.

5.1 Texto

5.1.1 Vocabulário e Gramática

Como abordado na seção das reflexões teóricas, a forma com que se organizam as palavras no texto denotam significados e requerem análises. No DI, referente à abertura da Comissão da Verdade, a fala é iniciada com os cumprimentos segundo protocolo oficial da Presidência, que será abordado na seção destinada à estrutura textual. O discurso se inicia já com uma citação direta. Dilma Rousseff invoca Ulysses Guimarães, deputado constituinte em 1988, chamando-o de "Senhor Diretas" ao citar uma fala do ex-deputado sobre a verdade em oposição às sombras. Em seguida, é notável o uso da 3ª pessoa do plural em todo o texto, marcado por uso de verbos como "saibamos, temos, move, fazemos" em momentos em que há a intenção de implicar valores democráticos, de tratar a instauração da Comissão da Verdade como uma causa coletiva, como é possível ver nos trechos abaixo:

"Embora saibamos que regimes de exceção sobrevivem pela interdição da verdade [...]" (ROUSSEFF, 2012)

"Ao instalar a comissão da verdade, não nos move o revanchismo [...]" (ROUSSEFF, 2012)

"O que fazemos aqui, neste momento, é a celebração da transparência da verdade de uma nação [...]" (ROUSSEFF, 2012)

O uso da 3ª pessoa do plural é interrompido tão logo se menciona o Estado Brasileiro, momentos em que Dilma Rousseff investe-se de seu cargo de representante da União ao prestar homenagens em nome do país e anunciar o ato como sendo iniciativa do Estado, e não de gestão, fazendo uso da 1ª pessoa do singular.

Reitero hoje, celebramos aqui um ato de Estado Por isso me alegra estar acompanhada por todos os presidentes que me antecederam nestes 28 benditos anos (ROUSSEFF, 2012)

Infelizmente, não nos acompanha o presidente Itamar Franco, a quem rendo as devidas homenagens por sua digna trajetória (ROUSSEFF, 2012)

Escolhi um grupo plural de cidadãos (ROUSSEFF, 2012)

Quando cumpri minha atribuição de nomear a Comissão da Verdade (ROUSSEFF, 2012)

Ainda em relação ao uso de pronomes, é possível notar referências ao Estado brasileiro enquanto país, com total impessoalidade;parece-nos que, neste ponto, a enunciadora vale-se de uma estratégia discursiva que visa expor sentimentos que caberiam ao coletivo de cidadãos do país, como nos trechos

"O Brasil deve render homenagens às mulheres e aos homens que lutaram pela revelação da verdade histórica" (ROUSSEFF, 2012)

"O país reconhecerá nesse grupo, não tenho dúvidas [...]" (ROUSSEFF, 2012)

"O Brasil certamente espera que seus representantes sejam capazes de se unir em torno de objetivos comuns [...]" (ROUSSEFF, 2012)

"O Brasil merece a verdade [...]" (ROUSSEFF, 2012)

Portanto, na seara dos locais de fala, é possível reconhecer duas posições básicas demonstradas pelo discurso. Primeiramente, a representação do coletivo que se moveu em direção a uma conquista e compartilha da vitória da instauração da Comissão da Verdade, e a de Chefe de Estado que comanda e toma decisões em nome do país e representa a estrutura burocrática do Governo Federal; ou seja, exprime poder político e, por fim, a voz idealizada de um país.

A repetição da palavra *verdade* e o uso de estratégias para destacá-la também é patente. É possível notar, inclusive, uma menção direta ao significado da palavra no trecho "A palavra

verdade, na tradição grega ocidental, é exatamente o contrário da palavra esquecimento" (ROUSSEFF, 2012) como estratégia para formar uma rede clara em torno dos significados e termos que "se opõem" à verdade como meio implícito de justificar o nome "Verdade" na Comissão. Em diversos pontos, é possível observar como a enunciadora mobiliza um interdiscurso relacionado ao Volume I do Relatório, quando alude a conceitos e enunciados presentes naquele documento sobre as funções da CNV: "efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional" (BRASIL, 2011, p. 15). Dentro da rede de palavras estruturada em torno da verdade, a memória é explorada com frequência como algo que se deve a alguém, como direito ou homenagem, conforme trechos abaixo:

Nas sombras somos todos privados da verdade, mas não é justo que continuemos apartados dela à luz do dia (ROUSSEFF, 2012)

O Brasil deve render homenagens às mulheres e aos homens que lutaram [...]" (ROUSSEFF, 2012)

Acreditamos que o Brasil não pode se furtar a conhecer a totalidade de sua história. Trabalhemos juntos para que o Brasil conheça e se aproprie dessa totalidade, da totalidade da sua história" (ROUSSEFF, 2012)

O Brasil merece a verdade. As novas gerações merecem a verdade (ROUSSEFF, 2012)

De maneira similar à que se explora a verdade, é possível notar também uma rede de palavras em torno das palavras "censura" e "democracia", que podem ser destacadas como importantes termos marcadores de sentido no texto. Tais palavras aparecem em períodos capazes de produzir sentido por associação, como por exemplo, quando a enunciadora menciona que "[...] sob a democracia, a verdade, a memória e a história venha à superfície" (ROUSSEFF, 2012), denota-se uma rede de significados entre as palavras escolhidas, que parecem subentender que, para a enunciadora, a memória, a história e a verdade estão diretamente condicionadas à democracia. Tal sentido é reforçado nos excertos abaixo:

[...] é a celebração da verdade de uma nação que vem trilhando seu caminho na democracia [...] (ROUSSEFF, 2012)

[...] luta pelas liberdades democráticas [...] (ROUSSEFF, 2012)

[...] é um privilégio propiciado pela democracia e pela convivência civilizada [...] (ROUSSEFF, 2012)

[...] convidei mulheres e homens com uma biografia de identificação com a democracia e aversão aos abusos do Estado [...](ROUSSEFF, 2012)

De maneira similar, a rede em torno da censura é construída com referências e eufemismos, evitando a menção da palavra *censura* que é apresentada ligada à ditadura ou em relação oposta à verdade. Ao contrário da democracia e da verdade, que são consideradas pela enunciadora como caminhos ou resultados de ações positivas, a censura é associada necessariamente a um passado que não deve ser revivido, caracterizando um silenciamento constitutivo, como abordamos anteriormente.

A verdade não mereceria este nome se morresse quando censurada. A verdade, de fato, não morre por ter sido escondida" (ROUSSEFF, 2012)

"Embora saibamos que regimes de exceção sobrevivem pela interdição da verdade (ROUSSEFF, 2012)

Ao instalar a Comissão da Verdade, não nos move o revanchismo, o ódio ou o desejo de reescrever a história de uma forma diferente do que aconteceu, mas nos move a necessidade imperiosa de conhece-la em sua plenitude, sem ocultamentos, sem camuflagens, sem vetos e sem proibições (ROUSSEFF, 2012)

Ao abordar a Lei de Acesso à Informação, que entrou em vigor na data do proferimento do discurso, há o reforço, por meio do uso do sintagma adverbial "nunca mais" da ideia de abertura e transparência (integrantes da rede de palavras relacionadas à verdade), afirmando que "nunca mais os dados relativos a violações de direitos humanos poderão ser reservados, secretos ou ultrassecretos" (ROUSSEFF, 2012).

Dessa forma, observa-se uma intenção da enunciadora de representar o fim do conceito de censura referenciado no discurso, relativo às práticas secretas do governo, ocultação de

informações de interesse público e de práticas pouco democráticas. A relação que se estabelece entre os termos *democracia* e *verdade* junto da função atribuída à *Lei de Acesso à Informação* estão em constante oposição à censura, seja no tempo em que ocorre quanto na atribuição de valores positivos ou negativos.

Por fim, unindo dois pontos da análise, observa-se que a enunciadora busca caucionar seu discurso referindo-se a figuras políticas que, de alguma forma, no imaginário brasileiro, ligamse a valores que se deseja defender, como em menções aos ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso, Fernando Collor de Mello, Luiz Inácio Lula da Silva, José Sarney e também Tancredo Neves. Em relação à *censura*, *ditadura*, *violência* e outros termos referentes à seara do passado do discurso, estes a enunciadora não relaciona, explicitamente, a nenhum ator social ou instituição, denotando que devem ser deixados pelo caminho, assim como a forma com que são expostos ao longo do texto, por meio de valorização de pactos políticos, como a Lei da Anistia e outros expedientes de conciliação.

Logo após os cumprimentos formais, o texto trata de uma falta, bem como a Comissão também trata da falta de informações e dados sobre o período da Ditadura Militar; no caso do texto, a falta notada é a de Ulysses Guimarães, como pode ser observado na afirmação: "[...] que, se vivesse ainda, certamente, ocuparia um lugar de honra nessa solenidade [...]"(ROUSSEFF, 2012). A partir da menção à falta da figura representativa da redemocratização que foi Ulysses Guimarães, o texto se estrutura nos primeiros parágrafos opondo a Comissão da Verdade a regimes de exceção, tentativas de reescrever a história, conforme críticas de militares, ressentimento ou ódio. A menção a tais elementos parece sinalizar uma memória discursiva associada aos discursos de reação das Forças Armadas, nos anos que antecederam a abertura da CNV,a qualquer movimentação do Governo Federal no sentido de investigar ou recuperar informações sobre as violações de Direitos Humanos durante a Ditadura Militar. Portanto, iniciar o discurso desmentindo indiretamente acusações acerca de intenções pouco amistosas ao instalar a Comissão demonstraria intenção clara de evitar conflitos e de pactuação de interesses. A pactuação passível de ser notada a partir dessa estrutura foi evidenciada na prática quando expusemos que a CNV não teria nenhuma prerrogativa de julgar e/ou punir nenhum agente das FFAA ou da estrutura do Governo Federal.

Na alocução relativa à solenidade de entrega do relatório da Comissão Nacional da Verdade, no dia 10 de dezembro de 2014, a fala também é iniciada conforme protocolos da Presidência da República, assim como observado no DI e que será analisado mais detalhadamente em outra seção.

Após as saudações protocolares, a alocução se inicia com uma referência ao relatório, afirmando que ele estava sendo apresentado nessa data pela CNV. O uso do *nós* em "O relatório que a Comissão Nacional da Verdade apresenta para nós aqui hoje" (ROUSSEFF, 2014) parece sinalizar a intenção da enunciadora de reforçar a independência da Comissão, e demonstrar que no papel social de presidente da República, Dilma Rousseff estaria tendo contato com os relatórios junto da sociedade civil. Tal efeito é confirmado a seguir, no excerto

Sua apresentação simultânea ao governo federal e à sociedade brasileira evidencia a autonomia assegurada pela legislação à Comissão Nacional da Verdade, que atuou sem interferência governamental [...] (ROUSSEFF, 2014)

A troca do uso dos pronomes na 1ª pessoa do singular para a 3ª pessoa do plural também está presente nesta alocução. Dilma Rousseff investe-se do poder de chefe de estado para ressaltar os valores do relatório produzido pela Comissão, como se quisesse imprimir satisfação pessoal pelos resultados, mas recorre à 3ª pessoa para exaltar valores democráticos, reconhecer responsabilidade por medidas a serem tomadas a partir do relatório e identificar movimentos políticos que possibilitaram a redemocratização do país.

Eu estou certa que os trabalhos produzidos pela comissão resultam do seu esforço para atingir seus três objetivos mais importantes [...] (ROUSSEFF, 2014)

Eu, ao receber esse relatório, tenho certeza que ele encerra uma etapa e ao mesmo tempo começa uma nova etapa e demarca um novo tempo [...] (ROUSSEFF, 2014)

Nós, do governo federal, vamos nos debruçar sobre o relatório [...] (ROUSSEFF, 2014)

Nós, que amamos tanto a democracia [...] (ROUSSEFF, 2014)

Nós, que acreditamos na verdade [...] (ROUSSEFF, 2014)

No trecho abaixo, parece sinalizar a diferenciação de duas posições assumidas por Dilma Rousseff enquanto enunciadora, a de cidadã e a de representante do Estado.

Sobretudo, em nome do estado Brasileiro e eu meu nome, presto homenagem e manifesto caloroso agradecimento aos familiares dos mortos e desaparecidos. (ROUSSEFF, 2014)

Ao contrário do DI, em que várias falas de terceiros estão diretamente citadas, no DII não vemos tais citações ou rememorações à fala de terceiros, a elocução é sustentada no trabalho realizado pela CNV e rememora trechos do DI, levando-os do contexto da abertura para a entrega do relatório, situação em que podemos notar uma tentativa de afirmar a autossuficiência do sistema de ideias ao redor da Comissão. Vejamos, na sequência, alguns excertos que parecem indicar tal estratégia discursiva:

Repito aqui o que disse quando do lançamento da Comissão da Verdade [...] (ROUSSEFF, 2014)

Na cerimônia de instalação da Comissão Nacional da Verdade, em maio de 2012, eu disse que a ignorância sobre a história não pacifica [...] (ROUSSEFF, 2014)

Afirmei ainda que o Brasil merecia a verdade (ROUSSEFF, 2014)

Dessa forma, podemos entender que o DII busca rememorar atos do DI, que somados aos agradecimentos e menções aos membros da Comissão da Verdade, busca encerrar o ciclo de produção de conhecimento representado pela CNV e abrir espaço para novas discussões a partir do material gerado, dando a ideia de um marco civilizatório prestes a mudar a história futura.

5.1.2 Coesão e estrutura textual

Conforme nos explica Fairclough (2001), são elementos linguísticos-discursivos que expressam a coesão e estrutura textual a ligação entre orações e frases, enquanto a estrutura textual estaria

ligada à forma de organização de larga escala dos textos. Em relação ao DI, é possível observar que este se inicia pelos cumprimentos, conforme protocolo do Palácio do Planalto. Tais cumprimentos estão presentes na transcrição oficial da elocução, disponível no portal da Biblioteca da Presidência, no portal do Palácio do Planalto⁸⁹ e seguem a ordem de expresidentes presentes, ordenados por data de mandato, em seguida o presidente da Câmara dos Deputados, presidente do Supremo Tribunal Federal, representação do Supremo Tribunal de Justiça e da Comissão da Verdade. Em seguida, são cumprimentados os ministros da Casa Civil, da Justiça, da Advocacia-Geral da União, da Secretaria de Direitos Humanos e da Defesa, demonstrando pela primeira vez critérios não-hierárquicos ou cronológicos, visto que a secretarias são posicionadas à frente de ministérios (Direitos Humanos à frente da Defesa). A seguir, são cumprimentados ex-ministros da Justiça, senadores, deputados federais e representantes do Poder Judiciário. Somente após a apresentação do corpo de civis, os comandantes militares das Forças Armadas são mencionados, na seguinte ordem: Marinha, Exército, Aeronáutica e Estado Maior Conjunto das Forças Armadas. Em seguida, são apresentados os membros da CNV, prefeitos e ao final, representantes da Organização das Nações Unidas, de entidades civis, familiares e profissionais em atuação: jornalistas, fotógrafos e cinegrafistas.

É possível denotar momentos em que a relevância da representação ou da pasta para a solenidade foi considerada em detrimento da hierarquia representativa do posto. Por exemplo, representantes das Forças Armadas poderiam compor as apresentações junto ao ról dos ministérios, como parte do Poder Executivo antes da representação do Legislativo ou Judiciário, mas optou-se pela separação.

A elocução, após os cumprimentos, é iniciada por meio de uma citação direta, como já abordamos, exercendo função de explicar os sentidos de verdade, democracia e memória, recorrendo a outras vozes para sustentação. Ao tratar da Comissão da Verdade em si, logo após a explicação prévia, a explicação se volta para pessoas presentes no momento, e a referência se torna mais próxima à ocasião – referindo-se aos ex-presidentes –. Portanto, nota-se a opção de trazer discursos distantes para desaguar em âmbitos mais restritos e em seguida abordar a instalação da Comissão da Verdade. Em seguida, a opção pela referenciação a autoridades é

-

⁸⁹Disponível em <a href="http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-instalacao-da-comissao-da-verdade-brasilia-dfhttp://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff-na-cerimonia-de-instalacao-da-comissao-da-verdade-brasilia-dfhttps://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff-na-cerimonia-de-instalacao-da-comissao-da-verdade-brasilia-df<a href="https://www.biblioteca.presidenta/discurso-da-presidenta/disc

abandonada, dando lugar a uma ordem atípica de menções. Como mencionado na seção 1.4, a criação da Comissão da Verdade foi sugerida na 11ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos, enquanto Comissão da Verdade e da Justiça. Houve, por parte do governo Lula, o recuo no uso do termo "justiça" no Relatório Final do Terceiro Plano Nacional de Direitos Humanos, e a lei foi encaminhada e aprovada no Congresso de tal forma em 2010. Apesar do recuo e da pouca prioridade dada à criação da CNV por Lula, como vimos anteriormente, a primeira menção no discurso é ao ex-presidente, concedendo-o local de privilégio na alocução, segundo Dilma Rousseff,

A Comissão da Verdade foi idealizada e encaminhada ao Congresso no governo do meu companheiro de jornada, presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a quem tive a honra de servir como ministra e a quem tenho o orgulho de suceder (ROUSSEFF, 2014)

Após dedicar méritos ao ex-presidente Lula e mencionar, em seguida, a relevante iniciativa de Fernando Henrique Cardoso, na instituição da Lei da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos, sem juízos de valor, o parágrafo a seguir é iniciado pela conjunção de oposição, *no entanto*., afirmando que seria justo a menção de que o processo que resultaria na CNV teve início durante o mandato do presidente Fernando Collor. De tal maneira, pode-se inferir uma grande participação atribuída ao ex-presidente Lula, reconhecimentos a Fernando Henrique Cardoso, mas apenas uma participação fortuita de Fernando Collor. O ex-presidente José Sarney não é mencionado nessa "seção" de retrospectivas, nem tampouco Itamar Franco, lembrado anteriormente por sua ausência⁹⁰.

Após as retomadas, Dilma Rousseff anuncia os membros da CNV, seguindo os critérios de escolha já mencionados anteriormente:

cidadãos e cidadãs de reconhecida sabedoria e competência (ROUSSEFF, 2014)

com uma biografia de identificação com a democracia e aversão aos abusos do Estado (ROUSSEFF, 2014)

⁹⁰O ex-presidente Itamar Cautiero Franco faleceu no ano de 2011 em decorrência de um derrame cerebral. Itamar Franco exercia mandato de Senador por Minas Gerais pelo PPS – hoje Cidadania.

Aos mencionar que convidou homens e mulheres para compor a CNV, por duas vezes, o termo "mulher" vem antes de "homem", contrariando a ordem habitual da fala, destacando o feminino. A seção do discurso encerra com votos de respeito e reverências pela luta pela democracia e valorização de pactos políticos que conduziram o país à redemocratização.

Com nova saudação, reiterando o uso de "senhoras" à frente de "senhores", Dilma Rousseff anuncia a Lei de Acesso à Informação, relacionando-a à CNV enquanto "frutos de um longo processo de construção da democracia" (ROUSSEFF, 2014). Ao mencionar tal processo, o expresidente José Sarney e também Tancredo Neves são referidos como exemplo de condução política. Pode-se notar a intenção de estabelecer distinção no que tange ao tipo de legitimidade associada aos presidentes mencionados: aqueles eleitos por voto direito (Fernando Collor, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva) pertencem ao âmbito do resgate histórico enquanto partes da história da CNV e do "caminho democrático" enquanto José Sarney e Tancredo Neves cabem dentro de um processo histórico mais distante, sem representação de ação ativa em relação à CNV e demais ações pós redemocratização.

A Lei de Acesso à Informação é apresentada furtivamente como uma ação de fortalecimento da democracia, enquanto ferramenta de promoção da transparência e possibilidade de fiscalização, que sugerem oposição ao mau uso de dinheiro público e à violação de Direitos Humanos. A seção se encerra com a afirmação de que há o dever de construir instituições, indicando os pilares da democracia liberal para compreensão dos objetivos da instituição da Lei e instauração da Comissão.

Após os "atos" de resgate histórico, reconhecimento de terceiros, instituição da Lei de Acesso à Informação e menção a valores, o discurso se encerra com uma exortação aos brasileiros, para que haja um trabalho conjunto para que o país conheça a própria história, reafirmando a importância da memória, principalmente acerca de violações e óbitos, o que pode ser observado no trecho

É como se disséssemos que, se existem filhos sem pais, se existem pais sem túmulo, se existem túmulos sem corpos, nunca, nunca mesmo, pode existir uma história sem voz (ROUSSEFF, 2014)

O parágrafo final, antecedido por citação atribuída à Galileu Galilei, pare sinalizar a intenção da enunciadora de afirmar que o período de desconhecimento da história chegou ao fim.

Eu acrescentaria que a força pode esconder a verdade, a tirania pode impedi-la de circular livremente, o medo pode adiá-la, mas o tempo acaba por trazer a luz. Hoje, esse tempo chegou (ROUSSEFF, 2014)

Em relação ao DII, como já observamos, os eventos descritos se restringem majoritariamente entre os prazos da abertura da CNV até um futuro hipotético, marcado pelos desdobramentos da entrega do Relatório. Com um público mais tímido e com menos personalidades políticas, os cumprimentos foram sensivelmente mais breves, iniciados com menção ao coordenador da Comissão Nacional da Verdade, membros da Comissão, ministros de Estado, ex-ministros, exintegrantes da Comissão, senadores, deputados, representante das Nações Unidas, do ministério da Justiça, da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, demais entidades de defesa aos direitos humanos, familiares de mortos e desaparecidos e profissionais da imprensa. Vê-se, em contraste com a instauração, tratar-se de um quadro restrito e técnico de representantes, sem a presença relevante de representações do Poder Legislativo, do Poder Judiciário ou das Forças Armadas, podendo representar uma ocasião menos política.

A alocução é iniciada por meio de reconhecimento ao trabalho realizado pela CNV e apresenta uma chamada de responsabilidade do Governo Federal para que analise o conteúdo do relatório para a tomada de ações. O parágrafo seguinte destoa dos demais, por trazer, em meio à exaltação de valores democráticos, o resgate à Constituição de 1988 e o processo de redemocratização, caucionado na importância que os dados levantados pelo Relatório Final terão para o futuro.

A seguir, a Cerimônia de Instalação da CNV é suscitada novamente por meio de uma autocitação. Nota-se que a redundância é um recurso utilizado nessa elocução, com menções a si própria, a atos próprios e reforço dos mesmos valores ao longo dos parágrafos. A palavra "verdade", por exemplo, recebe novos adjetivos em meio ao texto, como se vê abaixo.

A verdade não significa revanchismo. A verdade não deve ser motivo para ódio ou acerto de contas. A verdade liberta todos nós do que ficou por dizer, por explicar, por saber. (ROUSSEFF, 2014)

A verdade produz consciência, aprendizado, conhecimento e respeito. A verdade significa, acima de tudo, a oportunidade de fazer um encontro com nós mesmos, com a nossa história e do nosso povo com a sua história. (ROUSSEFF, 2014)

A verdade é uma homenagem a um Brasil que já trilha três décadas de um caminho democrático. (ROUSSEFF, 2014)

A alocução tem um ponto de "arremate" com a lembrança de que no dia, celebrava-se o Dia Internacional dos Direitos Humanos, e que seria um tributo aos homens e mulheres do mundo que lutaram por liberdade. Tal comentário dá abertura para parabenização dos que contribuíram para o relatório, demonstração de reconhecimento e expectativa de reconhecimento externo acerca da importância do conteúdo e o encerramento.

5.1.3 Marcadores

Após a análise da alocução enquanto texto, foi possível notar a força de algumas palavras que guiaram os dois textos no sentido de serem núcleos de significação. Identificou-se que os temas VERDADE e DEMOCRACIA guiam vários sentidos em ambos os discursos, pela necessidade de caracterizar e contextualizar o entendimento de verdade que se vislumbra – principalmente pelo nome da CNV – e também pela constante defesa de valores democráticos, da defesa dos processos de redemocratização e também pela manutenção de tal sistema. Permeando tais estruturas, de maneira implícita, como causa ou consequência negativa, a CENSURA também compõe tais núcleos de palavras que estão no cerne das alocuções, formando sentidos.

Desta forma, compreendendo que há uma relação entre os valores atribuídos aos termos, foi realizada uma esquematização das redes de palavras atribuídas a cada um dos termos marcadores, para observarmos as construções de sentido em torno deles. Dessa forma, organizamos em uma tabela as menções a cada um dos marcadores, para, em seguida, formular uma tabela de termos relacionados, com palavras e expressões que atribuem sentido a cada uma das expressões, se são opostos ou fazem referência.

citando o deputado Ulysses Guimarães regimes de exceção sob a democracia, a verdade, a memória e a história venham à superfície uma nação que vem trilhando seu caminho na democracia Por sua digna trajetória de luta pelas liberdades democráticas concessão ao autoritarismo [...] militantes da causa democrática [...] [...] nas lutas do povo brasileiro, pelas liberdades democráticas, pela anistia

opiniões divergentes sobre outros temas, o que é normal na vida democrática

grupo plural de cidadãos

biografia de identificação com a democracia

abusos do Estado

Nós reconquistamos a democracia a nossa maneira

reverencio os que lutaram pela democracia

truculência ilegal do Estado

pactos políticos que nos levaram à redemocratização

transparência do Estado

[...] frutos de um longo processo de construção da democracia

autoritarismo

amadurecimento de nossa trajetória democrática

DEMOCRACIA (d.2)

Nós reconquistamos a democracia a nossa maneira

reverenciamos e sempre o faremos, todos os que lutaram pela democracia

reafirmar a prioridade que devemos dar às liberdades democráticas

autoritarismos

ditaduras de qualquer espécie

[...]Brasil ter um futuro plenamente democrático

livre de ameaças autoritárias

São gestos como estes que constroem, sim, a democracia

A busca da verdade histórica é uma forma de construir a democracia e zelar pela sua preservação tributo a todas as mulheres e homens do mundo que lutaram pela liberdade e pela democracia

a importância deste trabalho que torna nossa democracia ainda mais forte

Tabela 1: menções à Democracia

CENSURA (d.1)
eliminada a opinião dos que divergem
a verdade, de fato, não morre por ter sido escondida
nas sombras, somos todos privados da verdade
regimes de exceção sobrevivem pela interdição da verdade
ocultamentos
camuflagens
vetos
proibições
interferência do governo
sombra
CENSURA (d.2)
interferência governamental
trouxeram à luz
arbítrio
violência
oculto

Tabela 2: menções à Censura

VERDADE (d.1)
a verdade não desaparece quando é eliminada a opinião dos que divergem
a verdade não mereceria esse nome se morresse quando censurada
a verdade de fato não morre por ter sido escondida
nas sombras somos todos privados da verdade
regimes de exceção sobrevivem pela interdição da verdade
sob a democracia, a verdade, a memória e a história venha (sic) à superfície
a palavra verdade, na tradição grega ocidental, é [] o contrário da palavra esquecimento
celebração da transparência da verdade
revelação da verdade histórica
o direito à verdade é tão sagrado quanto o direito [] de prantear e sepultar seus entes queridos
o esforço da sociedade brasileira em busca da verdade histórica
o motivo do nosso encontro é a celebração da verdade
o Brasil merece a verdade
As novas gerações merecem a verdade
merecem a verdade factual aqueles que perderam amigos e parentes
a verdade é filha do tempo, não da autoridade
VERDADE (d.2)
a procura da verdade factual
nós, que acreditamos na verdade
Afirmei ainda que o Brasil merecia a verdade
que as novas gerações mereciam a verdade
mereciam a verdade aqueles que perderam familiares, parente, amigos, companheiros
encontro com a verdade de uma nação inteira
homens e [] mulheres livres que relataram a verdade para a Comissão
A busca da verdade histórica é uma forma de construir a democracia e zelar por sua
A busca da verdade histórica é uma forma de construir a democracia e zelar por sua preservação
preservação
preservação maioria da população brasileira [] não teve acesso integral à verdade histórica
preservação maioria da população brasileira [] não teve acesso integral à verdade histórica a Comissão Nacional da verdade presta o inestimável serviço da verdade histórica
preservação maioria da população brasileira [] não teve acesso integral à verdade histórica a Comissão Nacional da verdade presta o inestimável serviço da verdade histórica A verdade não significa revanchismo
preservação maioria da população brasileira [] não teve acesso integral à verdade histórica a Comissão Nacional da verdade presta o inestimável serviço da verdade histórica A verdade não significa revanchismo A verdade não deve ser motivo para ódio ou acerto de contas
preservação maioria da população brasileira [] não teve acesso integral à verdade histórica a Comissão Nacional da verdade presta o inestimável serviço da verdade histórica A verdade não significa revanchismo A verdade não deve ser motivo para ódio ou acerto de contas A verdade liberta todos nós do que ficou por dizer A verdade produz consciência, aprendizado, conhecimento e respeito A verdade significa, acima de tudo, a oportunidade de fazer um encontro com nós mesmos
preservação maioria da população brasileira [] não teve acesso integral à verdade histórica a Comissão Nacional da verdade presta o inestimável serviço da verdade histórica A verdade não significa revanchismo A verdade não deve ser motivo para ódio ou acerto de contas A verdade liberta todos nós do que ficou por dizer A verdade produz consciência, aprendizado, conhecimento e respeito

Tabela 3: menções à Verdade

De tal forma, foi possível construir a relação demonstrada abaixo, entre termos que parecem associar-se em torno do tema democracia em oposição àqueles associados à ditadura, formando uma rede de associações em torno dos temas.

DEMOCRACIA		
Referência	Oposição	
Ulysses Guimarães	Regimes de exceção	
Verdade	Autoritarismo	
Memória	Abusos do Estado	
História	Truculência ilegal do Estado	
Liberdade	Ditaduras	
Anistia		
Divergência		
Lutas		
Pactos políticos		
Transparência		
Processo		
Verdade Histórica		

Tabela 4: Democracia: Referência e Oposição

CENSURA	
Referência	Oposição
eliminar	trazer à luz
esconder	
privação	
interdição da verdade	
ocultamentos	
camuflagens	
vetos	
proibições	
interferência do governo	
sombra	
interferência governamental	
arbítrio	
violência	
ocultação	

Tabela 5: Democracia: Referência e Oposição

VERDADE		
Referência	Oposição	
Transparência	Censura	
Revelação	Sombras	
Direito	Interdição	
Merecimento	Democracia	
Tempo	Esquecimento	
Factual	Revanchismo	
Liberdade	Ódio	
Consciência	Acerto de Contas	

Aprendiz	zado
Conhecim	nento
Respei	ito
Encont	tro
Democr	racia

Tabela 6: Verdade: Referência e Oposição

A partir da identificação dos recursos textuais utilizados para a formação de redes de sentido entre as palavras selecionadas no texto, é possível visualizar relações estabelecidas entre as cadeias de palavras, cujos sentidos sinalizam relação entre valores que são exaltados para fortalecer o entendimento de democracia em oposição a fatores que a impedem. Essa rede de valores é também expressa pelo uso de termos sinonímicos e correspondências .Observa-se, por exemplo, que a censura não é mencionada explicitamente de forma relevante, mas está marcada em diversos trechos de forma implícita – como rastro – para antagonizar situações democráticas e de oposição com o que se chama de verdade.

Como compreendemos a estruturação de tais redes de palavras para provocação de sentidos e expressão ao longo da alocução, realizamos o mapeamento dos termos em um grafo para possibilitar a visualização da interrelação estabelecida entre as palavras selecionadas como marcadores.

Para a elaboração do grafo, um termo vindo da matemática e que representa uma estrutura capaz de demonstrar relações entre pares ou conjuntos de objetos, foi utilizado o *software Gephi*⁹¹, um software livre e gratuito desenvolvido na plataforma NetBeans, que possibilita a construção da representação gráfica de acordo com planilhas exportadas para a interface do programa.

Para a construção desta estrutura, foram utilizados os dados expostos anteriormente, em tabelas de referência *versus* oposição, separadamente. Desta forma, a rede de cada marcador foi gerada de forma isolada e, em seguida, foi estabelecida a ligação entre os termos em comum, formando a rede expressa abaixo.

_

⁹¹ O *Gephi* é um *software* utilizado para visualização, análise, manipulação e criação de redes e grafos. Vem sendo largamente utilizado pelo campo da ciência de dados para criação de redes e visualização de tendências e relações com um amplo volume de dados, principalmente em publicações em redes sociais e menções a temas.

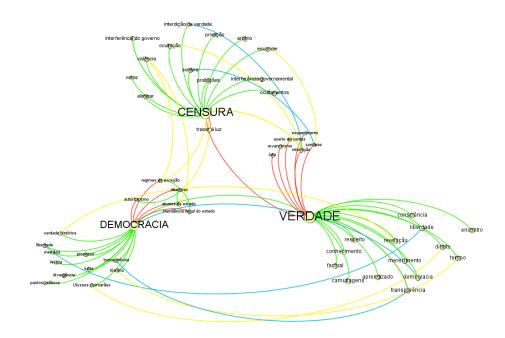


Figura 3: Grafo Censura x Democracia x Verdade. Elaboração própria.

Na figura⁹², podemos entender as relações da seguinte forma: cada ponto representa uma palavra. Os três marcadores se destacam em tamanho maior. Ligados aos marcadores em verde, temos os termos que representam referências, e em vermelho, oposição. Em amarelo, estão ligados termos que fazem referência direta um ao outro, como por exemplo, ocultação (da rede da censura) e censura, que estão ligadas diretamente à interdição (pertencente à rede da verdade). Tais ligações se estabeleceram por meio de relação expressa nas elocuções. Por fim, as linhas azuis conectam termos idênticos, cujos valores são compartilhados por duas redes, são eles: liberdade e democracia, que partilham relação com as redes de democracia e verdade, simultaneamente.

Desta forma, expressas as análises relativas aos componentes textuais da alocução, partimos para a observação do âmbito da prática discursiva.

⁹²O grafo está reproduzido no Anexo 4 desta dissertação em versão otimizada para melhor visualização.

_

5.2 Prática Discursiva

5.2.1 Produção

Fairclough (2010) afirma que a prática discursiva envolve "processos de produção, distribuição e consumo textual, e a natureza desses processos varia entre diferentes tipos de discurso de acordo com fatores sociais" (FAIRCLOUGH, 2001, p. 106-107). No que se refere às situações de comunicação analisadas e de suas respectivas condições de produção, é possível identificar mais semelhanças do que diferenças entre as condições de produção de ambas as elocuções.

As cerimônias de Abertura da Comissão da Verdade e Entrega do Relatório Final foram realizadas no Palácio no Planalto, com a presença da presidente Dilma Rousseff. Na abertura, a mesa foi composta pelo vice-presidente, Michel Temer, por ex-presidentes e representantes do Poder Judiciário e Legislativo. Ao fundo, um painel continha uma nuvem de palavras, cujos principais termos são democracia, transparência, futuro, país, construção e direitos humanos, intitulado Comissão da Verdade Consolidação da Democracia, que podem servir a uma estratégia de captação dos telespectadores e de antecipação dos sentidos e da argumentação que seria endereçada pela Chefe de Estado.

Em relação à plateia, são notáveis interrupções ao longo da elocução, como na ocasião do cumprimento ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, à menção dos demais presidentes do período pós democratização, ao homenagear Itamar Franco, ao citar a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos, na menção à abertura dos arquivos do DOPS de São Paulo e Rio de Janeiro, ao mencionar vitimados pela violência praticada pelo Estado, ao afirmar que a CNV executaria o trabalho com todo apoio necessário e a menção aos pactos políticos que levaram à redemocratização. Os aplausos efusivos à Lula e ausência de tal tipo de manifestação na citação aos demais presidentes pode representar um forte alinhamento da plateia presente ao petismo. Ainda sobre o público, nota-se, por vídeo publicado pelo Palácio do Planalto⁹³, que nenhum dos assentos nas primeiras filas foi ocupado por militares fardados, excetuando-se os três comandantes mencionados nos cumprimentos.

Por sua vez, a cerimônia referente à entrega do relatório, diferencia-se pela ausência de autoridades como se notou na primeira ocasião. Contando com uma decoração mais sóbria,

⁹³O vídeo foi publicado pela conta oficial do Palácio do Planalto no dia 16 de maio de 2012 no YouTube com a íntegra da alocução proferida por Dilma Rousseff. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=5yPBt3GSJuM Acessado em 20/07/2020>

azul, a entrega do relatório se deu entre políticos mais próximos ao Governo Federal e representantes e militantes das áreas dos Direitos Humanos e cidadania. O vídeo disponibilizado pela TV NBR⁹⁴, na internet, mostra que a solenidade foi iniciada pela alocução do coordenador da Comissão da Verdade, Pedro de Abreu Dallari, que apresentou os volumes do relatório da CNV à presidenta Dilma Rousseff, que se pronuncia a seguir. Da mesma forma, a fala é interrompida em alguns momentos por aplausos e também por Dilma Rousseff, que se emociona ao mencionar famílias que ainda sofrem pelas perdas causadas pela ditadura.

5.2.2 Distribuição e consumo

Enquanto eventos oficiais da agenda da presidenta da República, ambas as solenidades foram transmitidas pelas TV oficial do Governo Federal na ocasião, TV NBR, com difusão na rede de televisão aberta e ao vivo gratuitamente pela internet. Os canais oficiais no Palácio do Planalto e da NBR, como mencionado anteriormente, também publicaram os vídeos na íntegra no *YouTube*. Na Agência Brasil⁹⁵, no entanto, é notável o acompanhamento dos trabalhos da CNV, por meio da produção de matérias abordando o assunto e contendo declarações dos membros, porém o registro mais antigo correspondente à busca por Comissão Nacional da Verdade é referente a janeiro de 2014⁹⁶, não retornando nenhum resultado sobre assuntos anteriores a esta data. Nota-se que todos os *links* originais das publicações que eram referentes ao portal do Palácio do Planalto estão atualmente inativos, bem como publicações na seção *Blog do Planalto*, visto que foram todos arquivados na Biblioteca da Presidência⁹⁷. Desta forma, os links que constam na descrição dos vídeos no *YouTube* também estão indisponíveis.

Mesmo com vasta cobertura dos veículos oficiais, compreende-se que o grande público não acessa o material na íntegra e sim por meio da cobertura de veículos de imprensa tradicionais, seja pela televisão, portais *online*, rádio e jornais impressos. Assim, é possível dizer que a principal difusão se deu por veículos de imprensa. Optou-se então por uma passagem pelo

⁹⁴Hoje chamado TV Brasil, o canal NBR foi responsável por cobrir a agenda presidencial até meados de 2019. O vídeo foi publicado no dia 10 de dezembro de 2014. Disponível em

https://www.youtube.com/watch?v=a5dEzgvby8w<Acessado em 20/07/2020>

⁹⁵Disponível em https://agenciabrasil.ebc.com.br/tags/comissao-nacional-da-verdade <a href="https://agenciabrasil.ebc.com.br/tags/comissao-nacional-da-verdade <a href="https://agenciabrasil.ebc.com.br/tags/comissao-

⁹⁶Disponível em https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2014-12/comissao-nacional-da-verdade-entrega-relatorio-final-e-encerra<a href="https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2014-12/comissao-nacional-da-verdade-entrega-relatorio-final-e-encerra<a href="https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2014-12/comissao-nacional-da-verdade-entrega-relatorio-final-e-encerra<a href="https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2014-12/comissao-nacional-da-verdade-entrega-relatorio-final-e-encerra<a href="https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2014-12/comissao-nacional-da-verdade-entrega-relatorio-final-e-encerra<a href="https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2014-12/comissao-nacional-da-verdade-entrega-relatorio-final-e-encerrahttps://agenciabrasil.ebc.com<a href="https://agenciabrasil

⁹⁷Disponível em http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentesAcessado em 20/07/2020>

principal jornal do país⁹⁸, a *Folha de São Paulo*, que também conta com a agência de notícias *Folhapress*, colaborando com a difusão de conteúdo em veículos de menor alcance, portais de notícias relevantes na internet e também revistas de circulação semana para abordagem do panorama, sem que haja o rigor de um estudo de recepção ou análise do conteúdo das mídias em si.

Na internet, a maioria dos grandes portais, como G1, Época, UOL, Bandeirantes e Folha de São Paulo repercutiram o press release da Agência Brasil, com o título "Dilma chora ao receber relatório sobre ditadura e diz que país merece a verdade⁹⁹", com pequenas variações. Considerando a versão impressa do Jornal Folha de São Paulo, a Cerimônia de Abertura da Comissão da Verdade foi capa do caderno Folha Poder¹⁰⁰ do dia 17 de maio de 2012, destacando trechos da elocução, que afirmavam "não haverá revanche ou perdão para a ditadura". Declarações dos ex-presidentes presentes acerca da Comissão também foram destacadas. Já na página A8¹⁰¹ do caderno, foram destacadas as divergências do grupo da Comissão da Verdade com os militares, com foto em destaque dos comandantes militares, em que o público está aplaudindo e aqueles não, o material destacava que os quatro não acompanharam os aplausos da plateia após Dilma Rousseff exaltar militantes que lutaram pela democracia. No caderno "Opinião", ainda na Folha de São Paulo do dia 17 de maio de 2012, a jornalista Eliane Cantanhêde¹⁰² dedicou a coluna para especular que provavelmente a abertura da CNV e o início da Lei de Acesso à Informação seriam o melhor momento dos quatro ou oito anos de governo que ela teria. Cantanhêde reconhece o valor da Comissão e afirma que as relações eram entre torturadores de um lado e torturados de outro.

Em versão *online*, a revista *Veja* também destacou trechos da elocução de Dilma Rousseff na solenidade, por meio de citações diretas a trechos como

"A ignorância sobre a história não pacifica. Pelo contrário, mantem latentes mágoas e rancores. A desinformação não ajuda a apaziguar. O Brasil merece

⁹⁸Disponível em https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/folha-cresce-e-lidera-circulacao-entre-jornais-do-pais-em-2019.shtml Acessado em 20/07/2020>

⁹⁹Disponível em https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2014-12/dilma-chora-ao-receber-relatorio-da-comissao-da-verdade-pais-merece<a href="https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2014-12/dilma-chora-ao-receber-relatorio-da-comissao-da-verdade-pais-merece<a href="https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2014-12/dilma-chora-ao-receber-relatorio-da-comissao-da-verdade-pais-merece<a href="https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2014-12/dilma-chora-ao-receber-relatorio-da-comissao-da-verdade-pais-merecehttps://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2014-12/dilma-chora-ao-receber-relatorio-da-comissao-da-verdade-pais-merecehttps://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2014-12/dilma-chora-ao-receber-relatorio-da-comissao-da-verdade-pais-merece">https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2014-12/dilma-chora-ao-receber-relatorio-da-comissao-da-verdade-pais-mereceber-relatorio-da-comissao-da-verdade-pais-mereceber-relatorio-da-verdade-pais-mereceber-relatorio-da-verdade-pais-mereceber-relatorio-da-verdade-pais-mereceber-relatorio-da-verdade-pais-mereceber-relatorio-da-verdade-pais-mereceber-relatorio-da-verdade-pais-mereceber-relatorio-da-verdade-pais-mereceber-relatorio-da-verdade-pais-mereceber-relatorio-da-verdade-pais-mereceber-relatorio-da-verdade-pais-mereceber-relatorio-da-verdade-pais-mereceber-relatorio-da-verdade-pais-mereceber-relatorio-da-verdade-pais-mereceber-relatorio-da-verdade-pais-mereceber-relatorio-da-verdade-pais-mereceber-relatorio-da-verdade-pais-mereceber-relatorio-da-verdade-pais-mereceber-relatorio-da-verdade-pais-mereceber-relatorio-da-verdade

 ¹⁰⁰ Cópia da capa do Caderno Poder do Jornal Folha de São Paulo de 17 de maio de 2012 disponível no Anexo 5
 101 Cópia da página A8 do Caderno Poder do Jornal Folha de São Paulo de 17 de maio de 2012 disponível no Anexo 6

¹⁰² Cópia da página "Opinião" do jornal Folha de São Paulo de 17 de maio de 2012 disponível no Anexo 7

a verdade, as novas gerações merecem a verdade, merecem a verdade factual também aqueles que perderam amigos e parentes. O Brasil não pode se furtar a conhecer a totalidade de sua história. Se tem filhos sem pais, túmulos sem corpos, nunca pode existir uma história sem voz" (ROUSSEFF, 2012)

A menção à presença dos ex-presidentes vivos foi marcante entre veículos de imprensa, com destaque ao fato de que tal reunião nunca tinha acontecido anteriormente¹⁰³. O fato levou a especulações sobre o encontro, a historicidade do momento e também por debates políticos, visto que setores do Partido dos Trabalhadores e militantes se manifestaram desconfortáveis com o convite¹⁰⁴ feito por Dilma a Fernando Collor¹⁰⁵, que assim como José Sarney¹⁰⁶, foi filiado à ARENA, partido de sustentação da Ditadura – fato que foi ventilado pelo ex-ministro da Justiça, José Carlos Dias, ao afirmar que somente "três ex-presidentes lutaram contra a ditadura"¹⁰⁷.

Em relação ao DII, as condições de veiculação da cerimônia por meio da imprensa oficial do Governo Federal foram similares, contando com cobertura ao vivo da TV NBR e transmitida por meio da televisão e *link* ao vivo no portal da EBC.

A *Folha de São Paulo* do dia 10 de dezembro de 2014¹⁰⁸, data da solenidade de entrega do Relatório Final, veiculou, na capa, uma matéria vinculando Dilma Rousseff a escândalo de corrupção na Petrobras, enquanto a seção Opinião contemplou artigos de Helio Schwartsman e Bernardo Mello Franco sobre a Comissão Nacional da Verdade, o primeiro tratando de reações extremadas acerca da instituição da CNV e o segundo, sobre possíveis abordagens futuras acerca do relatório. Na seção Tendências/Debates¹⁰⁹, o jornal veiculou um texto assinado por todos os integrantes da CNV, que destaca o Dia Internacional dos Direitos Humanos e manifesta

¹⁰³Disponível em https://veja.abril.com.br/politica/dilma-instala-comissao-da-verdade-e-nega-revanchismo/

¹⁰⁴Disponível em <a href="https://politica.estadao.com.br/blogs/roldao-arruda/collor-dilma-e-a-comissao-da-verdade-convite-merecido/<a href="https://politica.estadao.com.br/blogs/roldao-arruda/collor-dilma-e-a-comissao-da-verdade-convite-merecido/<a href="https://politica.estadao.com.br/blogs/roldao-arruda/collor-dilma-e-a-comissao-da-verdade-convite-merecido/<a href="https://politica.estadao.com.br/blogs/roldao-arruda/collor-dilma-e-a-comissao-da-verdade-convite-merecido/<a href="https://politica.estadao.com.br/blogs/roldao-arruda/collor-dilma-e-a-comissao-da-verdade-convite-merecido/<a href="https://politica.estadao.com.br/blogs/roldao-arruda/collor-dilma-e-a-comissao-da-verdade-convite-merecido/<a href="https://politica.estadao.com.br/blogs/roldao-arruda/collor-dilma-e-a-comissao-da-verdade-convite-merecido/<a href="https://politica.estadao.com.br/blogs/roldao-arruda/collor-dilma-e-a-comissao-da-verdade-convite-merecido/https://politica.estadao.com.br/blogs/roldao-arruda/collor-dilma-e-a-comissao-da-verdade-convite-merecido/https://politica.estadao.com.br/blogs/roldao-arruda/collor-dilma-e-a-comissao-da-verdade-convite-merecido/https://politica.estadao.com.br/blogs/roldao-arruda/collor-dilma-e-a-comissao-da-verdade-convite-merecido/https://politica.estadao.com.br/blogs/roldao-arruda/collor-dilma-e-a-comissao-da-verdade-convite-merecido/<a href="https://politica.estadao.estadao.estadao.estadao.estadao.estadao.estadao.estadao.estadao.estadao.estadao.estadao.estadao.estadao.estadao.estadao.estadao.estad

¹⁰⁵Fernando Collor foi filiado à Aliança Libertadora Nacional no ano de 1979, antes de ser nomeado prefeito de Maceió (1980-1982). Disponível em: <a href="http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-collor/biografia<a href="http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-collor/biografia<a href="http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-collor/biografia<a href="http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-collor/biografia<a href="http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-collor/biografia<a href="http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-collor/biografia<a href="http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-collor/biografia<a href="http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-collor/biografia<a href="http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidenci

¹⁰⁶José Sarney foi filiado à Aliança Libertadora Nacional de 1965 à 1979. Disponível em http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jose-sarney/biografia

¹⁰⁷Disponível em https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2012/05/16/dilma-chora-ao-instalar-comissao-da-verdade.htmhttps://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2012/05/16/dilma-chora-ao-instalar-comissao-da-verdade.htmhttps://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2012/05/16/dilma-chora-ao-instalar-comissao-da-verdade.htmAccessado em 21/07/2020

¹⁰⁸Cópia da capa do Jornal *Folha de São Paulo* de 10 de dezembro de 2014 disponível no Anexo 8

¹⁰⁹ Cópia da seção Tendências/Debates da Folha de São Paulo disponível no Anexo 9

a necessidade de rememoração e punição de agentes da ditadura. Por fim, a página A9¹¹⁰ da edição adianta resultados do trabalho da CNV, como a confirmação de duas mortes e a responsabilização de militares por violações de Direitos Humanos. O texto menciona também que a cerimônia, ao contrário da abertura, não contaria com muitos convidados, pois o governo estaria com foco em outros problemas. Como mencionamos anteriormente, a popularidade de Dilma Rousseff estava em queda, com dúvidas quanto à lisura da prestação de contas de sua campanha presidencial de 2014, enquanto nomes de seu governo estavam fortemente ligados a denúncias de corrupção na Petrobras.

Na edição de 11 de dezembro de 2014 do *Jornal Folha de São Paulo*, a Comissão Nacional Da Verdade novamente teve lugar na capa, com a manchete "Comissão da Verdade pede punição a 377 por abusos durante a ditadura", e abaixo, a foto de Dilma Rousseff no momento em que chorou durante o discurso. A capa traz também um infográfico sobre responsabilizados pela CNV e menção à insatisfação por parte dos militares. No caderno Poder, a CNV novamente ocupa local de destaque, na capa, com menções à Lei da Anistia e aos militares, seguida de texto mencionando o aumento na lista de mortos e desaparecidos. Na página A6¹¹¹, a matéria propriamente dita sobre a entrega do relatório é acompanhada da foto de Dilma Rousseff chorando. O jornal afirma que a presidenta adotou um tom conciliador e que buscou não entrar em conflito com as Forças Armadas e também relata resistência ao relatório por parte de militares de média patente. A menção ao choro durante a cerimônia foi o elemento central da cobertura de portais de notícia. Os portais *G1*¹¹², *R7*¹¹³, *Exame*¹¹⁴ e Rede Bandeirantes¹¹⁵ utilizaram "Dilma chora..." como título de notícia. A revista Veja¹¹⁶ e o jornal *Estado de São Paulo*¹¹⁷ não veicularam o choro em manchete, com trechos reproduzidos da elocução durante a cerimônia, mas o fato foi mencionado ao longo do texto.

-

¹¹⁰Cópia da página A9 do *Jornal Folha de São Paulo* de 10 de dezembro de 2014 disponível no Anexo 10

¹¹¹Cópia a página A6 do *Jornal Folha de São Paulo* de 10 de dezembro de 2014 disponível no Anexo 11

¹¹²Disponível em http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/12/dilma-chora-ao-receber-relatorio-final-da-comissao-da-verdade.html Acessado em 22/07/2020>

¹¹³Disponível em https://noticias.r7.com/brasil/dilma-se-emociona-durante-entrega-do-relatorio-da-comissao-da-verdade-sobre-tortura-10122014https://noticias.r7.com/brasil/dilma-se-emociona-durante-entrega-do-relatorio-da-comissao-da-verdade-sobre-tortura-10122014https://noticias.r7.com/brasil/dilma-se-emociona-durante-entrega-do-relatorio-da-comissao-da-verdade-sobre-tortura-10122014<a href="https://noticias.r7.com/brasil/dilma-se-emociona-durante-entrega-do-relatorio-da-comissao-da-verdade-sobre-tortura-10122014<a href="https://noticias.r7.com/brasil/dilma-se-emociona-durante-entrega-do-relatorio-da-comissao-da-verdade-sobre-tortura-10122014https://noticias.r7.com/brasil/dilma-se-emociona-durante-entrega-do-relatorio-da-comissao-da-verdade-sobre-tortura-10122014<a href="https://noticias.r7.com/brasil/dilma-se-emociona-durante-entrega-do-relatorio-da-comissao-da-verdade-sobre-tortura-tor

¹¹⁴Disponível em https://exame.com/brasil/dilma-chora-ao-receber-relatorio-da-comissao-da-verdade/

¹¹⁵Disponível em

https://noticias.band.uol.com.br/noticias/100000724789/dilmachoranaentregaderelatoriodacomissaodaverda de.html<Acessado em 22/07/2020>

¹¹⁶Disponível em https://veja.abril.com.br/politica/dilma-recebe-relatorio-e-diz-verdade-nao-deve-ser-motivo-para-acerto-de-contas/https://ceja.abril.com.br/politica/dilma-recebe-relatorio-e-diz-verdade-nao-deve-ser-motivo-para-acerto-de-contas/https://ceja.abril.com.br/politica/dilma-recebe-relatorio-e-diz-verdade-nao-deve-ser-motivo-para-acerto-de-contas/https://ceja.abril.com.br/politica/dilma-recebe-relatorio-e-diz-verdade-nao-deve-ser-motivo-para-acerto-de-contas/https://ceja.abril.com.br/politica/dilma-recebe-relatorio-e-diz-verdade-nao-deve-ser-motivo-para-acerto-de-contas/https://ceja.abril.com.br/politica/dilma-recebe-relatorio-e-diz-verdade-nao-deve-ser-motivo-para-acerto-de-contas/https://ceja.abril.com.br/politica/dilma-recebe-relatorio-e-diz-verdade-nao-deve-ser-motivo-para-acerto-de-contas/https://ceja.abril.com.br/politica/dilma-recebe-relatorio-e-diz-verdade-nao-de-contas/https://ceja.a

¹¹⁷Disponível em https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,verdade-nao-significa-revanchismo-afirma-dilma-sobre-ditadura,1604872<a href="https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,verdade-nao-significa-revanchismo-afirma-dilma-sobre-ditadura,1604872<a href="https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,verdade-nao-significa-revanchismo-afirma-dilma-sobre-ditadura,1604872<a href="https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,verdade-nao-significa-revanchismo-afirma-dilma-sobre-ditadura,1604872<a href="https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,verdade-nao-significa-revanchismo-afirma-dilma-sobre-ditadura,1604872<a href="https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,verdade-nao-significa-revanchismo-afirma-branchismo-afir

Desta forma, podemos entender que ambas as ocasiões foram amplamente divulgadas por veículos de imprensa, foram abordadas em profundidade, por meio de artigos de opinião e reportagens, mas pode-se entender também que o destaque para o choro produz efeitos de sentido que parecem projetar imagem da presidenta a partir de estereótipos femininos, tais como a fraqueza, a emotividade.

5.2.3 Contexto e Força

A abordagem do contexto rememora algumas passagens que já foram abordadas ao longo do trabalho, em seções em que foram mencionados os momentos políticos do governo Dilma Rousseff e a relação do indivíduo com a posição de chefe de Estado. Tais contextos se relacionam com a força, que estaria expressa em parte de seu significado que o ato que o discurso realiza, conforme afirma Fairclough (2001).

Na ocasião do DI, no ano de 2012, o governo gozava de boa aprovação e a imagem de exmilitante de Dilma Rousseff ainda era latente devido à campanha eleitoral massiva do ano de 2010. Fora do âmbito militar, não houve animosidade quanto à recepção da CNV, como abordamos na seção anterior e muitos destacaram a historicidade do momento pela convocação dos ex-presidentes, reunidos pela primeira vez. Assim, a boa circunstância política e o histórico de Dilma Rousseff formavam um ambiente favorável para a solenidade.

A legitimidade que o histórico de militante confere à Dilma é expressa em passagens em que a cidadã Dilma Rousseff se manifesta como participante da história, como em

Embora saibamos que regimes de exceção sobrevivem pela interdição da verdade (ROUSSEFF, 2012)

Cada um de nós deu a sua contribuição para esse marco civilizatório (ROUSSEFF, 2014)

Assim como respeito e reverencio os que lutaram pela democracia enfrentando bravamente a truculência ilegal do Estado (ROUSSEFF, 2014)

Logo após o anúncio da Lei de Acesso à Informação, há menção de que há "orgulho" por ter coincidido com sua gestão o "amadurecimento" da trajetória democrática, celebrado pela instauração da CNV e também pela LAI. Tal comentário parece relacionar-se à trajetória política da ex-presidenta e sua biografia e confere novo sentido à fala, dado que o "orgulho" se refere à possibilidade representativa de uma ex militante ocupar uma posição de poder e ter a oportunidade de agir no sentido de colaborar com a recuperação da memória do período militar, e também a oportunidade de representar outras instâncias do processo de redemocratização, que seriam os pactos institucionais e ações do Estado.

A representação do Estado, como destacado na análise do vocabulário, é um dos pontos de grande força da elocução, pois todas as falas estão investidas do poder do Chefe do Executivo, portanto momentos em que se lê sobre ações e decisões tomadas, convites feitos e marcação de posições (como a "defesa da democracia") estes são inerentemente carregados de poder, são decisões tomadas – supostamente – por quem enuncia. Assim, no mesmo espaço retórico em que o Estado se manifesta em poder de ação, excertos como

É como se disséssemos que, se existem filhos sem pais, se existem pais sem túmulo, se existem túmulos sem corpos, nunca, nunca mesmo, pode existir uma história sem voz (ROUSSEFF, 2012)

são capazes de demonstrar ecos de um sofrimento em relação ao período, uma narrativa pessoal que se manifesta em simpatia à dor de quem também sofreu.

Em relação ao DII, mencionamos também o cenário desfavorável enfrentado pelo Governo Federal e o desgaste na imagem de Dilma Rousseff, devido ao envolvimento de membros de sua gestão e de seu partido com denúncias de corrupção que também tiraram o foco do Palácio do Planalto da cerimônia. A presidenta também enfrentava um sério desgaste eleitoral, visto que, ao vencer as eleições contra Aécio Neves por uma margem pequena, foram suscitadas dúvidas sobre a lisura do processo eleitoral e da legitimidade da vitória de Dilma Rousseff.

Diante desse cenário, ao contrário do DI, citações diretas a outros políticos de diversas ideologias, bem como um resgate histórico relevante, o DII tem seu núcleo no próprio processo da CNV. Em uma cerimônia mais modesta e para poucos convidados, é possível notar uma tentativa de sustentação da ocasião em si própria, por meio de referências à cerimônia de

abertura, citações de si própria, como abordamos anteriormente. Embora menos contundente, tal elocução também carrega em si traços da representação do poder do Estado, em que Dilma Rousseff homenageia, em nome deste, e em seu próprio nome, os familiares de mortos e desaparecidos e aqueles que testemunharam na Comissão.

Sobretudo, em nome do estado Brasileiro e em meu nome, presto homenagem e manifesto caloroso agradecimento aos familiares dos mortos e desaparecidos. (ROUSSEFF, 2014)

Da mesma forma em que há uma busca pela legitimidade a partir da separação entre indivíduo e Estado, de forma a separar intenções pessoais, que podem ser ações de governo, específicas da gestão, é possível notar que, a todo momento, há um distanciamento do trabalho exercido pelo Estado em relação à Comissão (como indicam os termos *instalar; nomear*) e os trabalhos da Comissão em si, que são representados como autônomos e os resultados desconhecidos do Governo Federal até o ato da apresentação, bem como seria desconhecido do público geral também. As diferentes searas de atuação de cada um também são evidenciadas nesse processo, demonstrando independência das ações do âmbito governamental e do âmbito da Comissão, que funcionaria com interesses e objetivos diferentes, como podemos ver a seguir.

O trabalho dessa Comissão faz crescer a possibilidade de o Brasil ter um futuro plenamente democrático e livre de ameaças autoritárias(ROUSSEFF, 2014)

Com a criação dessa Comissão, o Brasil demonstrou a importância do conhecimento deste período para não mais deixa-lo se repetir. (ROUSSEFF, 2014)

Desta forma, entendemos que a clara distinção das funções de agentes expressos na elocução confere legitimidade e reforça posicionamentos que podem ser confundidos com interesses e suscitar dúvidas acerca do interesse de uma esfera interferir na atuação de outra. Nesse sentido, é inclusive expresso no trecho "Nós, do governo federal, vamos nos debruçar sobre o relatório" (ROUSSEFF, 2014) que se deve entender que o fluxo da influência parte do trabalho da CNV para o Governo Federal, que tem sua imagem projetada com a de uma instância aberta a sugestões e indicações de ação.

5.2.4. Coerência e Intertextualidade

Embora tais assuntos já tenham sido abordados em outras seções a partir de outras categorias de análise, cabe destacar aspectos relevantes da construção das elocuções em si, em relação aos elementos que as compõem.

O DI, como mencionamos, inicia-se com uma citação ao deputado constituinte Ulysses Guimarães, o que parece sinalizar uma estratégia de afirmar valores democráticos e institucionais. A citação ao deputado Ulysses oferece uma oportunidade para elaboração do significado de verdade, apresentado por sinônimos e antônimos, ressaltando que, necessariamente, a verdade representa um valor positivo e relacionado à memória - não a um fato ou menção de valor absoluto -. Pode-se dizer que, ao lançar mão do discurso relatado (citação direta), o significado não é imposto pelo falante, já é determinado pelo senso comum e é validado conforme credenciais de outrem. Assim, apresenta-se o nome da Comissão da Verdade, logo no parágrafo seguinte, afirmando que não há revanchismo, ódio ou desejo de reescrever a história, o que podemos entender como uma antecipação a possíveis reações à CNV e também como uma resposta aos militares que, como demonstramos nas reconstituições, se manifestaram contra a abertura da CNV e se opuseram às tentativas de responsabilização de agentes da ditadura que violaram Direitos Humanos. O caminho democrático que o país vem trilhando, nos palavras de Dilma Rousseff, são expressos diretamente pela menção e a presença dos ex-presidentes responsáveis, destacando a contribuição de cada um para o processo, com ênfase na figura de Luiz Inácio Lula da Silva, que terminou a gestão com alto índice de aprovação popular e à época, tinha grande respaldo da população.

Outro trecho que também indica interpelação de outras vozes, representado abaixo

Tanto quanto abomina a violência e preza soluções negociadas para as suas crises, o Brasil certamente espera que seus representantes sejam capazes de se unir em torno de objetivos comuns, ainda que não abram mão, mesmo que mantenham opiniões divergentes sobre outros temas, o que é normal na vida democrática. (ROUSSEFF, 2012)

Nesse ponto de sua alocução, a enunciadora parece sinalizar divergências entre agentes do poder, subentendidos na declaração, mas que há um chamado para um pacto para superar os pontos de discordância em união em torno de um único objetivo em comum, referente a abominar violência e negociar soluções para crises. Vozes dissonantes acerca de pactos políticos e reconhecimento de esforços são rememoradas implicitamente em:

Nós reconquistamos a democracia a nossa maneira, por meio de lutas e de sacrifícios humanos irreparáveis, mas também por meio de pactos e acordos nacionais, muitos deles traduzidos na Constituição de 1988. (ROUSSEFF, 2012)

Tal trecho opera em diálogo implícito com o que abordamos anteriormente, sobre como outros países latino-americanos lidaram com os traumas de ditaduras militares, principalmente com a punição e devida responsabilização de agentes públicos que violaram Direitos Humanos, enquanto no Brasil houve uma ampla anistia. O excerto evidencia as particularidades do processo brasileiro, desvinculando-o de outras experiências, sem deixar de ressaltar sua importância.

Ao final, assim como a elocução foi iniciada com uma citação direta do deputado Ulysses Guimarães, é encerrada com citação de Galileu Galilei, que teria afirmando que a verdade é filha do tempo, não da autoridade. Neste momento, em que o sentido de verdade desejado já foi explorado ao longo da elocução, coube acrescentar, no arremate, a afirmação de que o tempo da tal verdade ensejada por Ulysses Guimarães, pelo Estado brasileiro, por cidadãos, familiares de mortos e desaparecidos, pela própria Dilma Rousseff e até mesmo por Galileu Galilei, havia chegado.

No âmbito do DII, a intertextualidade é expressa por meio de referências ao DI. Já mencionamos que a solenidade em que sucedeu o proferimento refere-se a um evento mais intimista, apenas para pessoas ligadas à causa dos Direitos Humanos. Considera-se, portanto, que por se tratar de um evento de Estado, mas voltado para um público ligado à causa e já envolvido, não existe a necessidade de calcar as falas em outras bases, até mesmo porque não existe um esforço político por parte do Governo Federal para receber o relatório como houve na instalação da Comissão, visto que se tratava, ali, de um gesto ativo da Administração Federal, que, necessariamente, desagradaria setores do governo. Portanto, nesse cenário, o apelo à

legitimidade externa por meio das citações e discurso relatado se torna menos necessário, mas não é totalmente suprimido.

Ao não conter citações diretas a terceiros, a elocução se prende a três pontos: ao Relatório Final a ser entregue, aos membros da CNV e à elocução da solenidade de instalação da Comissão, que é suscitada em trechos como

Repito aqui o que disse quando do lançamento da Comissão da Verdade: nós reconquistamos a democracia a nossa maneira [...] (ROUSSEFF, 2014)

Na cerimônia de instalação da Comissão Nacional da Verdade, em maio de 2012, eu disse que a ignorância sobre a história não pacifica [...] (ROUSSEFF, 2014)

Afirmei ainda que o Brasil merecia a verdade, que as novas gerações mereciam a verdade [...] (ROUSSEFF, 2014)

Tais menções conectam diretamente a segunda elocução à primeira, reforçando que apesar do tempo passado – 2 anos e 7 meses –, o evento de 2014 é uma continuação de 2012, e que a culminância de tais eventos podem ser autossuficientes a partir da publicação do Relatório Final, dado que, enquanto o DI visa buscar de sustentação em figuras do passado, este não reconstitui nenhuma das citações e lança desafios para o futuro, com o objetivo de provocar influência, como demonstrado nos excertos abaixo.

E sobretudo a essas gerações e às gerações futuras que a Comissão Nacional da Verdade presta o inestimável serviço da verdade histórica (ROUSSEFF, 2014)

A partir de agora, todos os brasileiros terão acesso fácil, via internet, ao relatório desta comissão [...] (ROUSSEFF, 2014)

O Brasil certamente saberá reconhecer a importância deste trabalho que torna a nossa democracia ainda mais forte. (ROUSSEFF, 2014)

Assim, podemos entender, que dados os diferentes momentos em relação à situação política e também à relevância do ato enquanto ação do Estado, houve diferenciação na contundência da elocução, notável pelo apelo a outras vozes diretas, à sustentação em bases históricas e elementos de sentido ligados às ocasiões. Enquanto o DI marca a promulgação da Lei de Acesso à Informação, um ato de governo, com custo político e ação ativa da estrutura do Governo Federal, o DII é perpassado apenas pelo Dia Internacional dos Direitos Humanos, ao qual coube apenas uma menção fortuita.

5.3 Prática Social

5.3.1 Ideologia

A essa altura, a análise da Prática Social se faz perpassada por assuntos levantados nas análises do Texto e da Prática Discursiva, visto que tais processos cooperam no entendimento das estratégicas discursivas na elocução e fornecem indícios para o entendimento dos elementos sociais. Dessa forma, para apresentação de uma análise enquanto todo, nessa categoria, a análise se dá nas seções de ideologia e hegemonia, sem separação formal dos tópicos.

Enquanto significações/construções da realidade, como afirma Fairclough (2001), as ideologias têm o poder de produzir, reproduzir ou transformar relações de dominação. Assim, determinados usos da linguagem e formas simbólicas de expressão são investidos de ideologia ao terem poder de manter e estabelecer relações desiguais.

Como argumentamos anteriormente, tais ideologias não são passíveis de serem "lidas" em uma elocução com eficiência e exatidão, embora esteja materializada na língua, visto que a compreensão decorre também da interpretação que se dá, não impede a possibilidade de destacar usos e construções cuja transitividade aponta ideologização.

Em relação à ideologia, no DI, já mencionamos as questões relativas aos pronomes que diferenciam as ações como "de Estado" e de governo, buscando diferenciar as duas esferas. Uma das marcas da elocução é, também, o pressuposto de que os ouvintes – tanto os presentes na cerimônia, quanto aqueles que viriam a ser interpelados pelo noticiário informativo sobre a cerimônia, valorizam e entendem a democracia como um sistema positivo e como um sistema político a ser alcançado no Brasil. Nota-se que a elocução se constrói a partir da noção de que

a promoção da democracia é o objetivo central do Brasil, e que a reconstituição de um período não democrático é parte essencial do processo. Assim como a democracia, outros valores são exaltados, tais como os valores do conhecimento, da memória, história, transparência, civilização, muitos destes que demonstramos estarem relacionados à rede de palavras que circunda também o marcador da verdade.

Nota-se também o esforço em abordar o país enquanto unidade durante a elocução. Ciente de que a cerimônia teria também repercussão internacional, principalmente na América Latina, trechos como "O Brasil deve render homenagens", "Ao convidar os sete brasileiros que aqui estão", "aprimoramento institucional para o Brasil", "Acreditamos que o Brasil não pode se furtar a conhecer a totalidade de sua história" e "O Brasil merece a verdade" reforçam a idealização da construção de "nação" a partir de um ideal de unidade, como também reforçam o caráter de estado do evento, visando eliminar traços políticos que a figura de Dilma Rousseff, de seu partido ou trajetória poderiam levar à circunstância de Estado.

Em relação a processos ideológicos, o trecho reproduzido abaixo

Cada um de nós deu a sua contribuição para que esse marco civilizatório, a Comissão da Verdade. Esse é o ponto culminante de um processo iniciado nas lutas do povo brasileiro, pelas liberdades democráticas, pela anistia, pelas eleições diretas, pela Constituinte, pela estabilidade econômica, pelo crescimento com inclusão social. Um processo construído passo a passo, durante cada um dos governos eleitos, depois da ditadura (ROUSSEFF, 2012)

poderia ser uma síntese dos processos ideológicos que coordenam a elocução. A enunciadora expressa sentimento de forte apelo pela institucionalidade, pelo Estado Democrático de Direito e, portanto, da democracia liberal. Abordamos que a Lei da Anistia é questionada por militantes dos Direitos Humanos e familiares de mortos e desaparecidos, mas a mesma lei é exaltada no trecho em prol da institucionalidade, representada também pelos pactos políticos que levaram à Constituição de 1988, à possibilidade de uma eleição direta em 1989 e ao "legado" social que o Partido dos Trabalhadores advoga para si, da inclusão social e da diminuição sistemática da fome e da miséria no país. Apesar de valorizar a luta por meios não institucionais, enquanto "lutas do povo brasileiro", estas não são partes primordiais do processo que é reconhecido como

essencialmente institucional e é demonstrado o desejo de que siga este caminho, como representa o trecho

[...] o Brasil certamente espera que seus representantes sejam capazes de se unir em torno de objetivos comuns [...] (ROUSSEFF, 2012)

Enquanto a institucionalidade é entendida como o caminho correto e também a estrada para o futuro, não é negada a existência de conflitos diretos, mas estes são abordados no passado e pressupõe-se que não são mais necessários, como podemos observar abaixo

O país reconhecerá nesse grupo, não tenho dúvidas, brasileiros que se notabilizaram pelo espírito democrático e pela rejeição a confrontos inúteis ou gestos de revanchismo. Nós reconquistamos a democracia a nossa maneira, por meio de lutas e de sacrifícios humanos irreparáveis [...] (ROUSSEFF, 2012)

Assim, pactos políticos e ações institucionais se sobrepõem em importância e utilidade prática ao enfrentamento direto, o que seria uma manifestação da institucionalidade do Estado, que não reconhece práticas violentas como explicitamente legítimas, embora a representante do Estado, Dilma Rousseff, seja notadamente reconhecida por integrar grupos revolucionários durante a juventude. Mas apesar disso, admite-se que fizeram parte da história e que, mesmo com outros métodos, são reconhecidos como aliados em favor da "democracia" reclamada e idealizada. O trecho abaixo ilustra o comentário.

Assim como respeito e reverencio os que lutaram pela democracia enfrentando bravamente a truculência ilegal do Estado, e nunca deixarei de enaltecer esses lutadores e lutadoras, também reconheço e valorizo pactos políticos que nos levaram à redemocratização. (ROUSSEFF, 2012)

Nesse ínterim, enquanto a democracia liberal e institucional é valorizada, além das declarações em texto, a primeira cerimônia marca também a vigência da Lei de Acesso à Informação a partir da suposição de que a censura ou falta de acesso à informação é um problema para democracias constituídas. Ao mencionar que a "transparência" agora é obrigatória, marca-se o fortalecimento institucional a partir do ato em dois âmbitos, de resolução de erros passados e

visibilidade para atos futuros, dando oportunidade para que os cidadãos conheçam melhor os trâmites da política e possam "fiscalizar", como sugerem trechos abaixo.

A transparência agora obrigatória, também por lei, funciona como o inibidor eficiente de todos os maus usos do dinheiro público, e também, de todas as violações dos Direitos Humanos. (ROUSSEFF, 2012)

Esta é a razão pela qual temos o dever de construir instituições eficientes e providas de instrumentos que as tornem protegidas das imperfeições humanas. (ROUSSEFF, 2012)

No primeiro trecho, nota-se ainda que a ordem em que são mencionados o mau uso do dinheiro público e violações, há a sugestão de que o Governo Federal estaria atento à demanda da opinião pública de atenção à conduta de agentes públicos, e que também "violações" fazem parte de um passado. Por fim, notam-se questões de alteridade na elocução na concessão de méritos em ações anteriores, ao mencionar

A Comissão da Verdade foi idealizada e encaminhada ao Congresso no governo do meu companheiro de jornada, presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a quem tive honra de servir como ministra e a quem tenho o orgulho de suceder (ROUSSEFF, 2012)

[...] tem sua origem, também, na Lei da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos, aprovada em 1995 na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso. (ROUSSEFF, 2012)

Neste excerto, a enunciadora ressalta que à gestão de Lula é atribuída uma responsabilidade pela idealização de encaminhamento ao Congresso da proposta da CNV, enquanto pode-se entender a CEMDP como uma Lei alheia ao governo de Fernando Henrique Cardoso.

Em relação ao DII, a valorização da institucionalidade também está presente, de forma menos literal, mas notável, principalmente, por ser constituído de trechos e valores do DI. Desta forma, enquanto no DI, exaltava-se o valor das instituições enquanto meio de conquistar a democracia, neste momento, o Estado reconhece os erros praticados durante a ditadura e se

responsabiliza no sentido de tomar providências para consultar o relatório e tomar as providências dispostas, bem como prestar um papel para as gerações futuras.

Pressupõe-se, nesse âmbito, que o Estado deixa o papel protagonista para espaço ao trabalho da Comissão Nacional da Verdade, aos familiares de mortos e desaparecidos e a comissões estaduais. Como afirmamos, a elocução visa deixar um legado para o futuro, e este é compartilhado por "homens e mulheres livres". Como parecem demonstrar os seguintes trechos:

O trabalho dessa Comissão faz crescer a possibilidade de o Brasil ter um futuro plenamente democrático e livre de ameaças autoritárias. São gestos como estes que constroem, sim, a democracia. O relatório que hoje se torna público, e a atuação das comissões estaduais, será um ponto de partida para um país melhor (ROUSSEFF, 2014)

Neste excerto, a enunciadora parece ter a intenção de projetar para o futuro os resultados da CNV, que é entendida como "busca pela verdade histórica como "forma de construir a democracia e zelar pela sua preservação" (ROUSSEFF, 2014). A pressuposição de que os interlocutores compartilham dos mesmos valores democráticos também se faz presente em trechos como "nós, que amamos tanto a democracia" (ROUSSEFF, 2014), o que sugere também que todos estariam reunidos em prol da realização dos objetivos da CNV.

5.3.2 Hegemonia

Como foi exposto anteriormente, a orientação política apresentada nos dois discursos coincide com a exaltação à democracia liberal representada por instituições de Estado. A defesa de instituições liberais como única forma de conquistar o ideal democrático contrasta com o histórico exposto, de que vidas foram perdidas durante o regime militar, e que desde o princípio, a atuação de grupos como o Censura Nunca Mais foi essencial para que houvessem avanços nos sentido de investigar violações de Direitos Humanos, visto que o Governo Federal, ao longo do tempo foi atendendo às reivindicações destes de acordo com as possibilidades políticas. Assim, as formações discursivas em torno do ativismo "pró-memória" cujos sentidos abarcam enunciados de pessoas com histórico de reivindicação da democracia no país e foram

representadas como dominantes. Tal representação contrasta com informações vistas anteriormente, em que a percepção média da democracia é difusa e que ainda há defesa da ditadura na sociedade brasileira e, principalmente, pessoas que minimizam as violações praticadas.

A relação entre a instância cidadã e as ações do Estado é demonstrada em harmonia, de forma idealizada no período pós redemocratização, como se houvesse um consenso entre ideais, o que demonstramos anteriormente por meio de reportagens e pesquisas não ser real. Desta forma, desconsidera-se aqueles simpáticos à ditadura, com reforço frequente de adjetivos negativos ligados ao período durante a elocução, enquanto radicalizações também são aparadas em prol de uma institucionalidade que deveria ser capaz de produzir as mudanças necessárias para construção do regime democrático almejado.

Na seara política, observa-se que Dilma Rousseff busca atribuir mérito diferenciado a seu antecessor e mentor político, Luiz Inácio Lula da Silva, ao mencioná-lo em posição de destaque entre os presidentes, embora a ação política de Lula tenha sido apenas de seguir a recomendação explicitada na 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos e expressa no 3º Plano Nacional de Direitos Humanos e que foi, inclusive, encaminhada ao Congresso Nacional somente após recuos na recomendação de responsabilização dos agentes públicos. Em comparação, a ação de Fernando Henrique Cardoso, opositor político do Partido dos Trabalhadores e principalmente de Lula, ao criar a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, exigiu maior articulação na estrutura do Governo Federal do que o atendimento à recomendação, e ainda assim, mas não obteve, durante a elocução, reconhecimento similar.

Ainda sobre política, nota-se que o capital político mobilizado por Dilma Rousseff na ocasião da Abertura da Comissão da Verdade é alto. Ao assumir uma iniciativa do Estado de investigação independente de suas próprias ações e da congregação de várias forças ideológicas na solenidade, há o enfrentamento de interesses das Forças Armadas Brasileiras, bem como de atores políticos relevantes que não consideravam conveniente a rememoração de assuntos referentes à ditadura. A necessidade de conciliação de forças se expressa na elocução, buscando o reforço de suas próprias falas com a fala de outrem, já consolidadas. É a soma da credibilidade destes, da rede de valores que cada um invoca, com o posicionamento da presidenta a partir de uma Formação Discursiva de defesa dos Direitos Humanos e pela democracia que concorrerão

para a produção de novo consenso em torno da necessidade do fortalecimento de instituições no Governo Federal e assim poderão ser capazes de coibir novos abusos, sejam eles de ordem econômica, de gestão ou de violação de Direitos Humanos.

De outra forma, a elocução referente à Entrega do Relatório da Comissão da Verdade tem como visada o futuro. Naquele momento, o interesse estava em conhecer o produto final da CNV, o Relatório, e garantir que houvesse mudança de postura de agentes do governo e da opinião pública a partir do que foi revelado, assim, percebe-se que o Governo Federal se comprometeu a tomar providências diante dos resultados obtidos pelo trabalho da CNV como incentivo para que outras esferas da sociedade civil também se engajem. Tal chamado para o futuro é reiterado quando a enunciadora afirmou que as novas gerações teriam acesso à "verdade" que as gerações históricas não tiveram, que teriam acesso a dados via internet como um fim para os males associados à interdição da verdade, como mágoas e rancores. Ao contrário da primeira cerimônia, em que a Dilma Rousseff contava com boa impressão na opinião pública, no ato da entrega do Relatório, não caberia uma ação política mais enérgica, dado que as ações dividiriam o noticiário com denúncias de corrupção, desgaste da imagem e queda na opinião pública. Assim, o que seria oportunidade para uma nova ação no sentido de promover ativamente o fortalecimento de instituições, como se apregoou, houve a necessidade de deixar apenas a cerimônia e a elocução como registros públicos para que constem na posterioridade enquanto parte da história.

6. Considerações finais

No findar da dissertação e após a análise, faz-se necessário afirmar que o exercício do poder está intrinsecamente ligado também ao uso da linguagem e de recursos para expressão de ideais e constituição de uma imagem pública capaz de convencer e garantir legitimidade.

Nas duas ocasiões das elocuções analisadas, Dilma Rousseff encontrava-se em situação de sopesar o próprio histórico enquanto militante na juventude, a posição de Chefe de Estado e sua imagem pública construída a partir do ingresso no Ministério das Minas e Energia. A abertura da Comissão da Verdade viria como um marco da gestão, mas que poderia sofrer perda de credibilidade caso fosse suscitada a ideia de que houve ação no sentido de vingança ou de ressentimentos pessoais pela perseguição, prisão e tortura na juventude. Dessa forma, manifestações sobre o período foram suprimidas das elocuções, e, provavelmente, sem a intenção de apagar o passado, ou evitar rememorar, visto que há relatos de Dilma Rousseff da Comissão de Indenização de Presos Políticos¹¹⁸ no Volume 1 do Relatório Final, mas sim com o objetivo de tornar a Comissão e a causa mais palatável àqueles que não são sensíveis à luta dos familiares de presos e desaparecidos políticos e demais ativistas dos Direitos Humanos.

Com os entraves governamentais, discordância dos militares e necessidade de atingir um público amplo, foi necessário abrandar a fala, sem foco em ativismo ou organizações civis para a construção de um evento de Estado, a ser rememorado como parte do processo independente da CNV. Some-se a isto, embora não seja expressamente dito, as elocuções buscam "fundar" uma tradição democrática, marcando um ponto de virada na história brasileira, com a instituição da CNV e a disponibilização do Relatório para o público geral nas redes. É possível perceber que há um processo de oferta de ferramentas para o aprimoramento democrático e o reforço destes valores no decorrer das falas, embora seja claro, a todo momento, que a democracia almejada é institucional e liberal.

Por meio das redes de termos formada em torno dos marcadores de verdade, censura e democracia, foi possível notar que o recurso de redundância foi amplamente utilizado, fazendo com que a elocução utilizasse de recursos semânticos para abordar o mesmo assunto repetidas

_

¹¹⁸Disponível em

vezes, por meio de sinônimos e referências. Nota-se também que a censura, apesar de permear todos processos, desde a razão para criação da CNV, e como método da ditadura em si, foi parcialmente apagada em seu sentido literal das elocuções, sendo representada por meio de sinônimos e como oposição à verdade.

Assim, a partir de um problema de pesquisa que buscou investigar as estratégias utilizadas em ambas as elocuções para marcar as cerimônias relativas à Comissão da Verdade, pode-se notar uma estratégia para que o momento seja tratado como "acima da política", realizado a partir de iniciativas da instância cidadã e com mobilização da estrutura governamental de forma a tornar possível a concretização, não exatamente de forma a prestar o devido reconhecimento pelo trabalho de comissões estaduais, ativistas e pesquisadores da área, mas oferecer credibilidade para a ação, evitando que pudesse ser confundida com ações promovidas pelo Partido dos Trabalhadores e taxada como "ação de esquerda". Em observância aos elementos ideológicos, é possível notar também uma tentativa de não "ideologizar" o debate, ao pressupor que são discussões caras a todos os brasileiros, unificando direitas e esquerdas sob uma ideia geral de democracia.

As elocuções exercem, portanto, um papel de coordenar interpretações acerca do sentido de se constituir uma Comissão da Verdade, de estabelecer ligação entre transparência e democracia, exaltar a importância de rememorar o passado, entender os processos pelos quais o país passou após o fim da ditadura e oferecer uma perspectiva de fortalecimento das instituições como forma de coibir novos abusos do Estado, sejam estes de qualquer ordem. Nesse processo de resgate histórico e oferta de novas possibilidades, são ressaltados pactos políticos e processos de conciliação conflituosos como parte de uma trajetória exitosa. Embora seja possível entender que, de dentro das limitações da institucionalidade do cargo de presidenta e dadas as situações políticas no momento das elocuções, é possível afirmar que os pactos políticos, principalmente a Lei da Anistia, tentou conciliar interesses inconciliáveis e arrastou para o esquecimento boa parte da história do país, evitando que violadores dos Direitos Humanos fossem responsabilizados e punidos por suas ações, cooperando para um imaginário ainda persistente de que o período da Ditadura Militar foi de prosperidade econômica e de exercício da cidadania. Nota-se que a instauração da CNV foi possível por meio de grandes articulações políticas, recomendações e atuação de diversas instâncias governamentais e não-governamentais, representando um avanço de grande relevância ao dar voz a atores antes marginalizados e esquecidos, ao avançar em investigações inéditas de abusos fora da área urbana, incluindo indígenas e população rural e também na disponibilização pública e gratuita de um grande volume de documentos até então secretos, depoimentos e relatórios relativos à ditadura e as elocuções da presidente Dilma Rousseff cooperam no entendimento da grandiosidade da ação e na atribuição de responsabilidade que o Governo Federal deve ter no reconhecimento de que violou Direitos Humanos e deveria reparar o dano que causou. Como um dos primeiros passos dados para a elucidação de acontecimentos durante a Ditadura Militar, a instituição da Comissão deverá ser rememorada no futuro e reconhecida como um marco político realizado por uma ex-militante que chegou à presidência e pôde reunir em duas falas as intenções de reconhecimento daqueles que o país perdeu na luta pela redemocratização, o valor de um regime democrático, da transparência e do conhecimento da história brasileira como ferramenta para construção de um futuro mais livre e democrático.

Referências Bibliográficas

ABREU, Carmen. **O discurso jornalístico sobre a instalação da Comissão Nacional da Verdade**. RuMoRes, v. 7, n. 14, p. 336-352, 2013.

ALTHUSSER, Louis. Aparelhos ideológicos de Estado. Rio de janeiro: Graal, v. 2, 1985.

AMARAL, Ricardo Batista. A vida quer é coragem: a trajetória de Dilma Rousseff, a primeira presidenta do Brasil. Sextante, 2011.

BAKHTIN, Mikhail et al. O discurso no romance. **Questões de literatura e de estética**, v. 3, p. 71-210, 1988.

BAKTHIN, Mikhail. Estética da criação verbal. Martins Fontes, 1997.

BARTOLOMEU, Talita Cristina et al. As relações dialógicas na primeira propaganda eleitoral de Dilma Rousseff em 2014. Anais do VI Selinfran, Seminário de pesquisa em linguística da Unifran "Linguística do texto e do discurso: movimentos do sentido". São Paulo: Universidade de Franca, 2015.

BEDRITICHUK, Rodrigo Ribeiro. **Da popularidade ao impeachment: Medidas provisórias, mudanças institucionais e a crise política no governo Dilma.** 2016. 166 f. Mestrado em Ciência Política. Universidade de Brasília. Brasília, 2016.

BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda razões e significados de uma distinção política**. Unesp, 2001.

BOURDIEU, P. A reasoned utopia and economic fatalism. New Left Review, n. 227, p. 25-30. Londres, 1998.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O Governo Dilma Frente ao "Tripé Macroeconômico" e à Direita Liberal e Dependente. Novos Estudos CEBRAP 95. São Paulo. Mar. 2013

CARDOSO, Fernando Henrique. Diários da presidência. Companhia das Letras, 2015.

CARVALHO, Carla Severiano de. **Discursos da Presidenta da República, Dilma Rousseff: Estudo da argumentação sobre a primeira voz feminina no poder executivo no Brasil.** 107 f. Mestrado em Estudo de Linguagens. Universidade Do Estado da Bahia, Salvador, 2013.

CHARAUDEAU, Patrick. Discurso político. São Paulo: Contexto, 2006.

CHARAUDEAU, Patrick. **Dize-me qual é teu corpus, eu te direi qual é a tua problemática**. Revista Diadorim/Revista de Estudos Linguísticos e Literários do Programa de Pós Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro. V.10, Dez/2011.

CHOULIARAKI, Lilie; FAIRCLOUGH, Norman. **Discourse in Late Modernity: Rethinking Critical Discourse Analysis** Londres: EUP, 1999.

COSTA, Sérgio Roberto. **Gêneros discursivos e textuais: uma pequena síntese teórica**. Revista Recorte, v. 3, n. 2, 2015.

CUEVA, Eduardo González. Até onde vão as comissões da verdade. **Justiça de transição:** manual para a América Latina. Brasília: Comissão de Anistia, Ministério da Justiça, p. 339-356, 2011.

DE AZEVEDO, André Nunes. A grande reforma urbana do Rio de Janeiro: Pereira Passos, Rodrigues Alves e as ideias de civilização e progresso. Mauad Editora Ltda, 2018.

DE OLIVEIRA, Jamil Mattar. Constituição da República Federativa do Brasil: a Emenda constitucional no. 1, de 17 de outubro de 1969, atualizada até a Emenda constitucional no. 22, de 29 de junho de 1982 (DOU de 5.7. 82), acompanhada de notas remissivas à legislação e à jurisprudencia, bem como da legislação constitucional complementar e de completo índice alfabético remissivo. Forense, 1982.

DE SAUSSURE, Ferdinand et al. Curso de linguística geral. Cultrix, 1972.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Sobre o autoritarismo brasileiro. Companhia das Letras, 2019.

FAIRCLOUGH, Norman; DE MELO, Iran Ferreira. Análise crítica do discurso como método em pesquisa social científica. **Linha d'Água**, v. 25, n. 2, p. 307-329, 2012.

RIBEIRO, Darcy. O Brasil como problema. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2016.

FAIRCLOUGH, Norman. A análise crítica do discurso e a mercantilização do discurso público: as universidades. In: MAGALHÃES, C. (Org.). Reflexões sobre a análise crítica do discurso. Belo Horizonte: Faculdade de Letras / UFMG, 2001b.

FAIRCLOUGH, Norman. Critical discourse analysis as a method in social scientific research. In: WODAK/CHILTON: A New Agenda in (Critical) Discourse Analysis: theory, methodology and interdisciplinarity. John Benjamins Publishing. Londres, 2005.

FAIRCLOUGH, Norman. Discurso e mudança social. Brasília: UnB, 2001a.

FAIRCLOUGH, Norman. Language and power. Londres e Nova Iorque: Longman, 1989.

FAIRCLOUGH, N. New Labour, New Language? Londres: Routledge, 2000.

FAIRCLOUGH, Norman. **Semiose, mediação e ideologia: uma visão dialética**. Parágrafo, v. 4, n. 1, p. 16-27, 2016.

FOUCAULT, Michel. A Arqueologia do Saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FOUCAULT, Michel. Discipline and punish: The birth of the prison. Vintage, 2012.

GASPARI, Elio. A ditadura envergonhada. Editora Intrínseca, 2014a.

GASPARI, Elio. A ditadura escancarada. Editora Intrínseca. 2014b.

GASPARI, Elio. A ditadura derrotada. Editora Intrinseca, 2014c

GHIORZI, Alessandra Caroline. "Dilma, guerreira, da Pátria Brasileira": discursos midiáticos sobre a primeira mulher presidenta do Brasil durante seu processo de Impeachment em 2016. 158 f. Mestrado em Antropologia Social. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2018.

GONÇALVES, Carmen Regina Abreu. **Comissão nacional da verdade: um acontecimento entre o passado e o futuro do Brasil**. 2016.

GONÇALVES SEGUNDO, P. R. Análises do Discurso: o diálogo entre as várias tendências na USP. São Paulo: Paulistana Editora, 2009.

GRAMSCI, Antonio et al. **Selections from the prison notebooks**. Londres: Lawrence and Wishart, 1971.

HABERMAS, Jurgen. Political communication in media society: does democracy still enjoy an epistemic dimension? The impact of normative theory on empirical search. Dresden: Communication Theory, volume 16, p. 411-426, 2006.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood. Language as social semiotic. Language and literacy in social practice, p. 23-43, 1994.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood; HASAN Ruqaija.: language, context e text: **Aspects of language in a social semiotic**; perspective; Oxford: Oxford Universit y Press, 1989.

LEITE, Isabel Cristina. Colina: **Oposição armada e memórias do regime militar em Belo Horizonte** (1967-69) — Monografia de Bacharelado para o Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto, 2006.

LOURENÇO, Luiz C. Abrindo a caixa preta: da indecisão à escolha. A eleição presidencial de 2002. 319 f. Doutorado em Ciência Política. - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

MAINGUENEAU, D., Análise de textos de comunicação; tradução de Cecília P. de Souza-e-Silva, Décio Rocha, 3. ed. – São Paulo: Cortez: 2004.

MARQUES, Ludimila Machado. **Efeitos de Legitimidade e de credibilidade no discurso propagandístico de Dilma Rousseff nas eleições presidenciais de 2010**. 2013. 129 f. Mestrado em Letras. Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2013.

MARTINS FILHO, João Roberto. A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militares. **Varia História**, v. 28, p. 178-201, 2002.

MIGUEL, Luis Felipe; COUTINHO, Aline de Almeida. A crise e suas fronteiras: oito meses de'' mensalão'' nos editoriais dos jornais. Opinião pública, v. 13, n. 1, p. 97-123, 2007.

PACÍFICO, Soraya Maria Romano; TFOUNI, Leda Verdiani. Argumentação e autoria: o

silenciamento do dizer. 2002. Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2002.

PÊCHEUX, Michel. Automatic discourse analysis. Rodopi, 1995.

PEREIRA, Dulce Valente. **A Construção do feminino no discurso de Dilma Rousseff: Identidade, performatividade e ethos**. 2013. 140f. Mestrado em Linguística Aplicada. Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2013.

PIRES, Teresinha Maria de Carvalho Cruz. **A construção da imagem política de Dilma Rousseff como mãe do povo brasileiro.**REVISTA DEBATES, Porto Alegre, v.5, n.1, p. 139-162, jan.- jun, 2011.

MOREIRA, Carla Barbosa. **Produção, circulação e funcionamento da censura na ditadura militar brasileira e no fascismo italiano: a censura no fascismo italiano**. 2009. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem)—Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

NICOLAU, Luis Fernando Rodrigues. Contradições da nova matriz econômica do governo Dilma: porque a redução de juros não estimulou a taxa de investimento?2015.

ORLANDI, Eni. **As formas do silencio**. Campinas, Brazil: Editora da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 1992.

PRATES, Daniela Magalhães. O regime de câmbio flutuante no Brasil: 1999-2012: Especificidades e dilemas. 2015.

RESENDE, Viviane; RAMALHO, Viviane C. Vieira Sebba. **Análise de discurso crítica, do modelo tridimensional à articulação entre práticas: implicações teórico-metodológicas**. Linguagemem (Dis) curso, v. 5, n. 1, p. 185-208, 2010.

RIBEIRO, José Olavo Leite. **As armas e os varões.** Revista Piauí, São Paulo. Edição 31. Artigo 942. 2009.

ROCHA, Gisandra Cemin da et al. Língua e sociedade: o caso do discurso de Leonel Brizola e o semantismo social nele revelado. 2018.

ROUSSEFF, Dilma (2011-2016: Dilma Rousseff) **Discurso de Abertura da Comissão da Verdade**. Brasília, 16 de maio de 2012

ROUSSEFF, Dilma (2011-2016: Dilma Rousseff) **Discurso de Entrega do Relatório da Comissão da Verdade**. Brasília 10 de dezembro de 2014.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro.** Editora Companhia das Letras, 2019.

SILVA, Elba Silveira Chagas. Impeachment da Presidente Dilma Rousseff: Espetacularização e legitimação da mídia na Veja. 2018. Mestrado em Letras. Fundação Universidade Federal de Sergipe. Sergipe, 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Sobre o autoritarismo brasileiro. Editora Companhia das Letras,

2019.

SINGER, André. Brasil, junho de 2013, **classes e ideologias cruzadas**. Novos estudos CEBRAP, n. 97, p. 23-40, 2013.

SOUZA, Arão de Azevêdo; SOUSA, Cidoval Morais de. **Jornadas de junho: repercussões e leituras**. 2013.

TOMAZI, Micheline Mattedi. The context of popular protests during the Confederations Cup: between saying or hushing. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 14, n. 1, p. 225-244, 2014.

Anexo 1

Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na cerimônia de instalação da Comissão da Verdade

Palácio do Planalto, 16 de maio de 2012

Senhor Michel Temer, vice-presidente da República,

Senhores ex-presidentes da República: senador José Sarney, ex-presidente da República e presidente do Senado Federal; senhor Fernando Collor de Mello, ex-presidente da República; senhor Fernando Henrique Cardoso, ex-presidente da República; senhor Luiz Inácio Lula da Silva, ex-presidente da República;

Deputado Marco Maia, presidente da Câmara dos Deputados,

Ministro Carlos Ayres Britto, presidente do Supremo Tribunal Federal,

Senhor Dipp Lângaro, aliás, desculpa, Gilson Lângaro Dipp, representante membro do Supremo [Superior] Tribunal de Justiça, e representante aqui da Comissão da Verdade,

Senhoras e senhores ministros de Estado aqui presentes. Eu cumprimento todos ao cumprimentar a Gleisi Hoffmann, da Casa Civil; o José Eduardo Cardozo, da Justiça; o Luís Inácio Adams, da Advocacia-Geral da União; e a Maria do Rosário, da Secretaria de Direitos Humanos; e o embaixador Celso Amorim, da Defesa.

Senhores ex-ministros da Justiça: Fernando Lyra, senador Aloysio Nunes Ferreira, senador Renan Calheiros e o integrante da Comissão da Verdade, que foi responsável pela fala que dá início a esta cerimônia, que é José Carlos Dias.

Queria cumprimentar também os senhores e senhoras senadores aqui presentes, ao saudar o senador Eduardo Braga, líder do governo no Senado Federal.

Cumprimentar as senhoras e senhores deputados federais, cumprimentando o deputado Arlindo Chinaglia.

Cumprimentar também o senhor Roberto Gurgel, procurador-geral da República,

O ministro João Oreste Dalazen, presidente do Tribunal Superior do Trabalho.

Cumprimentar aqui também o senhores comandantes das Forças: almirante Júlio Soares de Moura Neto, da Marinha; general Enzo Martins Peri, do Exército; brigadeiro Juniti Saito, da Aeronáutica; general José Carlos De Nardi, do Estado Maior Conjunto das Forças Armadas.

Senhoras e senhores membros da Comissão da Verdade Cláudio Fontelles, Gilson Lângaro Dipp, José Carlos Dias, José Paulo Cavalcanti Filho, Maria Rita Kehl, Paulo Sérgio Pinheiro, Rosa Maria Cardoso da Cunha.

Queria cumprimentar todos os prefeitos aqui presentes saudando o prefeito de Porto Alegre, José Fortunati.

Cumprimentar o coordenador residente das Nações Unidas no Brasil, Jorge Chediek.

Cumprimentar o senhor Amerigo Incalcaterra, representante regional do Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos, por intermédio de que cumprimento todos os demais representantes de Organismos Internacionais.

Cumprimentar todas as senhoras e senhores representantes de entidades de defesa dos direitos humanos, senhoras e senhores familiares, senhoras e senhores jornalistas, fotógrafos e cinegrafistas.

Senhoras e senhores,

Eu queria iniciar citando o deputado Ulysses Guimarães que, se vivesse ainda, certamente, ocuparia um lugar de honra nessa solenidade.

O senhor diretas, como aprendemos a reverenciá-lo, disse uma vez: "a verdade não desaparece quando é eliminada a opinião dos que divergem. A verdade não mereceria este nome se morresse quando censurada." A verdade, de fato, não morre por ter sido escondida. Nas sombras somos todos privados da verdade, mas não é justo que continuemos apartados dela à luz do dia.

Embora saibamos que regimes de exceção sobrevivem pela interdição da verdade, temos o direito de esperar que, sob a democracia, a verdade, a memória e a história venha à superfície e se torne conhecidas, sobretudo, para as novas e as futuras gerações.

A palavra verdade, na tradição grega ocidental, é exatamente o contrário da palavra esquecimento. É algo tão surpreendentemente forte que não abriga nem o ressentimento, nem o ódio, nem tampouco o perdão. Ela é só e, sobretudo, o contrário do esquecimento. É memória e é história. É a capacidade humana de contar o que aconteceu.

Ao instalar a Comissão da Verdade não nos move o revanchismo, o ódio ou o desejo de reescrever a história de uma forma diferente do que aconteceu, mas nos move a necessidade imperiosa de conhecê-la em sua plenitude, sem ocultamentos, sem camuflagens, sem vetos e sem proibições.

O que fazemos aqui, neste momento, é a celebração da transparência da verdade de uma nação que vem trilhando seu caminho na democracia, mas que ainda tem encontro marcado consigo mesma. Nesse sentido... E nesse sentido fundamental, essa é uma iniciativa do Estado brasileiro e não apenas uma ação de governo.

Reitero hoje, celebramos aqui um ato de Estado. Por isso, muito me alegra estar acompanhada por todos os presidentes que me antecederam nestes 28 benditos anos. Por isso, muito me alegra estar acompanhada por todos os presidentes que me antecederam nestes 28 benditos anos de regime democrático.

Infelizmente, não nos acompanha o presidente Itamar Franco, a quem rendo as devidas homenagens, por sua digna trajetória. Por sua digna trajetória de luta pelas liberdades

democráticas, assim como pelo zelo com que governou o Brasil, sem qualquer concessão ao autoritarismo.

Cada um de nós aqui presentes – ex-presidentes, ex-ministros, ministros, acadêmicos, juristas, militantes da causa democrática, parentes de mortos desaparecidos e mesmo eu, uma presidenta – cada um de nós, repito, é igualmente responsável por esse momento histórico de celebração.

Cada um de nós deu a sua contribuição para esse marco civilizatório, a Comissão da Verdade. Esse é o ponto culminante de um processo iniciado nas lutas do povo brasileiro, pelas liberdades democráticas, pela anistia, pelas eleições diretas, pela Constituinte, pela estabilidade econômica, pelo crescimento com inclusão social. Um processo construído passo a passo, durante cada um dos governos eleitos, depois da ditadura.

A Comissão da Verdade foi idealizada e encaminhada ao Congresso no governo do meu companheiro de jornada, presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a quem tive a honra de servir como ministra e a quem tenho o orgulho de suceder. Mas ela tem sua origem, também, na Lei da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos, aprovada em 1995, na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso. Naquela oportunidade, o Estado brasileiro reconheceu, pela primeira vez, a sua responsabilidade pelos mortos de desaparecidos sob sua custódia. Pelos mortos de desaparecidos sob sua custódia durante o regime autoritário.

No entanto, é justo que se diga que o processo que resultou na Comissão da Verdade teve início ainda antes disso, durante o mandato do presidente Fernando Collor, quando foram abertos os arquivos do DOPS de São Paulo e do Rio de Janeiro, trazendo a público toneladas de documentos secretos que, enfim, revelados representaram um novo alento aos que buscaram informações sobre as vítimas da ditadura.

O Brasil deve render homenagens às mulheres e aos homens que lutaram pela revelação da verdade histórica. Aos que entenderam e souberam convencer a nação de que o direito à verdade é tão sagrado quanto o direito que muitas famílias têm de prantear e sepultar seus entes queridos, vitimados pela violência praticada pela ação do Estado ou por sua omissão.

É por isso, é certamente por isso que estamos todos juntos aqui. O nosso encontro, hoje, em momento tão importante para o país, é um privilégio propiciado pela democracia e pela convivência civilizada. É uma demonstração de maturidade política que tem origem nos costumes do nosso povo e nas características do nosso país.

Tanto quanto abomina a violência e preza soluções negociadas para as suas crises, o Brasil certamente espera que seus representantes sejam capazes de se unir em torno de objetivos comuns, ainda que não abram mão, mesmo que mantenham opiniões divergentes sobre outros temas, o que é normal na vida democrática.

Ao convidar os sete brasileiros que aqui estão e que integrarão a Comissão da Verdade, não fui movida por critérios pessoais nem por avaliações subjetivas. Escolhi um grupo plural de cidadãos, de cidadãs, de reconhecida sabedoria e competência. Sensatos, ponderados, preocupados com a justiça e o equilíbrio e, acima de tudo, capazes de entender a dimensão do trabalho que vão executar. Trabalho que vão executar – faço questão de dizer – com toda a liberdade, sem qualquer interferência do governo, mas com todo apoio que de necessitarem.

Quando cumpri minha atribuição de nomear a Comissão da Verdade, convidei mulheres e homens com uma biografia de identificação com a democracia e aversão aos abusos do Estado. Convidei, sobretudo, mulheres e homens inteligentes, maduros e com capacidade de liderar o esforço da sociedade brasileira em busca da verdade histórica, da pacificação e da conciliação nacionais.

O país reconhecerá nesse grupo, não tenho dúvidas, brasileiros que se notabilizaram pelo espírito democrático e pela rejeição à confrontos inúteis ou gestos de revanchismo.

Nós reconquistamos a democracia a nossa maneira, por meio de lutas e de sacrifícios humanos irreparáveis, mas também por meio de pactos e acordos nacionais, muitos deles traduzidos na Constituição de 1988.

Assim como respeito e reverencio os que lutaram pela democracia enfrentando bravamente a truculência ilegal do Estado, e nunca deixarei de enaltecer esses lutadores e lutadoras, também reconheço e valorizo pactos políticos que nos levaram à redemocratização.

Senhoras e senhores,

Hoje também passa a vigorar a Lei de Acesso à Informação. Junto com a Comissão da Verdade, a nova lei representa um grande aprimoramento institucional para o Brasil, expressão da transparência do Estado, garantia básica de segurança e proteção para o cidadão.

Por essa lei, nunca mais os dados relativos à violações de direitos humanos poderão ser reservados, secretos ou ultrassecretos. As duas – a Comissão da Verdade e a Lei de Acesso à Informação – são frutos de um longo processo de construção da democracia, de quase três décadas, do qual participaram sete presidentes da República. Quando falo sete presidentes é porque estou incluindo por justiça, e porque o motivo do nosso encontro é a celebração da verdade, o papel fundamental desempenhado por Tancredo Neves, que soube costurar, com paciência competência e obstinação, a transição do autoritarismo para a democracia que hoje usufruímos.

Transição é imperativo que se lembre aqui conduzida com competência, habilidade e zelo pelo presidente José Sarney, que o destino e a história puseram no lugar de Tancredo, e que nos conduziu à democracia.

Mas, mesmo reconhecendo o papel que todos desempenharam, não posso deixar de declarar o meu orgulho, por coincidir com meu governo o amadurecimento de nossa trajetória democrática. Por meio dela, o Estado brasileiro se abre, mais amplamente, ao exame, à fiscalização e ao escrutínio da sociedade.

A Lei de Acesso à Informação garante o direito da população a conhecer os atos de governo e de estado por meio das melhores tecnologias de informação.

A transparência a partir de agora obrigatória, também por lei, funciona como o inibidor eficiente de todos os maus usos do dinheiro público, e também, de todas as violações dos direitos humanos. Fiscalização, controle e avaliação são a base de uma ação pública ética e honesta.

Esta é a razão pela qual temos o dever de construir instituições eficientes e providas de instrumentos que as tornem protegidas das imperfeições humanas.

Senhoras e senhores,

Encerro com um convite a todos os brasileiros, independentemente do papel que tiveram e das opiniões que defenderam durante o regime autoritário. Acreditemos que o Brasil não pode se furtar a conhecer a totalidade de sua história. Trabalhemos juntos para que o Brasil conheça e se aproprie dessa totalidade, da totalidade da sua história.

A ignorância sobre a história não pacifica, pelo contrário, mantêm latentes mágoas e rancores. A desinformação não ajuda apaziguar, apenas facilita o trânsito da intolerância. A sombra e a mentira não são capazes de promover a concórdia. O Brasil merece a verdade. As novas gerações merecem a verdade, e, sobretudo, merecem a verdade factual aqueles que perderam amigos e parentes e que continuam sofrendo como se eles morressem de novo e sempre a cada dia.

É como se disséssemos que, se existem filhos sem pais, se existem pais sem túmulo, se existem túmulos sem corpos, nunca, nunca mesmo, pode existir uma história sem voz. E quem dá voz à história são os homens e as mulheres livres que não têm medo de escrevê-la. Atribui-se a Galileu Galilei uma frase que diz respeito a este momento que vivemos: "a verdade é filha do tempo, não da autoridade."

Eu acrescentaria que a força pode esconder a verdade, a tirania pode impedi-la de circular livremente, o medo pode adiá-la, mas o tempo acaba por trazer a luz. Hoje, esse tempo chegou.

Retirado de: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff-na-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-instalacao-da-comissao-da-verdade-brasilia-df

Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante Entrega do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade - Brasília/DF

Brasília/DF – 10 de dezembro de 2014.

Cumprimento ao coordenador da Comissão Nacional da Verdade, Pedro de Abreu Dallari.

Cumprimento senhoras e senhores membros da Comissão Nacional da Verdade, José Carlos Dias, José Paulo Cavalcante, Maria Rita Kehl, Paulo Sérgio Pinheiro, Rosa Maria Cardoso da Cunha.

Cumprimento os ministros de Estado aqui presentes: Aloizio Mercadante, da Casa Civil; José Eduardo Cardoso, da Justiça; embaixador Celso Amorim, da Defesa e Idelli Salvati, da Secretaria de Direitos Humanos.

Cumprimento todos os ministros aqui presentes ao cumprimentar esses ministros que integram a mesa.

Cumprimento o ex-ministro da Secretaria de Direitos Humanos, senhor Paulo Vannuchi e a deputada Maria do Rosário.

Queria também cumprimentar os ex-integrantes da Comissão Nacional da Verdade: o Juiz Dipp e o procurador Cláudio Fonteles.

Queria cumprimentar também os parlamentares senador Eduardo Suplicy e deputado José Geraldo.

Cumprimentar o embaixador Jorge Chediek, coordenador residente das Nações Unidas no Brasil.

Cumprimentar o presidente da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, o Paulo Abraão Pires Júnior.

Cumprimentar o coordenador-geral da Comissão Especial sobre Mortos e desaparecidos políticos da Secretaria de Direitos Humanos, Rafael Feliciano da Rocha Schincariol.

Cumprimentar o secretário-executivo da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, Emílio Sanchez Alvarez.

Cumprimentar a senhora Rosa Ortiz, da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Cumprimentar as senhoras e senhores representantes de entidades de defesa dos direitos humanos.

Cumprimentar as senhoras e os senhores familiares de mortos e desaparecidos e os ex-presos políticos aqui presentes.

Cumprimentar as senhoras e os senhores jornalistas, fotógrafos e cinegrafistas.

O relatório que a Comissão Nacional da Verdade apresenta para nós aqui hoje, torna público, é resultado, como eles disseram, de 2 anos e 7 meses de intenso trabalho. Eu, ao receber esse relatório, tenho certeza que ele encerra uma etapa e ao mesmo tempo começa uma nova etapa e demarca um novo tempo.

Sua apresentação simultânea ao governo federal e à sociedade brasileira evidencia a autonomia assegurada pela legislação à Comissão Nacional da Verdade, que atuou sem interferência governamental ou de qualquer outra espécie a comissão nacional da verdade é uma iniciativa do estado brasileiro e não apenas um ato de governo. Por isso, os seus trabalhos têm de ser considerados por todas as entidades, não só do estado brasileiro, mas também pela sociedade.

Eu estou certa que os trabalhos produzidos pela comissão resultam do seu esforço para atingir seus três objetivos mais importantes: a procura da verdade factual, o respeito à memória histórica e o estímulo, por isso, a reconciliação do país consigo mesmo por meio da informação e do conhecimento. Nós, do governo federal, vamos nos debruçar sobre o relatório. Vamos olhar as recomendações e as propostas da Comissão e delas tirar todas as consequências necessárias.

Repito aqui o que disse quando do lançamento da Comissão da Verdade: nós reconquistamos a democracia a nossa maneira, por meio de lutas duras, por meio de sacrifícios humanos irreparáveis, mas também por meio de pactos e acordos nacionais, que estão muitos deles traduzidos na Constituição de 1988. Assim como respeitamos e reverenciamos e sempre o faremos, todos os que lutaram pela democracia, todos que tombaram nessa luta de resistência enfrentando bravamente a truculência ilegal do estado e nós jamais poderemos deixar de enaltecer esses lutadores e lutadoras, também reconhecemos e valorizamos os pactos políticos que nos levaram a redemocratização. Nós que amamos tanto a democracia esperamos que a ampla divulgação deste relatório permita reafirmar a prioridade que devemos dar às liberdades democráticas, assim como a absoluta aversão que devemos manifestar sempre aos autoritarismos e às ditaduras de qualquer espécie. Nós que acreditamos na verdade esperamos que este relatório contribua para que fantasmas de um passado doloroso e triste não possam mais se proteger nas sombras do silêncio e da omissão.

Na cerimônia de instalação da Comissão Nacional da Verdade, em maio de 2012, eu disse que a ignorância sobre a história não pacifica, pelo contrário, mantêm latentes mágoas e rancores. Disse que a desinformação não ajuda a apaziguar, apenas facilita o trânsito da intolerância.

Afirmei ainda que o Brasil merecia a verdade, que as novas gerações mereciam a verdade, e, sobretudo, mereciam a verdade aqueles que perderam familiares, parentes, amigos, companheiros e que continuam sofrendo... continuam sofrendo como se eles morressem de novo e sempre a cada dia.

Estou certa que vocês, integrantes da Comissão Nacional da Verdade, cumpriram ao longo destes 31 meses sua missão, pois se empenharam em pesquisar, em indagar, em ouvir e em conhecer a nossa história. Trouxeram à luz, sem medo, o tempo oculto pelo arbítrio e pela violência. O trabalho de vocês reforça os sentimentos que manifestei naquela ocasião: quem dá voz à história são os homens e as mulheres livres que não têm medo de escrevê-la.

Por isso, queria fazer aqui o agradecimento aos homens e mulheres livres que integraram a Comissão e que nos propiciam esse encontro com a verdade de uma nação inteira.

Queria cumprimentar Pedro Dallari, Rosa Maria Cardoso da Cunha, Maria Rita Kehl, Paulo Sérgio Pinheiro, José Carlos Dias, José Paulo Cavalcanti Filho e a dois ex-membros: Gilson Dipp e Cláudio Fonteles.

Queria também fazer o reconhecimento aos homens a às mulheres livres que relataram a verdade para a Comissão, contribuindo assim para que o Brasil se encontre consigo mesmo. Sobretudo, em nome do estado Brasileiro e em meu nome, presto homenagem e manifesto caloroso agradecimento aos familiares dos mortos e desaparecidos. Aqueles que, com determinação, com coragem e enorme generosidade, aceitaram testemunhar e contar suas histórias e as histórias dos parentes, amigos, companheiros que viveram tempos de morte, de dor, sofrimento, e por isso, grandes perdas.

Os membros da Comissão, bem como sua equipe, trabalharam com grande dedicação. Atuaram movidos pela consciência de que tinham um papel fundamental a cumprir para promover o nosso reencontro. Trazem vocês todos da Comissão, todos os que auxiliaram, todos aqueles que pelo Brasil inteiro os apoiaram, um grande benefício ao Brasil e ao nosso povo, ao nos assegurar a memória histórica.

O trabalho dessa Comissão faz crescer a possibilidade de o Brasil ter um futuro plenamente democrático e livre de ameaças autoritárias. São gestos como estes que constroem, sim, a democracia. O relatório que hoje se torna público, e a atuação das comissões estaduais, será um ponto de partida para um país melhor. A busca da verdade histórica é uma forma de construir a democracia e zelar pela sua preservação. Com a criação desta Comissão, o Brasil demonstrou a importância do conhecimento deste período para não mais deixá-lo se repetir. Nós devemos isso às gerações, como a minha, que sofreram suas terríveis consequências. Mas, sobretudo, devemos isso à maioria da população brasileira que, nascida após o final do último regime autoritário, não teve acesso integral à verdade histórica. E sobretudo a essas gerações e às gerações futuras que a Comissão Nacional da Verdade presta o inestimável serviço da verdade histórica. Conhecer a história é condição imprescindível para poder construí-la melhor.

A partir de agora, todos os brasileiros, terão acesso fácil, via internet, ao relatório desta comissão e às informações relevantes, sobretudo, que aconteceu naquele período. A verdade não significa revanchismo. A verdade não deve ser motivo para ódio ou acerto de contas. A verdade liberta todos nós do que ficou por dizer, por explicar, por saber. Liberta daquilo que permaneceu oculto, de lugares que nós não sabemos aonde foram depositados os corpos de muitas pessoas. Mas faz com que agora tudo possa ser dito, explicado e sabido. A verdade produz consciência, aprendizado, conhecimento e respeito. A verdade significa, acima de tudo, a oportunidade de fazer um encontro com nós mesmos, com a nossa história e do nosso povo com a sua história.

A verdade é uma homenagem a um Brasil que já trilha três décadas de um caminho democrático. E que empenharemos todas forças de todos nós para que assim persista.

Hoje, o mundo celebra o dia Internacional dos Direitos Humanos, em homenagem à Declaração Universal dos Direitos Humanos, que completa 66 anos de existência. Tornar público este relatório nesta data é um tributo a todas as mulheres e homens do mundo que lutaram pela

liberdade e pela democracia e, com essa luta, ajudaram a construir marcos civilizatórios e tornaram a humanidade melhor.

Parabéns à Comissão Nacional da Verdade. Parabéns a todos que contribuíram para a produção deste relatório. O Brasil, certamente, saberá reconhecer a importância deste trabalho que torna a nossa democracia ainda mais forte.

Muito obrigada.

Retirado de: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/discursos/discursos-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-entrega-do-relatorio-final-da-comissao-nacional-da-verdade-brasilia-df



(i)

@Collor

Logo após a redemocratização, o senhor foi o primeiro a assumir a presidência por voto direto e tomou a primeira atitude em relação à ditadura, com a devolução dos arquivos do DOPS do RJ e SP em posse da Polícia Federal para os estados. Sabendo da redemocratização conturbada, essa era a única ação a ser tomada naquele momento? HAavia abertura para instaurar alguma comissão para investigar os crimes cometidos pelas FFAA? Ou até mesmo dispor sobre os mortos e desaparecidos como fez o Fernando Henrique em 1995?

18 de mai de 2020 11:17 PM ✓

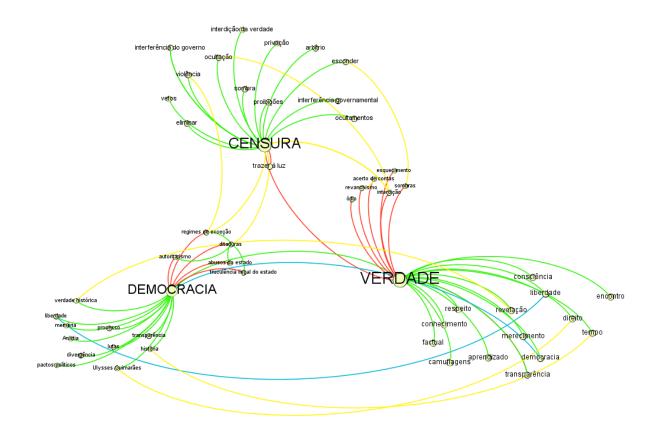
Se essas perguntas forem pouco amistosas, poderia falar sobre a decisão tomada, de devolver os papéis do DOPS, o que te motivou a fazê-lo?

18 de mai de 2020 11:20 PM ✓

E também a extinção do SNI, por mim determinada. A devolução à origem dos arquivos do Dops aos Estados foi decorrência natural. Não havia nenhum empecilho para abrir a investigação. O que me faltou foi tempo, inexorável!



20 de mai de 2020 11:32 AM



Folha de São Paulo - Quinta Feira, 17 de maio de 2012, edição 30.360. Caderno Poder



PAINEL

Palanque Aliados incentivam Aécio Neves (PSDB) a abraçar a causa municipa-lista no vácuo na vaia sofri-da por Dilma. O tucano, que saiu em defesa dos prefeitos, quer se tornar mais conheci-do nos rincões do país.

#ojojoj O OG de Geraldo #oloioi O QG de Geraldo Alckmin viu como provoca-ção de Gilberto Kassab nota informando que 103 pesso-as foram atendidas em hos-pitais municipais devido ao acidente do metrô. O gover-no falava em 33 feridos.

Vuvuzela Além do estra-

Contagem regressiva

Começaram a desaguar esta semana no STF memoriais do processo do mensalão, encaminhados por advogados dos réus. Como o documento comumente é entregue às vésperas dos julgamentos para, nas pala-vras de especialistas, "deixar a defesa mais fresca na memória dos juízes", a movimentação fez crescer entre os ministros a expectativa de que Ricardo Lewan

dowski, responsável pela revisão do processo, entre-gue seu relatório até o fim da próxima semana. A ansiedade aumentou depois do presidente Ayres Britto agendar para terça-feira nova sessão administrativa para discutir a logística do julgamento.

Vips Os advogados dos protagonistas do mensalão, no entanto, só pretendem en-tregar suas peças quando o STF definir a data do julga-

Más notícias Prefeitos que foram a Brasilia para a marcha aproveitaram para sondar caciques petistas so-bre prognósticos do mensa-lão. Voltaram para a casa de-sanimados com o potencial de dano do caso nas eleições.

Econômica Na véspera da instalação da Comissão da Verdade, Lula quis convidar FHC para viajarem juntos a Brasília, mas desistiu quando soube que o avião colocado à sua disposição era pequeno.

Bem na foto Lula pediu para Marco Aurélio Garcia ampará-lo ao descer a ram-pa do Planalto com Dilma Rousseff e os demais ex-pre-sidentes porque não queria usar bengala no ato histórico.

Não rola Petistas que in-tegram a CPI do Cachoeira pediram apoio dos peemede-bistas para convocar e que-brar o sigilo de jornalistas da revista "Veja", mas o partido aliado disse não topar a ideia.

mas o partido
mento disse nel topara ideia.

Sobrevida Dilma deu
carta branca para Graça Poster tirar Sergio Machado da
Transperto, mas a presidente
da Petrobas pretende mantélo no cargo por ora e começar
as mudanças pelas diretorias.

Plano B O governado
de durardo Campendo
de de Carta Posto de Coligação
proportional com o PSD, exido a "

Rédea curvado
de de Carta Posto de Carta Posto de Coligação
proportional com o PSD, exido a "

Rédea curvado
de de Carta Posto de Carta

no no caugo por ora e começas am undanças pelas diretorias de la medianças pelas diretorias de la medianças pelas diretorias de la media del media del media de la media del media

» com FÁBIO ZAMBELI e ANDRÉIA SADI

C tiroteio

Lula e Dilma nunca se negaram a atender a nenhum pedido de Serra e Alckmin. É que eles não querem o governo federal em São Paulo, porque têm uma mentalidade tacanha.

DO PRÉ-CANDIDATO A PREFEITO FERNANDO HADDAD (PT), que tem fala "apagão dos transportes", ao responder ao argumento do PSDB de que o governo federal não investe na ampliação do metro em São Paulo.

36 contraponto

Interpretação de texto

Interpretação de texto

Durante sessão na Assembleia paulista, deputados discutiam a relação de Geraldo Alckmin com Dilma
Rousseff. O petista Donisete Braga afirmou:
— O governado será envenenado pelo espírito republicano da nossa presidente.
José Bittencourt (PSD), da base governista, interveio:
— Bulma chama o governador de 'excelente parceiro'.
— Bulma chama o governador de 'excelente parceiro'.
— Ela disse, na vendade, que teve excelentes encontros
com o governador. É questão de semântica.





A palavra verdade, na tradição grega, é o contrário de esquecimento. Não abriga nem o ressentimento nem o ódio, nem o perdão: é memória e é história

66 Não nos Mão nos move o desejo de reescrever a história, mas a necessidade de conhecê-la

66 Assim como reverencio os que lutaram pela democracia, também valorizo pactos políticos que nos levaram à redemocratização

Dilma diz que não haverá revanche nem perdão para ditadura

Presidente reúne antecessores em posse da Comissão da Verdade e chora ao lembrar morte de guerrilheiros

Lula, FHC, Collor e Sarney posam para foto inédita, elogiam criação de órgão e são recebidos em almoço no Alvorada

Numa cerimônia que reuniu ce quatro antice svere sivos, a presidente Dilma Rousseff instalou a Comissão da
Verdade e afirmou que o esclarecimento dos crimes cometidos durante a ditadura
militar (1964-1985) não pode
comportar revanchismo, mas
nen tampouco perdalo
"A palavra verdade [...] é
asi mento de la comportar revento de la
refe fote que não atributo, nem o dólio,
nem tampouco o perdão",
afirmou em discurso.

Ex-guerrilheira comunista, presa e torturada pelo resime, ela chorou ao se referir
aos parentes dos mortos de
saparaccidos no perdos
"Menceran a verdade factumos parentes dos mortos de
saparaccidos no perdos
"Menceran a verdade factumos parentes dos mortos de
saparaccidos no perdos
"Menceran a verdade factumos parentes de su discusso
"Menceran a verdade factumos parentes e que continuam sofrendo com se eles
moressem de novo e sempre
a cada dia", disse, interompida por aplausos.
"É como se disses semos
que, se existem filhos sem
pai, se existem pais sem tírum his
tória sem voz."

Dilma reverencio uo smilitantes que atuaram na luta
armada, mas sinalizou respeito à Lei da Anistia, de 1979,
que impede a responsabiliza-

armada, mas sinalizou respeito à Lei da Antista, de 1979, que impede a responsabilização criminal de integrantes da guerrilha e da repressão.

"Assim como respeito er reverencio os que lutaram pela
vamente a truculência liegal
do Estado, e nunca deixarei
de enaltecer esses lutadores
e lutadoras, também reconheço e valorizo pactos políticos que nos levaram à redemocratização", disse.

A presidente não fez referiência se vitimas da esquerância se vitimas da esquerância estre integrantes da comissão nos vitimos dias.

Dilma reafirmou que a Comissão dos Vitimos dias.

Dilma reafirmou que a Comissão dos Vitimos dias.

Dilma reafirmou que a Comissão dos Vierada e não será
de "governo, mas de Estado", e
que não haverá espaço para
"revanchismos".

Para sustentar sua retórica



Foi um passo estupendo que a sociedade deu na conquista da democracia. Foi a única Comissão da Verdade que surgiu de baixo para cima, do povo para o povo LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (2003-2010)



Não será uma revanche. Uma coisa revanche. Uma coisa é a justiça, outra coisa é a memória. Cada um dará a interpretação que quiser, mas os fatos são os fatos. Chegou que revelar tudo FERNANDO HENRIQUE CARDOS (1995-2002)



66 Vai tornar mais clara a verdade dos fatos que levaram período autoritário É uma importância transcendental FERNANDO COLLOR DE MELLO



66 Foi um fato histórico, que vai marcar a vida da sociedade brasileira Encerra um ciclo, reestabelecendo a verdade do que aconteceu de violência e tortura no regime militar JOSÉ SARNEY (1985-1990)

dos ex-presidentes vivos póditadura: los és Sames, Fernando Collor de Mello, Fernando Collor de Mello, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. Assim como ela, os dois últimos foram alvo de perseguição política dos militares. FHC foi cassado da Universidade de São Paulo em 1960 se exilou no exterior, e Lula foj preso ao comandar greves no ABC paulista em 1980.

os antecessores e disse que não seguiu critérios pessoais ao escolher os sete integran-tes da comissão. Afirmou que todos são "sensatos, ponde-

ao escolher os sete integran-tes da comissão. Afirmou que todos são "sensatos, ponde-rados e preocupados com a justiça e o equilibrio", comissão como "um passo-estupendo", e FHG disse que o esclarecimento dos crimes "as oserá uma revanche", "Espero que a comissão re-almente encerre de uma vez por todas esses problemas", disse Sarney, Collor afirmou mais clara a verdade dos fa-tos do período autoritário". Após o ato, a presidente re-cebeu os antecessores em um almoço de massa, filée peixe

Após o ato, a presidente re-cebeu os antecessores em um almoço de massa, filée p eixe no Palácito da Alvorada, Num momento curioso, Collor pe-du autógrafo a Dilma e aos demais presentes. FHC se sentou ao lado esquerdo de Dilma. Lula, à frente. Os cinco presento discru-tiram os desaflos de Europa para venere a crise económi-ca. Falaram da importância de aleição do socialista Fran-cois Hollande na França. Em dado momento, FHC e Lula sea fastaram e occhicha-ram por cinco minutos, extur MATOS, LUCAS FERBAZ E SATUZAMENY)

» LEIA MAIS na pág. A8

Jornal Folha de São Paulo – Quinta Feira, 17 de maio de 2012, edição 30.360 Caderno Poder, Página A8

A8 poder * * * QUINTA-FEIRA, 17 DE MAIO DE 2012

FOLHA DE S.PAULO

Na estreia, grupo tenta esfriar divergências

Integrantes da Comissão da Verdade evitam polêmica sobre possibilidade de investigar ações da luta armada

Escolhido porta-voz do órgão, Gilson Dipp nega 'cisão', pede tempo e diz que foco das apurações ainda não foi definido

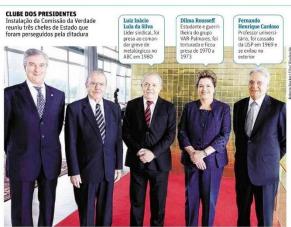
e lastica, disse que aprimeir reunila do colegiado foi meramente burocrática "e o discuturi focos portares de la compara de la c

DESENCONTROS

Oex ministro da Justiça JoCarlos Dias já havia dito
ne a comissão deverá anasar a apuração de casos de
a comissão deverá anasar a apuração de casos de
a de casos de
unito da luta armada.
Unico dos sete integrantes
a comissão a discursar na
sose, ele afirmou ontem que
"fundamental dizer que
"fundamental dizer que
"fundamental dizer du
"fundamental dizer que
"fundamental diz

a Verdade prevê a apuração e violações dos direitos hunanos entre 1946 e 1988, mas grupo tende a focar na dindura, que foi de 1964 a 1985.
Militantes da área de direise humanos defendem que sirvestigações e limitem a
ção de agentes da repressender o foco pora ações da
uta armada contra o regime.
O encontro de ontem foi relizado no Planalto com os
ninistros Gleisi Hofmann
Casa Civil), José Eduardo
ardozo (Unsição le Luiz Inida da CABB (Centro Cultural
Janco do Brasil) de Brasilia.
Serão organizadas reuniserá orda (CEB (Centro Cultural
Janco do Brasil) de Brasilia.
Serão organizadas reuniser atoria de la dista
junta
junta de la dista
junta
junta de la dista
junta
ju





A REVISÃO HISTÓRICA

1985 "Brasil Nunca Mais" A Arquidiocese de SP, sob dom Paulo Evaristo Arns, edita livro com lista de torturados e torturadores	1990 Extinção do SNI Fernando Collor extingue órgão de espionagem e abre arquivos do Dops de SP e RJ	1995 A primeira comissão FHC cria Comissão de Mortos e Desaparecidos, que identifica 353 vítimas da ditadura	2002 Apliação da anistia Decreto ampliando concessão de anistia a perseguidos é assinado por FHC	2005 Abertura dos arquivos Lula envia papéis secretos do SNI para consulta pública no Arquivo Nacional	2010 Condenação na OEA Corte Interame- ricana de Direitos Huma- nos ordena que Brasil apure crimes do período	2012 Comissão da Verdade Dilma instaura a Comissão da Verdade para investigar violações a direitos humanos

Comandantes acompanharam ato com discrição

ANÁLISE

Comissão poderá decidir se investiga ou não as ações da luta armada

Afinal, a missão da Comis-são da Verdade é identificar e esclarecer crimes contra di-reito humanos cometidos por quem? Pelos agentes do Es-tado que apoiavam o gover-no militar? Pelos militantes da sociedade que combatian os militares? Ou pelos dois? Esta pergunta parece um

impasse. Mas, com demora, tem sido resolvida. E provaelmente será. Mas como?
Alei não personalizou. Não limitou a investigação a agentes do Estado. Não resolveu o impasse. Foi genérica o sufficiente para procordi ados.
O importante é que criou um mecanismo para resolvêlo. Críou uma comissão e delegou a ela o poder de identi-

Jornal Folha de São Paulo – Quinta Feira, 17 de maio de 2012, edição 30.360 – Opinião, página A2

A2 opinião \star 🖈 🖈 QUINTA-FEIRA, 17 DE MAIO DE 2012

FOLHA DE S.PAULO

FOLHA DE S.PAULO

Presidente: ILUZ FRALS.

IDENTES ERICHAIO (TAVIO) TELAS FILHO

Superintendentes: ANTICANO MANUEL TEXEREA MENDIS S (JUDTIM BRITTO

CONSIDERATION (TAVIO) (TAVIO Diretoria-executiva: ANTONIO CARLOS DE MOURA (comercial), MURILO BUSSAB (circulação), MARCELO MACHADO GONÇALVES (financeiro) E EDUARDO ALCARO

EDITORIAIS

Miopia cambial

Desvalorização do real liderada pelo governo traz benefícios de curto prazo para indústria nacional, mas pode reativar a alta de preços

O preco do dolar flutu em torno de RS 2 nesta semana, 16% actima da média de 2010 a 2011. Mesmo neste governo de ativistas da elevalorização do real, teme-se que o excesso cambia las et orne indigesto no que diz respeito à inflação. Uma taxa de câmbio mais favorável (desvalorizada) seria um incustro à esta domento a estada do méstica, que tem prejudação o recencion da extoneiro da esta do más favoracer productos importados e a baratear mercadorias nacionais exportadas, se outros fatores de custo domésticos ficarem constantes, ou se a empresa nacional hão O preço do dólar flutua em torno

custo domiesticos ficarem constantes, o use a empresa nacional não temporar muita materia prima ou componentes para sea activa fica de a componentes para sevadorizadas. Ressalte-se a relevância do outro lado da moeda desvalorizadas: sob menos pressão da concorrência de importados baratos, empresa sob menos posem elevar preços ou fazer emmos esforço para reduzidos. Por fina de activação de alevar resus pode a descrações produtos nacionais cotados em moeda americana, como os agropecuários, o que tende a elevar seus preços também aqui. No balanço final, uma taxa de dambio mais fano, f

No baianço innai, uma taxa de câmbio mais favorável tende a in-centivar exportações ou, ao menos, conter importações, reservando fa-tias maiores do mercado doméstico para empresas brasileiras.

O governo atuou com denodo para desvalorizar o real. Limitou a entrada de dólares com una umento de limposto sobre aplicações administrações cambiais na Bolsa de Mercadorias e Puturos. Conta agorus. Conta o do compando dólares a de futuros. Conta agorus compando dólares a dem da cosasse a excence compando dólares a dem da cosasse a excence compando dólares a dem da compando dolares a dem da compando dolares a dem da compando dolar esta dem da compando dolar esta dem da compando do dolar esta dem da compando de compando do dolar esta dem da compando de compando de

nanutal. A movera a encretana es-cassela e começa a encarecer. A redução dos juros e a lenti-dão da economia tendem a atrair menos dólares para investimento especulativo (ganhar com a dife-rença entre juros brasileiros e os do mundo rico ou na produção. A incerteza sobre a nova política

econômica deixa o investidor es

econômica deixa o investidor es-trangeiro mais arisco. A nova ro-dada de tensão nas finanças mun-diais acentua a aversão ao risco de investir em países ditos emergen-tes, como o Brasil. O impacto efetivo da desvalori-zação nos preços é ainda incerto. Dependerá da combinação de vá-rios fatores, como o tempo em que o real permanecer barato, o efei-to da crise no preço dos prodeti-to da crise no preço dos prodeti-

o real permanecer barato, o efei-to da crise no preço dos produtos no merado mundial (mesmo mais altos em real, os preços em dólar podem cair no exterior) e o ritmo da atividade econômica no Brasil. No entanto hár isco de que a des-valorização limite a queda de pre-cos, reativando pressões inflacio-nárias. Além disso, ela pode termi-nar solapando a campanha de re-

nárias. Além disso, ela pode termi-nar solapando a campanha de re-dução de juros e, por tabela, o es-tímulo da economia. É por isso que tais políticas, de alvo em aparência certeiro, pre-cisam mirar além do curto prazo.

Etica nos hospitais

O Tribunal de Justiça de São Pau-lo manteve a liminar que impede hospitais públicos paulistas ge-renciados por organizações sociais (OSs) de reservar até 25% de seus elictos para pacientes com planos de saúde, o que caracteriza a cha-mada dula poso forzom país de socialos de sociales de socialos de sociales de socialos de sociales de soc

lettos para pacientes com planos de saúde, o que caracteríza a chamada dupla porta.

A pelavar final da Justiça paulistavirá apenas quando for julgado o mérito da ação, o que não tem data certa para ocorrer. Por se tratar de uma definição importante para o sistema, seria bom que os magistrados fossem céleres.

A discussão da dupla porta é particularmenter elevante. Defensores e adversários da ideia apresentam argumentos sólidos. Abraçar uma conclusão depende de efinir qual o tipo de ética que deve orientar a ação do poder público. Para o es apotadores da medida, ela injeta dinheiro privado na rede pública, o que permitiria a ampliação do atendimento aos mais pobres e a melhoria dos serviços.

Os críticos alertam que ela le-

pilação do atendimento aos mais pobres e a melhoria dos serviços. Os críticos alertam que ela le-va a uma divisão antirrepublica-na entre pacientes ficos (com pla-no) e pobres (os do SUS). Embora o governo paulista diga que isso não ocorreria, pois o decreto que autoriza a reserva de leitos veda o tratamento diferenciado, sabe-se-que, na prática, não 6 bem assim. De fato, se os hospitais geridos

gestores não o fizerem, não trarão novos recursos nara o

à frente dos usuários do SUS. Se os gestores año o fizerem, não trarão novos recursos para o sistema, o que amula o propósito da medida. É preciso, assim, hierarquizar os objetivos. Se o tratamento igualitário vier primeiro, como comém a instituições republicanas e à êtica baseada em princípios, a distorção da dupla porta é inaceltável. Se, no entanto, for privilegiado a tendimento ao maior mimero possível de pessoas e com mais qualidade, devese adotar a ética utilitarista e aceitar a lógica de que é preciso buscar novas fontes de recursos — sem, porém, prejucicar a população mais carente. Vale destacar que, na saúde púlica, a mera não ampliação dos serviços já implica cortar o acesso de pessoas a tratamento. A diferença é simplesmente que, nesteaso, não se explicitam as escolhas sobre quem o sistema atende e quem fica fora dele. As decisões difficeis são varridas nara baisto da fila única e à da cisões dificeis são varridas nara baisto da fila única e à famica e a fincia e para de como descriços de como de

lhas sobre quem o sistema atende e quem fica fora dele. As decisões difficeis são varri-das para baixo da fila única e à primeira vista mais republicana. Essa vem sendo a opção confor-tável de muitas administrações.



Metrô para além do "apagão"

Metro para alem do "apagao"

SÃO PAULO - Colisão entre trens do metró. Antes não tinha, agora tem. Com os episódios reiterados de problemas no sistema de transportes de São Paulo, o tema passou a octurente de São Paulo, o tema passou a octuar de São Paul

KENNETH MAXWELL

Futebol

O Santos conquistou o tricampeonato paulista de fucampeonato paulista de incampeonato incam

da hostilidade dos paulista-nos presentes. Atualmente, o museu abri-ga uma série de fotos, videos interativos e artefatos magni-do futebo no Inesail, do come-ço como esporte da elite branca à sua transformação em uma manifestação cultur-al popular e mestiça do país como um todo. Manchester e também em São Paulo.

KENNETH MAXWELL escreve às quintas-feiras nesta coluna. Tradução de PAULO MEGLIACCI

ELIANE CANTANHÊDE Memória e história

BRASILIA- Dilma Rousself pode ter vivido ontemo grande momento de seus quatro (ou cito) anos de governo, com a instalação da Comissão da Verdade, seus sete morturada e o unicio da Lei de Acessimportamies para um pais que hãz 30 da Verdade, seus sete morturada e o unicio da Lei de Acessimportamies para um pais que hãz 30 da Verdade, seus sete morturada e o unicio da Lei de Acessimportamies para um pais que hãz 30 compose de primeira presidente mei har de presenta da comento de consciendo a chore, lembrou que a verdade não é retadiação nem per Le centrom con dama interminida dos desaparecidos, que é um drama tendem de cada um de nós. "É com os est dissessemos que existem filhos sem pai, existem paisme de se desaparecidos, que é um drama tendem de reada um de nós. "É com os est dissessemos que existem filhos este pais, existem para desigual e desuriando com todos eles num almoco no Alvanda Um momento, mais do que su funcionado entre de suba profasa de destrudados de outro. Mas ha nechusendo com todos eles num almoco no Alvanda. Um momento, mais do que su funcionado entre de suba profasa de verdade a ser investigada de como de mentre de suba profasa de verdade a ser investigada de como de mentre de verdade e o terro da verdade e o terro de verdade e verdade

Glória, Paris

RIO DE JANEIRO - As prefeituras do file de Partis assinaram, la tirés anos, um acordo para que técnicos fancaceses particlapssem de proteix de moradia e preservação do patrismonio em batiros do entro cañoca. Na época, a vice prefeita partisteras e Aume Hidaloga, factua da importação na capital francesa, pelo qual edificios novos devem destinar 29% dos apartamentos para pessoas de menor renda—motoristas, enfermedos e presidores de serviços. a serviços de francês Alfred Agache. Com a recuperação económica do Estado e os eventos espontivos, a Glória, bairro histórico que, aliás, tem uma praça Parta » projeto de 1925 do francês Alfred Agache. Com a recuperação económica do Estado e os eventos espontivos, a Glória, bairro histórico que, aliás, tem passou as ero toliçada pelo mesta de Stado e os eventos espontivos, a Glória, bairro histórico que, aliás, tem passou as ero toliçada pelo mesta de Stado e os eventos espontivos, a Glória, bairro histórico que, aliás, tem passou as ero toliçada pelo mesta de Stado e os eventos espontivos, a Glória, bairro histórico que, aliás, tem para charás por estado e de Stado e os eventos espontivos de de mesta de Cardo de Stado e os eventos espontivos, a Glória, bairro histórico que, aliás, tem para charás por estado e de composições de mora de composições de mora de composições de mora de composições de particidado e de composições de mora de composições de mora de composições de composições de mora de compos

Jornal Folha de São Paulo – Quarta Feira, 10 de dezembro de 2014edição 31.297 – Opinião, página A2

A2 opinião * * puarta-feira, 10 de dezembro de 2014

FOLHA DE S PAULO

FOLHA DE S.PAULO

idelente: LUIZ PRIAS

FOR TÉMBORÍAN CURTO PELAS FILHO

CITÉRICACIONES ATONOS MANCE

FOR TÉMBORÍAN CURTO PELAS FILHO

CONTROLLA PELAS PELAS PELAS PELAS MENDES E RUDHTI BRITO

CONTROLLA PELAS PE

EDITORIAIS

Por água abaixo

Chuvas aquém da média não criam dificuldades só para o abastecimento urbano; geração de eletricidade geração, contra 22% no mesmo mês do ano do apagão. O problema atual só não e certificade de prace de la comparação de la comparação de la comparação de problema atual só não e comparação de la c

Sangria previdenciária

Como se previa, o deficit nas contas do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) fechará on acima das projecções otimistad os governo Dilma Rousseff (17). No periodo de 12 meses encerado em outubro, o descompasso entre receitas e despesas com agosentadorias o outros beneficios de trabalhadores do setor privado acumula RS 50,10 bilhões, montar te similar ao de 2013. Anda mator e o desequilibrio nos beneficios pagos aos servidos fitares), que no periodo supero des trabalhasas de o empregador en de Contas da União, Aroldo Cedraz. Em 2013, a despesa previdenciária de sola de Contas da União, Aroldo Cedraz. Em 2013, a despesa previdenciária de sea de Sepsea previdenciária de Sepsea previdenciária de sea de Sepsea previdenciário de seu se beneficiários. Na diem de Sepsea previdencia de Sepsea previdencia de Sea de Se



Nada mais que a verdade

SÃO PAULO - A Comissão Nacional da Verdade (CNV) entrega hoje seu relatório final aos presidentes dos três Poderes e à sociedade. O texto nio deve trazer nenhuma revelação nio deve trazer nenhuma revelação representados escriam pessoas muito difiera de la comissão fezo possivel dados os limites da lei que a instituiu e da falta de colaboração dos órgãos que consiste de colaboração dos órgãos que comissão fezo possivel dados o Simites da lei que a instituiu e da falta de colaboração dos órgãos que comissão escriba a analesta raperas to a clarace limitado do relatório (comissões governamentais a tramente responsable de comissões governamente responsable de comissões governamentais a tramente responsable de comissões governamente a tramente responsable de comissão de

u que criamia a atenção não e tamto o alcance limitado do relatório (comissões governamentais raramente
revolucionam alguma coisa), mas
as reações extremadas ao trabalho
de CVI, no melho restilo liá-fiu que
se assenhorou da polític brasileira,
de ricina, a neu reu um pouco despropositada, em tentar levar para a cadeia os perpertadores que ainda estilo vivos. Eu receio que o Brasil játena perdido — em ais de um aveza oportunidade histórica de punir
so crimes da ditadura. Tentar facejo da da consensa de como de como deservicado de maobra diversionista das mais toscas.

BERNARDO MELLO FRANCO

O próximo passo

BRASIUA - Oenceramento dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade escreeve uma página imporser tes decadas de atraso, o Estado
recombece oficialmente, nesta quaser tes decadas de atraso, o Estado
recombece oficialmente, nesta quaser tes decadas de atraso, o Estado
recombece oficialmente, nesta quaser tes decadas de atraso, o Estado
recombe como uma nova estapa, na qual o país terá que decidir o que
fara com as conclusões do relatório. Há duas opções: tratar o documento como um registro histório.
Há duas opções: tratar o documento como um registro histório
remoto como um registro histório
remoto como um registro histório
remoto porto de partida para
próximo passo, A comissão escobleu a segunda alternativa por cincovotos aum, como o "Paine" antecipou em novembro. Val defender a
responsabilização criminal de que
reactiva de deste. E esperada uma noser tanda de resencibas de estudansos estras de revanchismo, mas
Seus integrantes argumentam quemovembro de 2010. Ao julgar um
as de Peirotes Humanos decidiu em
novembro de 2010. Ao julgar um
as de vilimas de facelenda
removembro de 2010. Ao julgar um
as
de vilimas de facelenda
removembro de 2010. Ao julgar um
as
revar a decisión of militars em 2010. Os
man a favor dos militars em 2010. Os
man favor d

RUY CASTRO

Gravatas ilibadas

RIODE JANEIRO - Adoro saber que, como ja passei dos doze anos, não perderei o sono esta notie porque, como ja passei dos doze anos, não perderei o sono esta notie porque de la como profundo e restaurador. An verdade, ilver de las fantasmas, a desta de la como profundo e restaurador. An verdade, ilver de las fantasmas, a desta de la como profundo e a estaurador. An verdade, ilver de las fantasmas, a desta de la como profundo e a esta de la como de

SINDAUGAS
rias, mensagens cifradas e, não por
último, a delação premiada. Como
boa parte das mutretas errolve necomo parte das mutretas errolve neto aparte das mutretas errolve neto americanos também esão vascullando por conta própria, o que garante que, em futuro próximo, haverá quem não possa põr os pés em
Mami ou Orlando, para não correr
Impressionado com o alcunce e
minicia desse pente-fino, eu próprio andel me investigando para descobrir se, sem suber, não me beneficiei com presentes e propinas comocios fa corrupção. Por exemplos nos
últimos anos, ganhei relogios, gravatas, cortes de tecido, vinhos, suiquas, cortes de tecido, vinhos, suiquas, cortes de tecido, vinhos, suiquas, cortes de respecto de la corrupcia provatas, sim, masdalis, ganhei gravatas, sim, masalis, ganhei gravatas, sim, ano
por malista Sonia Nolaco me presentecu com três gravatas de seu falecido marido, meu inesquecivel amigo
Paulo Francis -- morto em 1997 pelos
pecados da Petrobras.

A importância do TCU

parência e garantir a sua economicidade. Eles devem ser respeitados porque, ao contrário do que se tenta fazer cre, eles não têm (e não pojetividade) vise ideológico ou político-partidário. Como disse o presidente eleito do TCU, o flustre miniseleito do TCU, o flustre ministo produzir um "curto-circuito o produzir um "curto-circuito" em nome da "eficiência" ed a "urgência", que a sua longa e competente experiência
ensina que sempre terminam
o "caso" Petrobras é apenas
um exemplo mais recente das
trapalhadas que podem ser feitas quando se realiza o atropetese mais ingênia é que es tratou de um caso clássico em
que o "principal" (os acionistas) foi miseravelme (miseravelme)
parents seguine (mise

Jornal Folha de São Paulo – Quarta Feira, 10 de dezembro de 2014 edição 31.297 – Opinião, página A3

FOLHA DE S.PAULO

QUARTA-FEIRA, 10 DE DEZEMBRO DE 2014 ★★★ opinião A3

TENDÊNCIAS / DEBATES

Verdade, memória e reconciliação PEDRO DALLARI, JOSÉ CARLOS DIAS, JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO, MARIA RITA KEHL, PAULO SÉRGIO PINHEIRO E ROSA CARDOSO

Neste to I de dezembro. Dia Intercional dos Direitos Humanos, a
le constanto de la constanto de la constanto
la


Diante do relatório da Comissão da Verdade, é imperativo que

sões, assim como à universidade e do Istado, continuar e aprofundar as invalores de la coutros entes das ociedades de do Istado, continuar e aprofundar as invalores de la comparta de la

Diante do relatório da Comissão da Verdade, é imperativo que as Forças Armadas reconheçam sua participação em crimes contra os direitos humanos

No curso de suas atividades, a CNV contou ainda com a contribuição de órgados públicos nacionais dos estrangerios e de comissões da verdade estaduais, municipais esteóriais —que, com o advento da ONV, passaram a ser instaladas por todo o país. Caber à a esasso curios de da coutros entes das ociedade de la coutros entes das ociedade de la coutro entes das ociedades de la coutro ent

PAINEL DO LEITOR

Volta dos militares É elogiável ver colunistas da Folha, como Carlos Heitor Co-ny ("Nostalgia perversa", "Opi-nião", 9/12, Vladimir Safatle ("Intervenção militar", "Opi-nião", 9/12) e outros, rechaçar os que pedem a volta da ditadura. É

da nacionalidade brasileira (Co-my) ou ir diretamente para a ca-deia (Safatle). Todas as opiniões são merecedoras de respeito. Co-ny e Safatle precisam aprender ur-gentemente o verdadeiro conceito de democracia — respeitar as opi-niões dos demais por mais contrá-rias que sejam às próprias ideias.

A discussão sobre o governo militar tem sido feita fora de contexto. Estava-se caminhando para o auge da Guerra Fria. É, portanto, incorreta a premissa de que regime militar significa "assassinatos sistemáticos de Estava de Comura openentes", como dioceta de Comura openentes "como dioceta de Comura openentes", como diocetaminadores na época foram justamente os "oponentes" comunistas na Rússale en a China. Também é incorreta a premissa de que revolução é diferente de golpe, pois a revolução "bem-su-cedida" é um golpe no poder e rejue institutido. Algums ainda sonham com o comunismo, outros podem idealizar um governo de

A respeito do que afirma o co-lunista Vladimir Safatle, eu sou da opinião de que as diiaduras da direita ou da esquerda são iguais. Uma vez instaladas, o efeito ma-nada torna-se avassalador, no sentido de eliminar o opositor.

MOACIR ALVES BORGES (São José do Rio Preto, SP)

Escândalo na Petrobras

Escândalo na Petrobras
Alguns anos atrás, alguen do
mercado disse que o valor da Petrobras era maior que o 1B da
Argentina. Floie, a estatal vale
cerca de US\$ 55 bilhões, e o nosso
visiblo ten economia; que pasaes
reliberaren comonia; que pasaes
melhoraram ou a empresa sofreu
uma queda de cotação nunca vista entre petroleiras no mercado
de ações? Enquanto isso, centenas de milhares de investidores
amargam seus prejuízos ("Escritório dos EUA aciona justica contra Petrobras", "Poder", 9/12). Alguém será responsabilizado?
pod SONADO GOMÇANS ANGAME
(Belo Heritsote, M.)

seu escritório mínimo, organi-zou a cobrança de propina em to-das as obras públicas do Brasil? O esquema só pode ter sido mon-tado dentro do governo sob o co-mando de alguém com autorida-de absoluta sobre subordinados. "Youssefs" são apenas laranjas, regiamente pagos, mas laranjas,

CPTM
Sobre o indiciamento da PF, esclarecemos que o delegado res ponsível ressibuto a inexistência de prova de corrupção passive de agentes públicos, não serio de agentes públicos, não serio de desenventes de agentes públicos, não serio de agente na Justiça, que julgará pelos pa drões próprios da democracia.

Invasões

A "Indústria" das invasões
continua por toda a cidade, principalmente em fease municipas,
locais pelos quais a prefeitura teria a obrigação de zelar ("Terrenos reservados para novos parques são invadidos em SP," "Cotidiano", "3/12), Mais uma vez o ci
pos que agem liverenente. E, podem ter certeza, vai sobrar para a
Policia Millitar. E a desordem urbana se alastrando.

ANASO BATIS RAMAO.

rando de São Paulo a oportun dade de ser uma cidade mais de, mais humana e, conseque temente, menos violenta. Se c tar por matar os parques em la gar de assegurar a sua existên a atual gestão estará mais um vez pondo em xeque sua com tência administrativa.

» SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AO ASSINANTE: Saa@grupofolha.com.br 0800-775-8080 Grande São Paulo: (11) 3224-3090

ERRAMOS

ELEIÇÕES 2014 (3.001.PAG. 12) A re-portagem "Exército Vermelho" er-rou ao classificar o Paraná de redu-to eleitoral da ministra Ideli Salvat-ti. Natural de São Paulo, ela fez car-reira política em Santa Catarina.

Jornal Folha de São Paulo – Quinta Feira, 11 de dezembro de 2014 edição 31.298 – Poder, página A6

FOLHA DE S.PAULO

QUARTA-FEIRA. 10 DE DEZEMBRO DE 2014 * * * poder A9

Comissão confirma morte de 2 desaparecidos

Na véspera de divulgar relatório final, grupo diz ter achado novas pistas sobre o desaparecimento de Stuart Angel

Análise de perito inglês indicou uma 'clara correspondência' entre crânio achado no centro do Rio e o rosto de Angel

to em que o Planalto chegou a duvidar que um relatório consensual fosse possível de-





MUDE A DIREÇÃO



Congresso aprova projeto que muda meta fiscal da LDO

Partidos de oposição afirmam que vão recorrer ao STF para derrubar a alteração



Bolsonaro diz que não estupraria ex-ministra

Você não merece', afirmou deputado ao discutir com Maria do Rosário no plenário da Câmara

Jornal Folha de São Paulo – Quinta Feira, 11 de dezembro de 2014 edição 31.298 – Poder, página A6

A6 poder * * A QUINTA-FEIRA, 11 DE DEZEMBRO DE 2014

FOLHA DE S.PAULO

Dilma chora e diz que documento não pode servir para 'revanchismo

Presidente indica ser contrária à revisão da Lei da Anistia ao lembrar 'pactos' da redemocratização

pediu a ministro para conter insatisfação

ANÁLISE

Novos elementos podem alterar o julgamento do STF de 2010

LUÍS FRANCISCO CARVALHO FILHO

Orelatório da Comissão Na-cional da Verdade é capaz de alterar a posição do Supremo Tribunal Federal que reco-nheceu, em 2010, a anistia dos "crimes conexos" praticados pelos agentes da repressão? Odcompendo agua a "esta"



Para Planalto, recomendações são genéricas

Estado tenta obter de individuos cujas ações lesaram o
erário o ressarcimento do prejuizo causado.
No caso dos militares, isso
poderá ocorrer no caso dos
esentes cujas vitimas, ou
seus familiares, foram indenizados pela Comissão de
Anistia do Ministério da jusdicas militares estaduias, i



